



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE (UFAC)
PRO-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO (PROPEG)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
(PPG-MDR)
CURSO DE MESTRADO**

**MOVIMENTOS SOCIAIS, EDUCAÇÃO POPULAR NA AMAZÔNIA-ACRIANA: da
pedagogia *do oprimido* à “pedagogia *para o oprimido*”**

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Acre como requisito para a obtenção do Grau de Mestre.

Mestrando: Jaime José de Magalhães Lima
Orientador: Prof. Dr. Elder Andrade de Paula

Rio Branco, 4 de março de 2010

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

© LIMA, J. J. DE M., 2010.

LIMA, Jaime José de Magalhães. **Movimentos sociais, educação popular na Amazônia-Acriana**: da pedagogia *do oprimido* à “pedagogia *para o oprimido*”. Rio Branco: UFAC, 2010. 154f.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da UFAC.

L732m	<p>Lima, Jaime José de Magalhães, 1974 - Movimentos sociais, educação popular na Amazônia-Acriana: da pedagogia <i>do oprimido</i> à “pedagogia <i>para o oprimido</i>”/ Jaime José de Magalhães Lima --- Rio Branco : UFAC, 2010. 154f : il. ; 30cm.</p> <p>Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Programa de Pós-Graduação Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Acre. Orientador: Prof. Dr. Elder Andrade de Paula. Inclui bibliografia</p> <p>1. Educação - Filosofia. 2. Pedagogia - Acre. 3. Movimentos sociais - Acre. I. Título.</p> <p>CDD.: 370.1 CDU.: 37.01(811.2)</p>
-------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Esta Dissertação foi submetida ao Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento (Mestrado) – Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação .como parte dos requisitos necessários à obtenção do Grau de Mestre em Desenvolvimento Regional, outorgado pela Universidade Federal do Acre - UFAC, e encontra à disposição dos interessados na Biblioteca Central da referida Universidade.

A citação de qualquer trecho desta Dissertação é permitida desde que seja de conformidade com as normas técnicas permitida pela ética científica.



Jaime José de Magalhães Lima

Dissertação **APROVADA** em: 25 / 03 / 2010.



Prof. Dr. Elder Andrade de Paula
Orientador



Prof. Dr. Silvio Simione da Silva
Membro



Prof. Dr. Gilberto Francisco Dalmolin
Membro

“Num certo momento da minha trajetória, da minha experiência, eu não pensei em política; num outro momento, eu pensei em política e educação; e só num terceiro momento, no qual eu me encontro há uns dez anos, é que eu digo que a educação tem natureza política”

(Paulo Freire, 1991).

“ Mais vale trincheiras de idéias do que trincheiras de pedra”

(José Martí, 1891)

“Podemos dizer que há dois ‘tipos de ideais’ de educação: uma como prática da domesticação e uma outra como prática da libertação. Evidentemente, essa educação não existe em estado puro. Em todo estado puro estes dois modelos de educação são caricaturas, abstrações. Eles não existem porque não existe uma sociedade abstrata que seria ou totalmente conservadora ou totalmente libertadora. Porém esses dois modelos seriam apenas horizontes opostos, em direção da qual a educação tentaria caminhar, mantendo o conflito, a dialética, entre o velho e novo, entre a produção e a transformação”

(Moacyr Gadotti, 2004).

“Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo econômico, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político: o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito”

(Antonio Gramsci, 1927).

“os investimentos em educação podem transmitir mensagens culturais e constituir a coesão social”

(Banco Mundial ,2002)

Dedicatória:

Para meus pais:

Marlene Magalhães de Lima
Josias Correia Lima
Pela dedicação e amor

Para meus irmãos:

Jairo José de Magalhães Lima
Josias Correia Lima Júnior
Pelos momentos em família

Para meus filhos:

Ricardo Morais
Beatris Jayna Coelho Lima
Paulo Galamiel Saturnino Lima
Pare que cresçam felizes, saudáveis e na luta por um mundo mais justo

Para minha companheira:

Tânia Gomes Façanha
Pela longa caminhada e pelo apoio nos momentos difíceis

Para todos que acreditam que podemos ter um mundo que caibam vários mundos

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Universidade Federal do Acre (UFAC), por meio da Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação (PROPEG), em especial, ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional (PPG-MDR) curso de mestrado, coordenado pelo Prof. Dr. Francisco Carlos da Silveira Cavalcanti, a quem agradeço em nome de todos os professores que colaboraram com o mestrado.

Ao Professor Dr. Elder Andrade de Paula, por ser muito mais que o orientador deste trabalho. Um obstinado pesquisador e amigo. Pessoa que prezo respeito e admiração.

Aos professores, Professor Dr. Silvio Simione da Silva, e o Professor Dr. Gilberto Francisco Dalmolin, por colaborarem com este trabalho como membros da banca examinadora.

A professora Dr^a. Maria de Jesus Morais, pela disposição em colaborar com essa pesquisa.

Ao professor José Dourado de Souza, por compartilhar referenciais bibliográficos e pelas conversas esclarecedoras e motivadoras referente às pesquisas que se iniciam nesta dissertação.

Aos amigos Prof. Me. Israel de Souza pela colaboração da organização do trabalho, ao colega de curso Ismael de Souza pela ajuda nas pesquisas durante o curso; e aos demais colegas que tive a oportunidade de conhecer durante os dois anos de estudo.

A Danuza Magalhães Lemos (Dam), Izanete Batista Magalhães (Iza), Sebastiana Santiago (titi), amigas, companheiras de trabalho e de luta.

A Isabel Cristina Guedes Dias Barbosa (Bel), pela colaboração na reprodução de material bibliográfico importantíssimo para a conclusão desse trabalho.

Agradeço a Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA, por colaborar ativamente com o MDR e com a impressão desse trabalho.

RESUMO

Apresentamos nesta dissertação que o projeto imperialista hegemônico se materializa por estratégias que vão além das relações meramente econômicas e bélicas. Apontamos nesta pesquisa para o caráter educativo que esse projeto assume nesta parte do continente americano. Este princípio político-educativo manifestado na sociedade civil e na sociedade política, aqui o denominamos de *pedagogia para o oprimido*. Esta pedagogia vai buscar na “participação” ativa do *oprimido* o consenso determinante na legitimação do processo de espoliação e apropriação das riquezas naturais e culturais latino-americanos. E para consecução desses objetivos neoliberais, esta pedagogia vai se manifestar na América Latina em diversas formas: golpes de Estado; iniciativa privada na implantação de bases militares; financiamento de movimentos separatistas; na diplomacia digital; na guerra irregular; na desarticulação dos movimentos sociais nos seringais; bem como na organização de consórcios institucionais para formação de intelectuais necessários para consolidação do consenso ativo na região. Para analisarmos e caracterizarmos esta *pedagogia para o oprimido*, recorreremos a pesquisas bibliográficas e a análise das ações de organizações, tanto nacionais que atuam na região (CTA, PESACRE, CNS, WWF-amazoniar), como de organizações internacionais (USAID, USTDA), que por meio de cooptação política, técnica e financeira estão pondo em prática um projeto de proporções continentais, a apropriação da Amazônia.

Palavras chaves: Educação, hegemonia, pedagogia, oprimido, Amazônia.

ABSTRACT

We presented in this dissertation that the project imperialistic hegemony is materialized by strategies that are going merely besides the relationships economical and warlike. We pointed in this research for the educational character that that project assumes in this part of the American continent. This political-educational beginning manifested in the civil society and in the political society, we denominated him/it of pedagogy for the oppressed. This pedagogy will look for in the "participation" it activates of the oppressed the decisive consent in the legitimation of the spoliation process and appropriation of the natural and cultural wealth Latin-American. And for attainment of those neoliberal objectives, this pedagogy will show in Latin America in several forms: coup d'état; initiative deprived in the implantation of military bases; movements separatists' financing; in the digital diplomacy; in the irregular war; in the practice of disarticulating of the social movements in the forest; as well as in the organization of institutional consortia for necessary intellectuals' formation for consolidation of the active consent in the area. For we analyze and we characterize this pedagogy for the oppressed, we fell back upon bibliographical researches and the analysis of the actions of organizations, so much national that act in the area (CTA, PESACRE, CNS, WWF-amazoniar), as of international organizations (USAID, USTDA), that through involvement politics technique and financial they are putting in he/she practices a project of continental proportions, the appropriation of the Amazonian.

Key words: Education, hegemony, pedagogy, oppressed, Amazonian.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	
CAPITULO I	13
1. O ESTADO COMO “EDUCADOR” – A pedagogia <i>do opressor</i>	21
1.1. O que é educação – O princípio educador e o Estado ampliado	22
1.2. Os aparelhos privados do consenso como ato pedagógico	26
1.3. A pedagogia <i>do opressor</i> – do eurocentrismo à pedagogia do barracão nos seringais do Acre	29
1.4. A pedagogia do opressor na empresa seringalista	34
1.5. “O espírito das leis” no seringal: A relação “patrão” e “freguês” e os regulamentos	38
CAPITULO II	
2. MOVIMENTOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO POPULAR: Educação como liberdade e insurgência – A pedagogia <i>do oprimido</i>	46
2.1. O seringueiro e o guerrilheiro: a leitura do mundo	49
2.2. Projeto Seringueiro (PS): educação como liberdade nos anos de 1981	54
2.3. Resultados do PS (primeiro ato)	59
2.4. Educação e movimento indígena	62
2.5. O MST e ELZIN: A educação como insurgência em movimento	68
2.6. Centro dos Trabalhadores da Amazônia (CTA) – desdobramento do PS	76
CAPITULO III	
3. USAID, CTA e PESACRE: A pedagogia para o oprimido na Amazônia-acriana	77
3.1. Ambientalismo e as reformas: as novas orientações neoliberais para a criação do consenso	78
3.2. O Consórcio da governança ambiental: ABCI/USAID, CTA e PESACRE – a pedagogia para o oprimido na Amazônia-acriana	81
3.3. USAID: e as alternativas da pedagogia para o oprimido na América Latina: do <i>smart ower</i> à florestania	89
3.4. O Centro dos Trabalhadores da Amazônia (CTA): desdobramento do Projeto Seringueiro (segundo ato)	105
3.5. O Projeto Seringueiro “atingiu” seus objetivos?	117
3.6. PESACRE/PROAMBIENTE: os serviços ambientais como princípio educativo para a consolidação do consenso comunitário e o ajustamento de conduta	127
3.7. Floresta: do real ao digital – a pedagogia <i>para o oprimido</i> no mundo digital	137
CONSIDERAÇÕES FINAIS	142
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	144

LISTA DE TABELAS E IMAGENS

TABELAS:

TABELA I – Resultados alcançados pelo Projeto Seringueiro (1981-1995) p.60

TABELA II – Resumo dos consórcios ABCI-USAID p.86

TABELA III – Informações básicas sobre as comunidades atendidas pelo CTA.
p.107

TABELA IV – Área de atuação do CTA por hectares. p.109

TABELA V – Outros conselhos e participações políticas que o CTA atua. p. 112

TABELA VI – Parceiros estratégicos do CTA. p.120

TABELA VII – Número professores indígenas 1997-2007. p. 126

TABELA VIII – Matrículas entre crianças e jovens indígenas. p. 126

IMAGENS:

IMAGEM I – A participação dos indígenas da eleição de 1996, p. 64

IMAGEM II – O índio seringueiro. p. 66

IMAGEM III.a / I.b – Área de atuação do consórcio ABCI-USAID. p. 84,85

IMAGEM IV – Bolsa usada por um agente para-florestal do PAE Chico Mendes.
p.102

IMAGEM V – Área prioritárias de atuação do consórcio Amazoniar. p. 104

IMAGEM VI – Florestas Comunitárias. p. 107

IMAGEM VII – Mapa das áreas de atuação do CTA. p.110

IMAGEM VIII – Localização das escolas do Projeto Seringueiro. p. 119

IMAGEM IX – Área de atuação do PESACRE/PROAMBIENTE. p. 129

IMAGEM X – Abrangência do sinal da Floresta Digital. p. 139

IMAGEM XI – Kit parceiro. p. 141

ANEXOS....Pág. 150

LISTA DE ABREVIATURAS E SÍMBOLO

ABCI Iniciativa para Conservação da Bacia Amazônica
ALBA Aliança Bolivariana para as Américas
ALEAC Assembléia Legislativa do Estado do Acre
AMOPREAB Associação de Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes de Assis Brasil
ANA Agência Nacional de Água
ANIA Associação para la Niñez y su Ambiente
AAC Atividades de Análise e Consultoria
AYM Aliança de Movimentos Juvenis
BASA Banco da Amazônia S.A.
BID Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
BM Banco Mundial
BNDES Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CEB's Comunidades Eclesiais de Base
CEDOP-AM Documentação e Pesquisa da Amazônia
CEDI Centro Ecumênico de Educação e Informação
CEI Conselho Estadual Indígena
CIA Agência Central de Inteligência
CONDIAC Consórcio de Desenvolvimento Intermunicipal do Alto Acre
CIMI Conselho Indigenista Missionário
CNE Conselho Nacional de Educação
CNS Conselho Nacional dos Seringueiros
CPI Comissão Pró Índio
CTA Centro dos Trabalhadores da Amazônia
CUT Central Única dos Trabalhadores
DDI Departamento para o Desenvolvimento Internacional (*Department for International Development*)
DNI Direção Nacional de Inteligência
DEA Departamento Antidrogas dos Estados Unidos
ELZN Exército Zapatista de Libertação Nacional
FD Floresta Digital
FDI Fundo para Desenvolvimento Institucional
FLOC Floresta das Crianças
FPA Frente Popular do Acre
FPE Fundo de Participação dos Estados
FPD-AC Fundo de Preservação e Desenvolvimento dos Povos Indígenas do Acre
FPM Fundo de Participação dos Municípios
FMI Fundo Monetário Internacional
FUNDEF Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
GEF Fundo Mundial para o Meio Ambiente (*Global Environment Facility*)
IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IED Investimento Externo Direto
IDEP-DM Instituto de Educação Profissional Dom Moacyr
IFC Corporação Financeira Internacional (*International Finance Corporation*)

IPEA Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IRI Instituto Republicano Internacional
LDB Leis de Diretrizes Básicas
LDO Lei de Diretrizes Orçamentárias
MAP Madre de Deus, Acre e Pando
MEC Ministério da Educação
MST Movimento dos Sem Terra
NED National Endowment For Democracy
NDI Instituto Democrático Nacional
OEA Organização dos Estado Americanos
ONG Organização Não-governamental
OTI Office for Transition Initiatives (*escritório para iniciativas de transição*)
OCDE Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PAC Programa de Agente Comunitário
PADF Fundação do Desenvolvimento Panamericano
PESACRE Grupo de Pesquisa e Extensão em Sistemas Agroflorestais do Acre
PFRSAL Empréstimo para Ajuste Programático Estrutural da Reforma Fiscal (*Programatic Fiscal Reform Structural Adjustment Loan*)
PIB Produto Interno Bruto
PNAD Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PPA Plano Plurianual
PS Projeto Seringueiro
PSA Pagamento por Serviços Ambientais
SEE Secretaria de Estado de Educação
SIP Serviço de Proteção ao Índio
SEMA Secretaria Estadual de Meio Ambiente
SEPLANDS Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico Sustentável
TAC Termo de Ajuste de Conduta
TJAC Tribunal do Estado do Acre
UF Universidade da Florida
UFAC Universidade Federal do Acre
USAID Agência de Desenvolvimento Internacional dos Estados Unidos
USTDA Agência Norte Americana para Comércio e Desenvolvimento
WBG Grupo Banco Mundial (*World Bank Group*)
WBI Instituto Banco Mundial (*World Bank Institute*)
WWF Fundo Mundial para a Natureza (*World Wildlife Fund*)

APRESENTAÇÃO

Nossa pesquisa é a continuidade de vários outros fatores que extrapolam os muros da universidade. É a continuidade de um projeto de autoconhecimento, de vida e de dedicação ao estudo da sociedade.

Após a participação do 5º Laboratório Organizacional de Curso-LOC¹, com objetivos de formação de Multiplicadores para o Programa Nacional de Geração de Trabalho e Renda em Áreas de Pobreza (PRONAGER), coordenado pelo Ministério da Integração e pela FAO/ONU, e devido a isso participado de mais de 15 (quinze) Laboratórios Organizacionais de Terreno (LOT) – eventos de organização social comunitário para a geração de postos de trabalho como política pública de emancipação para famílias em condições de pobreza – nos interessamos pela temática organização comunitária, movimentos sociais, cooperativismo e educação.

Na ocasião tivemos contato com a Metodologia da Capacitação Massiva (MCM), criada pelo Prof. Dr. Clodomir Santos de Moraes², no período que estava envolvido na formação política do movimento das ligas camponesas no nordeste brasileiro. Após ser exilado, seu método foi utilizada e desenvolvida em diversos países da África e da América Central. E no final dos anos de 1990 passa ser desenvolvida como política pública federal no Brasil.

Essa experiência nos fez conhecer a realidade em várias localidades do Estado do Acre (assentamentos, seringais, invasões etc.), bem como em favelas fora do Estado, na ocasião a favela Lago Azul (Novo Gama de Goiás – GO), no entorno de Brasília.

Durante esse período, certos questionamentos já começam a nos incomodar: Por que as massas não saem desse estado de letargia e miserabilidade? Por que o processo de emancipação do trabalhador é cada vez mais difícil de alcançar? Por que pensamos de um jeito e agimos de outro? Por

¹ Formação de técnicos multiplicadores especialista em laboratórios organizacionais; três meses de internato e mais três na favela no município Novo Gama de Goiás (julho de 2000 a fevereiro 2001).

² O professor Dr. Clodomir era do quadro docente da Universidade Federal de Rondônia, atualmente encontra-se aposentado.

que capacitar (educar) as massas e organizá-las se não há espaço no mercado de trabalho para todos? O que representa as organizações multilaterais no mundo em todo esse processo?

Concluído o curso (LOC), ao retornar para o Acre (2001), inicia-se o processo de preparação para adentrar a academia, etapa conquistada com a aprovação, tendo início das aulas no Curso de Ciências Sociais no ano letivo de 2003 na Universidade Federal do Acre. Pois tínhamos a crença de que a universidade, seria o local ideal para encontrar algumas respostas para nossas indagações. Descobrimos somado aos conhecimentos da academia, outros ambientes poderiam nos ajudar a esclarecer tantas dúvidas.

Envolvido profissionalmente com capacitações, oficinas e organização social de comunidades, e tendo um aporte teórico proporcionado pelas disciplinas da universidade, morando em uma comunidade remanescente de invasão, nos convencemos que seria muito proveitoso juntar estas três oportunidades num projeto inovador: criar a primeira biblioteca comunitária do Estado, a BICCA (Biblioteca Comunitária do Bairro Adalberto Aragão) no Bairro Adalberto Aragão.

No momento em que estávamos cursando a graduação, tivemos a oportunidade de ter contato com as reflexões teóricas de Antonio Gramsci (1891-1937) o que acabou nos proporcionando um aporte teórico e uma motivação para aprofundarmos nosso conhecimento sobre o tema Educação, hegemonia e Estado.

A partir de então, cada vez mais fomos aprofundando nossos estudos sobre a temática, outras leituras foram sendo incorporados em nossas pesquisas, Paulo Freire, Anibal Ponce, Moacir Gadotti, dentre outros.

Numa sexta-feira 13 de abril de 2007, obtemos a graduação como Cientista Social com habilitação como Cientista Político, logo após ter defendido trabalho de monografia com título: Projeto Seringueiro: Movimentos sociais e educação popular nos seringais do Acre – Influência e desdobramentos.

No mesmo ano, mês de maio, iniciasse a preparação para ingressar no Mestrado em Desenvolvimento Regional (MDR), turma de 2008.

Com início das aulas no MDR, em 2008, também se iniciam paralelo a dedicação ao mestrado, as atividades como docente do curso de Direito e

Comunicação Social na União Educacional do Norte – UNINORTE, assumindo as disciplinas de Humanidades II, História do Direito, Realidade brasileira, Realidade regional e Ciência Política.

Todo esse envolvimento com educação e formação, nos fez refletir sobre a profundidade do conceito e, principalmente, como o princípio educativo contido no ato de apropriar-se de uma visão de mundo materializado nas esferas do Estado.

E nesta busca pelo esclarecimento chegamos a nos deparar com outros questionamentos que passariam ser um dos elementos provocador de nossa pesquisa atual: Por que o desenvolvimento Regional acontece de forma diferente em partes semelhantes em um determinado país ou região? Por que pouco se discute as influências políticas e “pedagógicas” sobre os indivíduos afetados nos projetos de desenvolvimentos econômicos? Que elementos reais determinam a consciência social dos indivíduos num projeto perverso e desigual globalizado?

Motivados por esses questionamentos, pretendemos neste trabalho encontrar os elementos que possam trazer a luz sobre as seguintes indagações, que é o centro de toda nossa discussão neste trabalho: **Como poderíamos caracterizar o projeto hegemônico (a “pedagogia”) que está se estabelecendo em nossa região e como os movimentos sociais – surgido das lutas camponesas no Acre – se posicionam frente a esse processo? Pode a atividade educativa se tornar uma ameaça ao projeto de opressão?**

Quando falamos em hegemonia, estamos falando também de um ato pedagógica, ou seja, num projeto de mobilização e de uma imposição de visão de mundo que em alguns momentos assumem postura onde a sociedade política atua com mais vigor (força) e num outro momento as estratégias são assumidas pela sociedade civil na formação do consentimento (consenso).

Por isso o ato hegemônico é um pedagógico que pode ser levado a cabo pelo Estado burguês, como também um ato pedagógico de massa numa educação politizada e insurgente.

Buscamos abordar esse tema por acreditamos ser relevante para nossas pesquisas pessoais bem como para a academia, uma vez que há muito para se debater, analisar e questionar sobre os aspectos e os efeitos do discurso do

“desenvolvimento sustentável” proposto não só para o mundo, como para a Amazônia brasileira, mas principalmente na Amazônia-acriana.

Podemos observar que entre 7 a 18 de dezembro de 2009 em Copenhague, capital da Dinamarca, aconteceu a 15ª Conferência do clima, COP 15. Na ocasião esperava-se que se chegar a um consenso quanto às diretrizes que deveríamos tomar para frear as causas do aquecimento global. Porém, o que ficou evidenciado, mais uma vez, foi o fracasso dos países mais pobres (ricos em recursos naturais e culturais) em estabelecer um diálogo e posicionarmos frente aos com países mais ricos (maiores poluidores e consumidores de recursos naturais). Também, ficou evidente a cumplicidade da ONU para com os países do bloco hegemônico, numa política intervencionista nos países da periferia.

Por que não se chega a um acordo como esse tão importante para toda a humanidade?

Porque não é interessante para os países hegemônicos fazer qualquer acordo enquanto não tornarem proprietários das riquezas (matérias e imateriais) dos países da periferia. Contudo, isso não quer dizer que este processo de apropriação e expropriação não esteja em plena execução por todo mundo.

O processo de apropriação e expropriação na periferia vem se desenvolvendo durante centenas de anos. Durante esses vários anos, as orientações para dominação hegemônica assumiram várias estratégias e discursos: fé, progresso, crescimento, desenvolvimento, globalização, desenvolvimento sustentável. Porém, o que se vê, atualmente, é um movimento perverso e contraditório de incorporação de diversas sociedades, autênticas em suas diversidades, num projeto homogeneizante e excludente de desapropriação de suas riquezas naturais e intelectuais.

Estamos sob 13 (treze) anos de administração de um governo da floresta³ cujo partido (PT - local) surge da base sindical e do movimento dos trabalhadores

³ Com a eleição de Jorge Viana ao governo do Estado do Acre, o slogan de sua gestão passaria a se chamar governo da floresta, haja vista que o plano de gestão seria voltado para a idéia de desenvolvimento sustentável e valorização dos povos tradicionais.

rurais do Acre, que até então, acreditava-se ser a materialização da luta contra a injustiça social imposta pelo imperialismo burguês.

Trinta anos do partido dos trabalhadores já se passaram, e mais de vinte dos movimentos sociais mais representativos da região. Também, já se foram mais de vinte anos da morte de trabalhadores que assumiram uma postura de luta contra o julgo do opressor que lhes condenaram a morte⁴.

Hoje, vemos os ideais de luta desses trabalhadores que deram suas vidas em nome da sobrevivência de seu povo e da possibilidade de viver num mundo mais solidário, sendo apropriado e transformado num discurso belo, encantador e educativo de massa.

Esse discurso que “encanta” as massas – como um canto da sereia, que levam até os marinheiros mais experientes ao fundo do mar – é apenas uma das faces de um ato político hegemonicamente elaborado com fins bem determinados, que nos orienta – nos educa – enquanto sociedade a aceitarmos uma determinada perspectiva de mundo, que aqui determinamos por pedagogia.

Ao usarmos o termo “pedagogia”, não estamos nos referido ao termo restrito e técnico do que a palavra relacionada às estruturas de ensino, mas sim no seu sentido mais amplo, o ato educativo contido no ato humano como sujeito histórico, ou seja, utilizamos este termo para caracterizar uma ação política determinada por atos práticos e teóricos na construção e desconstrução de uma realidade, visão de mundo.

Em alguns lugares essa pedagogia opressora materializasse de varias formas, em alguns momentos ela assume a estratégia de guerra, noutro em ações de espionagem, de golpe de estado. Em certos lugares, o racismo; em outro o discurso afinado e “harmonioso” na esfera da sociedade política como na sociedade civil.

E para organizar as discussões e os questionamentos apontados acima, organizamos o trabalho em três capítulos, que correspondem: no primeiro a

⁴ Há relatos de mais de 150 seringueiros morreram na luta por seus direitos, dentre eles Wilson Pinheiro (19 -1980) e Chico Mendes (1944-1988)

pedagogia **do opressor**; no segundo a **pedagogia do oprimido**; e no terceiro a pedagogia **para o oprimido**.

No capítulo primeiro, buscamos fazer uma reflexão sobre o papel do Estado como intuição educadora do consenso. Para isso, buscamos conciliar vários aspectos importantes da formação histórica da “pedagogia colonizadora” que não se limita apenas ao período das regências coloniais, mas que ainda é muito marcante nas estratégias políticas contemporâneas, isto é, a imposição de um discurso racista que inferioriza e impõe o estigma da incompetência aos países da periferia.

Outro aspecto importante é a formação do estado liberal tendo na sociedade civil como a esfera determinante do consenso e reprodução do senso comum burguês indispensável ao projeto político liberal onde, num determinado momento o discurso religioso é a fio condutor, noutra momento é o trabalho, em outro momento o desenvolvimento sustentável. E antes de qualquer coisa, observar de que educação nós estamos falando.

Para tanto, para discutimos o Estado, como instituição educadora, utilizamos dos conceitos gramsciano de sociedade civil e sociedade política, hegemonia e intelectual. Para tratarmos de do conceito Educação buscamos compreendê-lo a partir da relação das lutas de classe, e para isso recorreremos a Anibal Ponce, Carlos Rodrigues Brandão, Moacir Gadotti, e outros pesquisadores da temática.

No segundo capítulo tratamos da pedagogia *do oprimido* como a pedagogia da insubordinação, da insurgência, a pedagogia do movimento de esclarecimento das letras e das contradições do sistema capitalista, a pedagogia enquanto movimento pelo direito a plantar e criar suas próprias concepções de mundo.

Aqui nesta parte do trabalho, foi indispensável a leitura das obras de Paulo Freire, dentre elas a *Pedagogia do Oprimido*, a *Pedagogia da autonomia* e a *pedagogia da esperança*. Também, não poderia faltar a essa pesquisas *A pedagogia do MST* de Roseli Salette Caldart, *Movimentos sociais no Início do século XXI* de Maria da Gloria Gohn, bem como pesquisas de mestres e doutores que abordam a temática da luta do proletariado para fazer valer sua perspectiva de mundo.

Tentamos mostrar que a pedagogia *do oprimido* vai além da luta pelo acesso as regras gramaticais, é a práxis forjada na luta e na busca da liberdade das massas enquanto humanidade. Em certos lugares é a busca pelo letramento, noutro é o direito de plantar o que comer, noutros é aceitação da possibilidade de um mundo onde caibam vários mundos.

A pedagogia do oprimido é o movimento social na luta que mobiliza acadêmicos, crianças, mulheres, favelados, desempregados, empregados, muitos num mutirão onde a palavra que revela o mundo é a palavra que leva a liberdade e a resistência.

Já no terceiro capítulo apresentamos como a pedagogia colonizadora está se materializando na América Latina e, principalmente, na Amazônia Acreana, a pedagogia *para o oprimido*.

É uma pedagogia “*para*” pela suas características mais sutis. Nesta “nova” estratégia de consenso, não há um afastamento direto do oprimido no projeto hegemônico, isto é, é fundamental a participação do oprimido como ator determinante no processo de legitimação do projeto hegemônico.

E nesse projeto hegemônico-pedagógico, instituições de internacionais como Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento, Agência de Desenvolvimento Internacional dos Estados Unidos, passam a atuarem na cooptação de instituições locais num processo “suave”, “pacífico” e acelerado de desnacionalização das riquezas materiais e imateriais dos povos da Amazônia.

Por isso essa *pedagogia para o oprimido* busca na sociedade civil e na sociedade política os espaços da “participação”, “manifestação” e a tomada de “decisão” nas políticas, toda via, previamente determinadas para que o processo hegemônico não corra risco; são oficinas temáticas, assembleias, conselhos, associações, conferências, burocratização dos movimentos sociais, apropriação das manifestações populares de educação.

Porem, a pedagogia *para o oprimido* assume diferentes características por toda América Latina: num determinado local, momento e espaço ela apresenta-se na garantia do processo hegemônico com o uso da força militar e diplomática; noutro com o uso e monopolização da informação; em noutro com a cooptação

dos ideais e intelectuais dos movimentos de resistência; e, em geral, na reprodução do senso comum.

O senso comum não é composto somente pela ideologia dominante, mas por várias ideologias. Por isso, é um senso comum campo de luta, uma guerra de posição constante.

Por isso procuramos escapar das armadilhas do senso comum – mas não o desconsiderando – trazendo várias vozes nesse projeto, algumas são conhecidas (Antonio Gramsci, Paulo Freire, Moacir Gadotti, Maria da Glória Gohn, Lúcia Maria Wanderley, Amartya Sen etc), outras são próximas (Elder de Paula, Silvio Simione, Gilberto Dalmolin, Enok Pessoa, Israel de Sousa, etc.) outras que estamos conhecendo (Zanini Moretti, Jean-Guy Allard, Eva Golinger, etc), mas todas elas se somam muitas outras num processo de luta contra o projeto político que paira sobre a América Latina.

Por isso, esse trabalho não é um mero exercício de protocolo acadêmico, mas busca fazer coro num ato “mobilizante” para uma reflexão e tomada de posicionamento, de atitude.

CAPITULO I

O ESTADO COMO “EDUCADOR”

A pedagogia do opressor

Historicamente o processo civilizatório se desenvolve pela capacidade que a humanidade apreender por meio de sua capacidade de adaptação/dominação da natureza, da produção de conhecimento e, principalmente, como repassar a visão de mundo a toda à sociedade.

É com o desenvolvimento da racionalidade científica, tecnológica e educativa que o Estado teológico seria superado pelo Estado burguês. É nesta ocasião que os saberes científicos assumem valores de uma verdade absoluta, e a racionalidade torna-se a mola mestra para conduzir a sociedade rumo ao progresso e ao moderno como dever moral.

Porem, mesmo superando o estágio teocrático como regulador da sociedade, os elementos religiosos e de caráter subjetivistas (culpa e responsabilidade), que apaziguam , domesticam e convertem novas almas são indispensáveis num projeto de dominação de uma sociedade sobre outra.

Desse movimento social civilizatório, o Estado moderno surge então como uma instituição educadora, onde tanto a esfera civil quanto a sociedade política atum para garantir a reprodução do consenso necessário a manutenção da ordem estabelecida, uma sociedade formada por duas classes: a classe dominante *opressora* que busca a qualquer custo encobrir as contradições existentes na sua forma de dominação; e a classe *oprimida* que diante das sobras que fitam a sua frente, desconhecem muitas vezes a fonte de todas as formas de violência (intelectuais, culturais, políticas econômicas).

Para manter-se não somente dominante, mas dirigente, a pedagogia *do opressor* assume diversas características que vão desde o projeto catequizador religioso, a escravização para produção de mercadorias, as torturas e assassinatos nos seringais do Acre, como também a negação e a proibição da linguagem da escrita.

Esse fato nos chama a atenção, haja vista que todo o processo de colonização brasileira fora desenrolar de num processo de acultramento (falado, escrito, lido e cantado⁵): **Por que a educação, em uma de suas dimensões que é o ato de aprender a ler e escrever, um fundamento importantíssimo no Estado moderno, passa ser visto como uma ameaça nas florestas do Acre?**

Para tanto, outras questões também devem ser pensadas para posamos fazer uma reflexão sobre o questionamento acima: O que podemos entender por Educação ou por princípio educativo? Existe educação desinteressada? Há uma educação de classe? Como a educação entendida como princípio educativo se materializa na sociedade de classes e como isso determina a concepção de mundo de cada grupo social? Que papel o Estado assume quanto instituição educadora? **O que representa a negação do “letramento” numa sociedade marcada pela produção e troca de mercadorias na Amazônia acriana?**

As respostas a todas essas perguntas são muito difíceis de ser respondidas em qualquer plano, mais ainda no plano conceitual. Por isso, olhemos como a partir de fenômenos reais estas questões possam ser respondidas.

1.1. O QUE É EDUCAÇÃO – o princípio educativo e o Estado ampliado

A educação nunca esteve separada da questão do poder. Os que ainda insistem que a educação é uma questão técnica, na verdade está ocultando, atrás da razão técnica, um projeto político.

A relação entre educação e poder acompanha o desenvolvimento de toda história das idéias educacionais, econômicas e políticas. O que existe de novo em cada época é que essa relação é vista de maneira diferente e suscita novas questões. Assim, a educação não é um processo que se repete sempre da mesma forma. Existe uma leitura histórica diferente em cada época do que se entende e do que se quer da educação, de como manipulá-la e de como utilizá-la de maneira fundamental para uma determinada política de desenvolvimento.

Contudo , quando propomos a discutir a questões políticas da Educação não significa reduzir tudo ao político, como se a ótica da ciência política nos

⁵ O ecletismo religioso, musical, literário e as palavras indígenas incorporadas no nosso vocabulário são elementos de um processo colonização e de resistência da nossa cultura mestiça.

oferecesse todas as explicações ou sanasse completamente as dúvidas. Significa, por exemplo, afirma Rodrigues (1940), que não podemos deixar de observar os prolongamentos políticos do ato “aprender e ensinar”, pois não podemos deixar de considerar que existe uma estreita relação entre as condições socialmente determinadas pelas condições de exploração econômica e as alternativas educacionais disponíveis a um determinado grupo.

Com as contribuições da ciência política, da economia e da sociologia, aos poucos, os sistemas educacionais vão sendo enfocados numa perspectiva nova, educando os educadores,

“a escola deixa de ser considerada aquela ilha de pureza sonhada pelos educadores que viam a educação como a redentora da humanidade. Num mundo em que os conflitos sociais, étnicos e culturais são cada vez mais perceptíveis, a escola não pode ficar imune. A educação passou a ser o lugar da denúncia da própria educação e a escola tornou-se lugar de conflito como qualquer lugar” (GADOTTI, 2004, p.22).

Entendemos, também, que existam mundos diversos e que a educação existe também em formas diversas, pois

em pequenas sociedades tribais de povos caçadores, agricultores ou pastores nômades; em sociedades camponesas, em países desenvolvidos e industrializados; em mundos sociais *sem* classe, de classes, com este ou aquele tipo de conflito entre suas classes; em tipos de sociedades e cultura sem Estado, com um Estado em formação ou com ele consolidado entre e sobre as pessoas. Existe entre povos que submetem e dominam outros povos, usando a educação como um recurso a mais de sua dominação (PONCE, 2001).

A educação pode existir livre⁶ e, entre todos, pode ser uma das maneiras que as pessoas criam para tornar *comum*, como saber, como idéia, como crença, aquilo que é *comunitário* como bem, como trabalho ou como vida.

Ela pode existir imposta por um sistema centralizado de poder, que usa o saber e o controle sobre o saber como armas que reforçam a desigualdade entre os homens, na divisão dos bens, do trabalho, dos direitos e dos símbolos (RODRIGUES, 1940, p. 10).

⁶ Este termo “livre” apresentado aqui refere-se ao momento onde o ato da educação ocorre horizontalmente, isto é, na relação natural entre os homens e nas suas relações quanto comunidade e com a natureza.

Mais ainda, a educação participa do processo de produção de crenças e idéias, de qualificações e especialidades que envolvem as trocas de símbolos, bens e poderes que, em conjunto, constroem tipos de sociedades. Esta é sua força.

No entanto, pensando às vezes que age por si e livre em nome de todos, o educador imagina que serve ao saber e a quem ensina, mas, na verdade, ele pode estar servindo a quem o constituiu professor, a fim de usá-lo, e ao seu trabalho, para os usos escusos que ocultam também na educação – nas suas agências, suas práticas e nas suas idéias que ela professa – interesses políticos impostos sobre ela e, através de seu exercício, à sociedade que habita (RODRIGUES, 1940, p.12).

A educação aparece sempre que surgem formas sociais de condução e controle de aventura de ensinar/aprender. Segundo Rodrigues (1940), “o ensino formal é o momento em que a educação se sujeita à pedagogia (a teoria da educação), cria situações próprias para seu exercício, produz os seus métodos, estabelece suas regras e tempos, e constitui executores especializados”.

Onde ainda não há uma rigorosa divisão social do trabalho entre classes desiguais, afirma Rodrigues (1940), e onde o exercício social do saber ainda não foi centralizado por uma classe como um Estado, existe a educação sem haver a escola e existe a aprendizagem sem haver ensino especializado e formal, como um tipo de prática social separada das outras.

Sob o regime tribal, a característica essencial da educação reside no fato de ser difusa e administrada indistintamente por todos os elementos do clã. Não há mestres determinados, nem inspetores especiais para a formação da juventude: esses papéis são desempenhados por todos os anciãos e pelo conjunto das gerações anteriores. (DURKHEIM apud PONCE, 2001, p. 20).

Mesmo nas grandes sociedades civilizadas do passado – como na Grécia e em Roma, com que vamos encontrar um pouco mais adiantado – um sistema pedagógico controlado por um poder externo a ele, atribuído de fora para dentro a uma hierarquia de especialistas de ensino, e destinado a reproduzir a desigualdade através da oferta desigual do saber, é uma conquista tardia na história da cultura (RODRIGUES, 1940, p.33).

Na sociedade primitiva, a colaboração entre os homens se fundamentavam na propriedade coletiva e nos laços de sangue; na sociedade que começou a se dividir em classe, a propriedade passou a ser privada e os vínculos de sangue retrocedem diante do novo vínculo que a escravidão inaugurou: *o que impunha o poder do homem sobre o homem*. Desde esse momento, os fins da educação deixaram de ser implícitos na estrutura total da comunidade. Em outras palavras: com o desaparecimento dos interesses comuns a todos os membros *iguais* de um grupo e a sua substituição por interesses *distintos*, pouco a pouco *antagônicos*, o processo educativo, que até então era único, sofre uma partição: *a desigualdade econômica entre os 'organizadores' – cada vez mais exploradores – e os 'executores' – cada vez mais explorados – trouxe, necessariamente, a desigualdade das educações respectivas (...) para os que nada tinham, cabia o saber do vulgo, para os afortunados, o saber da iniciação* (PONCE, 2001, p. 26 e 27).

Em nome de quem os constituem educadores, estes especialistas do ensino, aos poucos tomam a seu cargo a tarefa de assumir, controlar e recodificar domínios, sistemas, modos e usos do saber e das situações coletivas de distribuição do saber.

Uma vez constituída as classes sociais, *passa a ser um dogma pedagógico a sua conservação*, e quanto mais a educação conserva o *status quo*, mais ela é julgada adequada. Já nem tudo o que a educação inculca nos educandos tem por finalidade o bem comum, a não ser na medida em que “esse bem comum” pode ser uma premissa necessária para manter e reforçar as classes dominantes. Para estas, a riqueza e o saber; para as outras, o trabalho e a ignorância (PONCE, 2001, p. 28).

Contudo, é imperioso afirma que, “não há uma forma única nem um único modelo de educação; a escola não é o único lugar onde ela acontece e talvez nem seja o melhor; o ensino escolar não é a única prática pedagógica e o professor profissional não é o único praticante” (RODRIGUES, 1940, p.9).

Nesta linha de raciocínio podemos ratificar que “a escola, isto é, a atividade educativa direta é tão-somente uma fração da vida do aluno, o qual entra em conato com a sociedade humana (GRAMSCI, 1989, p. 142)”.

O individuo não é formado unicamente quando envolvido num ambiente institucional, na escola, mas também não podemos desconsiderar que este

ambiente institucional tem um papel importante na formação do cidadão, do trabalhador e do militante. Como também não podemos deixar de desconsiderar a imposição violenta que restringe a participação nesse ambiente de conhecimento.

Também, não há dúvida que existam outros ambientes que atuam como formador do indivíduo e que são tão importantes quanto à escola, dentre eles: o trabalho e os movimentos sociais, cujo este atua na luta por direitos já adquiridos ou pela luta contra o *status quo*. Toda via o papel que Estado moderno desempenha como instituição educadora na contemporaneidade é um dos fatores determinante na manutenção da ordem estabelecida pela classe burguesa.

1.2 Os aparelhos privados do consenso como ato pedagógico

No mundo contemporâneo, onde o uso da força por si só não oferecem as condições necessárias para dominação de um grupo sobre o grupo. Uma vez que,

a capacidade de direção se expressa na capacidade de na concentração de um projeto político em uma forma de governo e de Estado através de um sistema de alianças, no qual as forças dirigentes universalizam e transcendem interesses particulares dos grupos, classes ou frações que aderem ao seu projeto. *Exercendo uma tarefa de reforma intelectual e moral, essas forças dirigentes fazem concessões aos vários setores que compõem seu bloco de alianças, indo além de seus interesses corporativos específicos.* A base desta ordem, que se cria e recria continuamente, é o consentimento e não a força. Ela é montada por todos aqueles que desempenham um papel organizado na sociedade. Quando mais elevado for a forma de hegemonia – portanto, quanto maior for o consenso –, mais ampla será a capacidade de direção política sobre uma sociedade (BOCAIUVA & VEIGA, 1992, p.19).

Por isso, o princípio pedagógico do Estado contemporâneo é a materialização permanente da manutenção do consenso, por meio de suas práticas administrativas e por meio de seu pessoal especializado, por onde historicamente os sistemas educacionais se articulam e se organizam como um dos aparelhos de hegemonia. Mas também como espaço de luta e de uma guerra de posição constante.

Desta forma, a sociedade civil compreendendo o conjunto de relações sociais que engloba o devir concreto da vida cotidiana, da vida em sociedade, o

emaranhado das instituições e ideologias nas quais as relações se cultivam e se organizam assume papel determinante no processo de formação do indivíduo “aburguesado”

Já a sociedade política (Estado em sentido restrito, ou Estado-coerção), ocorre sempre o exercício da ditadura, ou seja, da dominação baseada na coerção, atua como garantidora dos dispositivos criados no âmbito da esfera da sociedade civil.

Na sociedade civil está na diferença da função que exerce na organização da vida social, na articulação e reprodução das relações de poder. Na sociedade política o exercício do poder ocorre sempre através de uma dominação mediante coerção, na sociedade civil esse exercício do poder ocorre através da direção política e do consenso, a hegemonia.

A concepção de hegemonia remete, ainda, ao esclarecimento das relações entre infra-estrutura e superestrutura, à forma como as classes sociais se relacionam e exercem em suas funções no interior do ‘bloco histórico’. Neste as forças dominantes sofrem a oposição das forças emergentes, dominadas, num processo de luta pelo encaminhamento de uma nova ordem social. Assim falar de hegemonia implica também de crise de hegemonia, que se caracteriza pelo enfraquecimento do seu poder de direção política e perda de consenso.

Se a classe dominante perdeu o consenso, ou seja, não é mais ‘dirigente’, porém, unicamente ‘dominante’, detentora da pura força coercitiva, isso significa precisamente que as grandes massas se separam das ideologias tradicionais, que não crêem mais no que antes criam (...). A crise consiste precisamente no fato de que o velho morre e o novo não pode nascer (GRAMSCI, 2004).

A crise de hegemonia, enquanto expressão política da crise orgânica é o tipo específico de crise revolucionária nas sociedades mais complexas, com alto grau de participação política organizada (COUTINHO, 1981, p.93).

Nessas situações de crises, pode ocorrer, segundo Simionatto (2004), de um lado, a rearticulação da classe dominante, que através da coerção procura recompor a sua hegemonia (uma vez que possui uma capacidade maior de organização) através de “sacrifícios”, concessões ou promessas demagógicas. De outro lado, as classes dominadas podem ampliar a sua articulação e, portanto, o

seu consenso, e reverter às relações hegemônicas a seu favor, ocupando os espaços para se tornar classe dirigente (através do consenso) e dominante (isto é, condutora do poder)

Não se pode perder de vista que a classe dominante repassa a sua ideologia e realiza o controle do consenso através de uma rede articulada de instituições culturais, que Antonio Gramsci denomina “aparelhos privados de hegemonia”, que incluem: a escola, as empresas, sindicatos, associações, a Igreja, os jornais e os meios de comunicação geral.

Esses aparelhos têm por finalidade inculcar nas classes exploradas a subalternidade passiva, através de um complexo de ideologias formadas historicamente. Quando isso ocorre, a subalternidade social também significa subalternidade cultural (SIMIONATTO, 2004).

Para isso o bloco hegemônico precisa conectar o seu discurso à vida prática. Estabelecer o seu discurso como aquele que “faz sentido, algo que não é visto como discurso dominante, mas como forma “natural” de pensar e proceder. E para isso o senso comum é a arena de luta, das contradições e da ampliação do consenso.

E nesta arena de luta, que os intelectuais ligados a classe dirigente, administradores das superestruturas, são elaboradores e executores da ideologia que será perpassada e todas as camadas sociais como a concepção de mundo a ser seguida. São as ideologias de caráter orgânico, que organizam as massas.

Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político: o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito, etc., etc. Deve-se anotar o fato de que o empresário representa uma elaboração social superior, já caracterizada por uma certa capacidade dirigente e técnica (isto é, intelectual): ele deve possuir uma certa capacidade técnica, não somente na esfera restrita de sua atividade e de sua iniciativa, mas ainda em outras esferas, pelo menos nas mais próximas da produção econômica (deve ser um organizador de massa de homens: deve ser um organizador da "confiança" dos que investem em sua fábrica, dos compradores de sua mercadoria, etc.) (GRAMSCI, 1982,p.4).

Desta forma, não só as reformas educacionais e curriculares são importantes, mas todas as formas de assimilação da concepção de mundo: o trabalho, como catalisador social, tem um papel determinante, que é aprender com trabalho o local de sua posição social; as regras – institucionalizadas ou não – que atuam como ajustamento de conduta; organizações coletivas, que reproduzem um sentimento de solidariedade.

Desta forma o indivíduo, enquanto reproduzidor das suas condições de manutenção de vida – trabalhador – aprende e apreende uma visão de mundo enquanto trabalha; e na “escola burguesa” aprende a seguir trabalhando, e nas florestas da Amazônia a aceitação de sua condição de “inferioridade”.

1.3 A PEDAGOGIA DO OPRESSOR – do eurocentrismo a pedagogia do barracão seringalista no Acre

Pode até parecer contraditório falar em pedagogia quando, em alguns momentos estamos falando do ato de negação da possibilidade de participação no mundo da escrita, bem como a imposição de uma perspectiva de mundo onde o ideal de vida a ser alcançado é o ideal de vida de quem oprime – deixar de ser oprimido para ser opressor, isto é, ver na classe dominante o ideal de vida a ser conquistado.

Porem, como apresentado antes, quando falamos em pedagogia falamos de um processo mais amplo e determinado da consolidação de um projeto político que perpassa todas as esferas de uma sociedade: escola, família, trabalho, crenças, etc.; bem como atividades práticas de conduta e de intervenção física, simbólica e emocional, que culminam muitas vezes com uma *autodesvalia*⁷.

O processo de ocupação da América Latina, ou como preferimos dizer, o processo “pedagogizante” junto aos povos latino-americanos se daria pela utilização da força (guerras, genocídios, torturas, etc.), bem como pela negação do ser original deste continente, numa cruel imposição estrangeira e preconceituosa de uma visão de mundo.

Toda via esse projeto opressor, de apropriação e expropriação, nunca cessou nessa parte do mundo, como querem os manuais científicos, que

⁷ Ver a respeito desse termo em *A pedagogia do oprimido* – CAP I, A situação concreta do opressor e os oprimidos.

influenciado pelo ideal burguês, tentam nos convencer de que o período colonial é algo já superado historicamente na América Latina.

Um exemplo disso que afirmamos acima, está no processo de ocupação do território amazônico, que mesmo por outra “didática”, ainda traz no seu cerne o gene do colonizador (*opressor*) que busca na impingir no sentimento de inferiorização no colonizado (*oprimido*) as condições ideais e materiais de dominação.

No processo de territorialização, da lógica opressora, é de fundamental importância que novas perspectivas sejam estabelecidas, por isso, novas instituições⁸, tidas mais “modernas” devem ocupar o lugar daquilo tido como inferiores, primitivo e atrasado.

Para isso, num primeiro momento, esse processo de modernização, foi à imposição de uma concepção de mundo eurocentrista. Depois a imposição de estado liberal como aparato burocrático legalizador do capitalismo latifundiário, industrial; noutro o condicionamento cultural de grupos sociais por meio de processos produtivos alicerçado na atividade coletora, no endividamento e na negação ao acesso do mundo letrado.

O eurocentrismo configura-se na imposição de uma visão de mundo européia que parte de uma perspectiva unilateral, racista que, de forma avassaladora, perpassou todas nossas relações sociais das mais diversas colônias no mundo todo. E é nessa perspectiva funda-se um saber antropológico aplicado a periferia. Em alguns momentos este novo saber constituído sobre os povos da periferia, ora os classificavam como criaturas puras e infantis, ora concebi-os como bárbaros, pagãos e pregadores de demônios.

A “descoberta” do novo mundo se estabelece no momento em que o sistema mercantilista vai perdendo espaço para a nova produção de riquezas impulsionadas pela tecnologia, e imposição de numa visão moderna. Assim, aquele saber antropológico de inspiração teológica vai dando lugar a uma matriz cientificista naturalista. E a partir disso, os índios, negros, mestiços os latino-

⁸ Nova estrutura familiar/parentesco, governo/governados, escola/educação, cultos/religião e guerra/paz.

americanos passam a ser rotulados de seres naturalmente inferiores, sujeitos incapazes de se tornarem sujeitos de sua própria história.

Utilizando a abordagem de Da Silva Filho (2004), o eurocentrismo da visão moderna é “uma histórica do mundo que transforma o “ser” do “outro” em um “ser” de “si mesmo”. Nessa visão, ao se fazer a apologia da modernidade, entende-se que todos os “avanços” que ela representa constitui um desenvolvimento natural do próprio “ser europeu”, sem levar em consideração a existência da América ou da África – a Ásia é reconhecida como o começo da história, mas persegue em um estado infantil e primitivo”.

A Europa é e se propõe como o movimento necessário da história e do desenvolvimento inevitável, como sugere Hegel,

o homem se divide em Velho Mundo e Novo Mundo. O nome do Novo Mundo provém do fato de que a América (...) não foi conhecida até há pouco pelos europeus. Mas não se acredite que a distinção é puramente externa. Aqui a divisão é essencial. Este mundo é novo só relativamente mas também absolutamente; o é com respeito a todos os seus caracteres próprios, físicos e políticos. O mar de ilhas, que se estende entre a América do Sul e Ásia, revela certa imaturidade no tocante também a sua origem (...) A Nova Holanda também não deixa de apresentar características de juventude geográficas pois se, partindo das possessões inglesas, penetramos em seu território, descobrimos enormes rios que ainda não abriram seu leito (...) Da América e de seu grau de civilização especialmente no México e Peru, temos informações a respeito de seu desenvolvimento, mas como uma cultura inteiramente particular, que expira no momento em que o Espírito se aproxima dela (...) A inferioridade destes indivíduos é, em tudo, inteiramente evidente (DUSSEL apud DA SILVA FILHO, 2004, p. 274).

Foi à descoberta de um “novo mundo”, segundo Dussel (1993), que possibilitou que a Europa – seu ego – saísse da imaturidade subjetiva da periferia do mundo mulçumano e desenvolver-se até o ponto de tronar-se o centro da história e o senhor do mundo, estado que simbolicamente foi atingido com a figura de Hernan Cortez no México.

Nos idos do sec.XV, com o isolamento comercial imposto pela tomada de Constantinopla, afetou o centro comercial Europeu, pondo em risco a estrutura econômica mercantilista, as estratégias terrestres de reabertura para as rotas comerciais fracassaram, couberam as estratégias marítimas do projeto de

Henrique de Sagres e seus navegadores a descobertas de novas rotas e disseminação do ser europeu.

A imposição do “ser” europeu não se evidencia somente pela prática racional, mas também pela utilização massiva de violência irracional física e cultural – a negação da identidade do “outro”, “seja através de uma postura assimilacionista, seja através da simples exclusão e eliminação. Tudo isso está simbolizado no ‘mito sacrificial’, isto é, toda a violência derramada na América Latina era, na verdade, um ‘benefício’ ou, antes, um ‘sacrifício necessário’. E diante disso, os índios, negros ou mestiços eram duplamente culpados por ‘serem inferiores’ e por recusarem o ‘modo civilizado de vida’ ou a ‘salvação’, enquanto os europeus eram ‘inocentes’, pois tudo que fizeram foi visando o melhor.

Estima-se que, nesse processo inicial de colonização, a população mexicana na época do massacre promovido pelos espanhóis chegava a cerca de 25 milhões e que no início do sec. XVII reduzia-se a próximo a 1 milhão. “ Nenhum dos grandes massacres do sec. XX pode comparar-se a esta hecatombe”. (TODOROV apud DA SILVA FILHO, 2004).

Esse resultado foi obtido devido a três estratégias de ação: A primeira os assassinatos mediante guerras e massacres; a segunda estratégia de extermínio foi a escravidão; terceira a colonização.

A colonização – o processo de domesticação. Tornar o “outro” como “si mesmo”, não mais uma prática guerreira, mas uma “práxis erótica, pedagógica, cultural, política, econômica, quer dizer, do domínio dos corpos pelo machismo sexual, da cultura, de tipos de trabalhos, de instituições criadas por uma nova burocracia política”. (DUSSEL apud DA SILVA FILHO, 2004,p.282).

Nesta etapa a Evangelização figura-se no processo de aniquilamento do “outro”. O mercantilismo e a evangelização, duas faces da mesma moeda.

O reducionismo, enquanto política de integração do indígena ao sistema colonial, tinha como objetivo principal a sedentarização e a partir do contato direto como os missionários, proporcionar a evangelização e “civilização”. Outro fator importante era de garantir a submissão dos povos que aqui viviam à monarquia colonizadora.

Para consecução de tais objetivos, as estratégias deveriam atingir diretamente a tradição cultural dos indígenas: o nomadismo, para que desta forma fossem submetidos a uma administração hierarquizada conforme a estrutura da Igreja e Estado.

O trabalho obrigatório foi imposto como alternativa de romper com os “vícios”, descanso, festas e jogos. Interromper com tudo que pudesse “distraí-los”. O ato de não-trabalhar passa ser visto como infração penal.

“Docificando” o indígena, os tornavam mais maleáveis ao processo de conversão. Para os que negligenciavam tais condutas, o chicote era a solução. Organizando e castigando de forma individual iam-se rompendo com a motivação para o trabalho coletivo em favor do trabalho individual. Também, há a substituição da grande família pela família nuclear cristão.

Tidos como incapazes e irresponsáveis no conduzir da disciplina na manutenção dos princípios morais cristãos e da estrutura hierarquizada, além das autoridades constituídas, era necessárias alternativas que proporcionassem uma dupla função: a manutenção da “ordem” e apropriação dos fundamentos civilizatório-cristão as futuras gerações. A solução estava no investimento sobre as novas gerações de indígenas e mestiços, os curumins.

Nesse processo hegemônico, o Estado e a Igreja eram instituições inseparáveis. Mesmo a supremacia desta sobre aquela, o processo de aculturação expressava a contradição na relação destas duas instituições, em um dos lados o colono na relação comercial e do outros religiosos conduzindo almas. O que resulta deste conflito, que uma vez cumprido aquilo que era de interesse das metrópoles os missionários são expulsos, mas ficam ficadas as raízes da domesticação.

Com a formação do Estado nacional brasileiro⁹ e centralização das decisões políticas e econômicas no eixo do café com leite, o restante do país passa ser observado como a parte atrasada da nação. E nesse contexto, fora a o que diz respeito à produção de borracha, a Amazônia vista como um local repleto de seres, feras e mitos desconhecidos. Porém, por um longo período fora

⁹ Para melhor compreensão período da formação do período republicano brasileiro: Formação econômica do Brasil / Celso Furtado. – 34. Ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

considerada como última oportunidade de realizar o sonho de riqueza, até ser encarada como o inferno verde e, logo depois, como um território “vazio”.

1.4 A pedagogia *do opressor* na empresa seringalista

Após anos de colonização no litoral e nas minas brasileiras, é com a descoberta do ouro negro que as características culturais, políticas e econômicas da região amazônica iriam se modificar definitivamente.

Mesmo na eminência de uma crise mundial pela privatização do BLEU GOLD (ouro azul – água), é o ouro negro (borracha) que iria definitivamente apresentar a Amazônia ao capital internacional e, conseqüentemente, na desigual divisão internacional do trabalho.

A incorporação da Amazônia ao capital estrangeiro, se dar em nosso entendimento em quatro momentos: primeiro marcado pelo monopólio da produção gomífera na região; a segunda pela reativação a produção de borracha devida a segunda grande guerra; a terceira marcada pela expansão agropecuária¹⁰; e a quarta implementação do consenso por meio da sociedade civil – sutil, porem não menos perverso¹¹.

A Amazônia, desde o período pré-colombiano, já era povoada. Mas com a expansão comercial impulsionado pelo colonialismo e pela necessidade de matéria-prima para o desenvolvimento industrial, outros grupos sociais migram para região.

O trabalhador seringueiro surge como um produto da expansão do capital industrial, o indígena, já existente na região, não. Por isso, este grupo social, é num primeiro momento “dispensável”.

Diante disso, o capitalista toma duas medidas importantes para a afirmação de sua dominação: primeiro, em relação aos indígenas tidos como empecilho ao desenvolvimento, cabe-lhes “perecer” em nome do progresso econômico; a segunda trata da submissão do seringueiro (o *freguês*) através da escravização mediante ao endividamento compulsório do sistema de *aviamento* (a venda de alimentos e instrumentos de trabalho e a compra da borracha); e num momento

¹⁰ Para melhor compreensão deste tema: **SILVA, Silvio Simione da**. Na fronteira agropecuária acreana – 1º ed. LEUPAG-DEGEO/UFAC, Rio Branco, 2003.

¹¹ Trataremos deste quarto momento no terceiro capítulo deste documento.

mais contemporâneo, desconhecer estes dois sujeitos históricos e concebê-los como objeto necessário ao projeto hegemônico neoliberal.

Na implantação dos seringais nas florestas da Amazônia, o sistema de *aviamento*, a “ordem” nos seringais imposta pelo seringalista (*o patrão*) e o isolamento em que vivem no interior da floresta, sempre impediu o acesso desses trabalhadores a qualquer serviço de educação ou saúde.

O analfabetismo sempre foi um dos sustentáculos da dominação exercida pelos seringalistas uma vez que o seringueiro não dispõe de formas de controle sobre as transações comerciais que realiza.

Para a formação de uma empresa seringalista, seringal clássico tradicional, alguns elementos seriam necessários:

a) a ocupação ou aquisição de grandes áreas de terra de concentração natural de seringueiras e abertura;

b) o recrutamento de mão-de-obra;

c) a organização da produção (coleta e transformação látex) em unidades autônomas denominadas de *colocação*, formadas pela casa de moradia do seringueiro, pelas *estradas de seringa*, pela barraca de *defumação* e, após a época de expansão, pela área do roçado;

d) uma estrutura comercial, o barracão, voltado para a venda de instrumentos de trabalho e bens de consumo aos seringueiros e pela compra da borracha;

e) um sistema de contabilidade comercial, de responsabilidade do guarda-livros, organizado individualmente para cada seringueiro, registrando a venda de mercadorias e o crédito da borracha produzida por *fabrico*, isto é, safra da borracha;

f) um sistema de transporte de mercadorias, entre o *barracão* e as *colocações*, formados por tropas de animais; g) a contratação de trabalhos especializados (mateiro, caçador, ferreiro) e de trabalhadores assalariados responsáveis por serviços de apoio (transporte, alimentação, e agricultura em anos mais recentes).

Tudo isso bem registrado nos livros de controle do “dono” do seringal.

Na empresa as relações sociais são organizadas em função da propriedade: o seringueiro, uma vez sediado em “sua” colocação, deve pagar uma taxa de uso das terras e da *estrada de seringa*, a *renda*; depois numa relação de dependência comercial.

Esta relação comercial se dá pela relação *patrão* (dono do seringal) e o *freguês* (seringueiro): todo suprimento necessário ao trabalho de extração do látex, bem como os alimentos, remédios, artigos de limpeza e higiene (*estiva*) são fornecidos pelo barracão do patrão ao qual o seringueiro está vinculado, o sistema é conhecido por *aviamento* (fornecimento a crédito), quase nunca quitado, conforme a safra.

As atividades e rotina da organização produtiva do seringueiro são apresentadas de forma bem pontuada por Pessoa (2004, p.74):

Esses trabalhadores, vindos do semi-árido, chegavam às terras amazônicas enganados pela promessa de riquezas fácies, e sem o devido preparo para o trabalho nos seringais, porque com a nova função de trabalhadores da floresta tinham que aprender tudo diretamente, em forma de ensaio e erro, até estabelecerem a sua rotina de trabalho. As atividades rotineiras relativas ao novo trabalho que um 'arigó' recém-chegado do Nordeste tinha que aprender era: 1) Limpar e preparar suas estradas de seringa para o corte do látex, atividade realizada, geralmente no mês de abril a às vezes ainda em março, quando as chuvas se tornam mais escassas. Essa atividade era repetida a cada ano; 2) O trabalho de corte da seringa iniciava-se imediatamente e só parava com o retorno do período chuvoso, no final do ano. Cada estrada possuía cerca de 120 a 150 seringueiras; 3) A rotina de trabalho diário da extração do látex começava, geralmente, entre duas e quatro horas da madrugada e terminava com a defumação do leite (látex), por volta da quatro ou cinco horas da tarde para a defumação (PESSOA, 2004, p.74).

O sistema de aviamento proporcionava uma relação social de exploração alicerçada na relação da imposição e manutenção de submissão dos trabalhadores da floresta por meio do endividamento.

De todo o processo desumano da criação de um seringal, que vai da expulsão de povos tradicionalmente “donos” das terras (indígenas), até a acomodação do seringueiro na colocação, umas das questões mais pertinentes é a abertura da conta no barracão, isto é, a dívida.

A dívida inicial feita quando um seringueiro se coloca no seringal, era um mecanismo fundamental para o seringalista. Quanto maior fosse a dívida, mais tempo ele teria controle sobre a produção da borracha (ALLEGRETTI, 2002, p.163).

Essa dívida era formada pelos seguintes itens: a passagem do Ceará ao Pará, o transporte ao seringal, dinheiro adiantado durante a viagem, os utensílios necessários para o trabalho e um aviamento de mercadorias de consumo para três meses. Devido muitas vezes a falta de experiência no feitiço da borracha, a dificuldade em transportar a produção e as doenças que o acometia, o seringueiro não atingia a receita necessária para quitar sua dívida inicial, fazendo com que este adquirisse nova dívida e/ou o acréscimo da já existente.

Os apetrechos que o seringueiro levava para a estrada de seringa eram: 1) uma faca de seringa, cuja extremidade cortante tinha a forma de um “V”; 2) O balde era feito de lata ou de alumínio, com capacidade de cinco litros; 3) A espingarda para defesa e caça; 4) O bernal (uma bolsa impermeabilizada) para guarda o alimento e os instrumentos para fazer fogo; 5) A poronga (uma lamparina feita de lata com um suporte para encaixar na cabeça) que iluminava a estrada para o corte da seringa (PESSOA, 2004, p.75).

A ausência de controle direto sobre a produção, no seringal, fazia com que fosse essencial o monopólio do seringalista sobre todos os produtos comercializados, tanto da borracha como dos bens de consumo, e de forma integrada entre ambos.

O objetivo do seringalista sempre foi conseguir uma equivalência: fazer com que toda borracha produzida pelo seringueiro fosse utilizada para pagar sua conta de consumo no barracão. A borracha que sobrasse, seria o saldo, sobre o qual o seringueiro teria todo o controle. Para diminuir o saldo, ou para controlá-lo, uma série de mecanismos foi aos poucos sendo institucionalizados (ALLEGRETTI, 2002, p.166).

Os preços das mercadorias sempre foram alterados e o preço da borracha era determinado pelo seringalista; outro fator era que o seringueiro só podia vender a borracha para o seringalista que o aviou; também o transporte da borracha até os centros comerciais, os juros sobre o dinheiro adiantado, despesas com tratamento de saúde, assim como descontos feitos no peso da borracha,

além de manipulações nas balanças e, principalmente, nos registros das contas correntes.

Esse registro, isto é, o **livro das contas**, constituía-se neste momento um dos mistérios nos confins da floresta difícil de ser desvendando pelo seringueiro.

As ervas que curam, onde a caça bebe água, quando a chuva vem, já não se constitui como um mistério para o seringueiro que a “pedagogia da floresta” já lhe ensinara. Contudo, os símbolos que o gerente pintava naquele “bendito” livro era um obstáculo para a liberdade e o retorno para a casa da família no nordeste.

1.5 “O espírito das leis” no seringal: a relação *patrão* e *freguês* e os regulamentos

Toda a relação social, organização da produção e da comercialização, estava atrelada a um conjunto de regulamentos.

O Patrão era aquele que estabelecia as leis, fazia com que fossem cumpridas e tinha poder sobre a vida de seus fregueses. O freguês (seringueiro), que do trabalhador que vendia um produto, não sua força de trabalho, como o assalariado, não estando, portanto, sujeito ao controle direto sobre a atividade. Mas isso não o faz menos sujeito a submissão ou ao controle ideológico e suas práticas.

Quando observamos as relações sociais e as relações produtivas inerentes ao sistema extrativista de produção da borracha nos confins da Amazônia, pensamos estar observando uma relação não-capitalista, sobre tudo no que diz respeito a apropriação do sobre-trabalho, visto que este não é assalariado.

O principal da expansão do capitalismo é basicamente isso: - os trabalhadores se transformam em trabalhadores livres, isto é, libertos de toda propriedade que não seja a propriedade de sua força de trabalho, da sua capacidade de trabalhar (...) o capitalista compra a força de trabalho porque ela lhe tem utilidade: a força de trabalho é a única dentre todas as mercadorias que pode criar mais valor do que ela contém (MARTINS, 1983).

Contudo é importante entender que,

a produção do capital nunca é capitalista, nunca é o produto de relações capitalistas de produção, baseada pois no capital e no

trabalho assalariado. Quando o dinheiro, a riqueza, entra nesse ultimo tipo de relação, já não estamos diante da produção capitalista, mas da reprodução do capital. Só a reprodução é capitalista. Mesmo o crescimento deste capital não é produção, mas reprodução capitalista ampliada. Portanto, não só relações não-capitalistas de produção poderá ser dominadas e reproduzidas pelo capital, como é o caso da produção familiar de tipo camponês, como também determinadas relações podem não parecer integrantes do processo de capital, embora o sejam, como é o caso da propriedade capitalista da terra (MARTINS, 1983).

A relação do patrão com seus fregueses, no entanto, não eram somente baseados em hierarquia e autoridade, mas muitas vezes, em lealdades pessoais: quando ele convidava um seringueiro para trabalhar no seu seringal e pagava a dívida ao outro patrão, obtinha o reconhecimento dele para sempre

(...). E isso criava, entre os fregueses, a necessidade de ser um dos protegidos do patrão. Estava dentro dessa lógica estimular conflitos e desigualdades entre os fregueses para depois conquistar a lealdade fazendo exceções (...) O regulamento mais importante e que mais tempo permaneceu vigente, era o que proibia um seringueiro de deixar o seringal se estivesse devendo e impedia que um patrão recebesse em seu seringal um seringueiro endividado com outro patrão (...). O segundo regulamento mais importante e, também, o mais questionado, era o que estipulava a obrigatoriedade do seringueiro adquirir todos os bens de consumo no barracão do patrão. O rompimento desta regra implicava em pesadas multas, registradas nas contas-correntes ou na expulsão do seringal (ALLEGRETTI, 2002, p. 168).

Outro “artigo” dos regulamentos que explica a precariedade na qual sempre viveu o seringueiro, em sua colocação, definia que benfeitorias por ele realizadas não seriam pagas se ele decidisse se retirar do seringal.

Em 1978, por exemplo, os regulamentos estipulado no seringal Alagoas eram mais simples e estavam escritos para serem cumpridos pelos gerentes, sempre com a definição de que poderiam ser alterados se houvesse conviência, o que permitia ao gerente administrar pequenas exceções. Estipulavam o seguinte:

- 1) As mercadorias serão vendidas dentro da metade, para os seringueiros, empregados e diaristas; 2) Se o freguês estiver devendo suas ordens (apelido dado a compras ou serviço) não serão atendidas; 3) A renda não será dispensada de ninguém, a não ser daqueles que abram a colocação por conta própria; 4) Não é permitido comprar a colocação, roça, utensílios, a não ser pelo preço mínimo (...); 5) Se os utensílios ou a agricultura forem indenizados por valor maior que o estipulado, será debitado na

conta do gerente; 6) Não é permitido emprestar móveis, utensílios, semoventes e mercadorias sem convivência comprovada; 7) Mercadorias vendidas na matriz só serão aceitas com ordem do gerente; 8) Não será permitido ao gerente criar porcos e aves, em particular, salvo se for debitado o milho ao mesmo; 9) Não é permitido aceitar ordens para regatões, salvo se houver convivência; 10) Fica de direito ao gerente da sede fiscalizar as contas-correntes de todos os fregueses, seringueiros, diaristas e empregados, para seu conhecimento comercial (ALEGRETTI, 2002, p. 170).

Na medida em que os itens de subsistência passam a ser produzidos no próprio seringal, o barracão passou a vender produtos de perfumaria, supérfluos, sempre com preços alterados em até 200% sobre o valor de mercado.

“Por último, como os seringueiros não sabem ler, embora façam cálculos relativos ao volume de produção e de consumo, versus o preço da borracha, existe a permanente desconfiança em relação ao patrão e as contas-correntes que são guardadas anos a fio” (ALEGRETTI, 2002, p. 171).

Os regulamentos dos seringais tinham como principal função a submissão do seringueiro através da disciplina, o embrutecimento cultural fortalecia a aceitação da sua situação de dependência, e a adequação do comportamento do seringueiro apelando para um código de ética a respeito de oposições que eram muitas vezes inconciliáveis. Estas regras se legitimavam dessa forma, através do significado, por eles interiorizado, de que dependiam de um *patrão* para existir e de que suas leis eram justas, pois ter um patrão não era coisa ocasional, mas sim natural.

Várias formas de contrapor as regras do seringal foram tentadas, dentre elas a de adulterar a qualidade e a quantidade de borracha fornecida ao barracão.

Em alguns seringais, especialmente naqueles onde não havia fiscalização por parte do barracão, o seringueiro costumava colocar *bateria na madeira*, para retirar mais rapidamente uma quantidade maior de látex. Dependendo da largura do tronco da seringueira, só era possível colocar uma tigelinha, ou seja, fazer apenas uma inclusão por árvore. Fazer uso inadequado das formas de retirar o látex da árvore muitas vezes fazia com que elas produzissem mais, contudo, a morte da árvore era muitas vezes inevitável.

A fuga do seringal sem pagar a conta era também uma estratégia de defesa do seringueiro e sempre foi motivo para conflitos mais violentos desde o final do

século XIX até por muito tempo durante o século XX. Porém, uma das coisas que os seringueiros sempre se orgulham é ter o nome “limpo”, devido a isso, o processo de cativo perduraria por muito mais tempo.

Porém, tanto seringueiros cativos como libertos não encontraria a liberdade que necessitava – o reconhecimento de sua propriedade, o direito a plantar e colher para si, a independência comercial – sem a superação do analfabetismo. Contudo, não se tratava de uma educação qualquer, mas uma educação politizada, uma educação emancipação, libertária.

Outro período que iria marcar profundamente as mudanças sócias e a construção de uma nova realidade do acirramento dos conflitos na Amazônia-acriana fora o projeto de desenvolvimento para a região tendo a agropecuária como atividade econômica impulsionadora para o crescimento econômico.

Com o lema “integrar para não entregar”, o Estado brasileiro põe em prática realinhamento da ideologia neoliberal como estratégias de realinhamento da Amazônia a economia do centro hegemônico. Apontada nos discursos militares como um espaço vazio a ser ocupada, escondia as atrocidades e os desmandos contidos nas ações de vandalismo, pistolagem e torturas, tudo sobre a anuência dos poderes constituídos de república¹².

O desenvolvimento da agricultura na região passou por diversas fases, determinadas pelas políticas governamentais, que desde a década de 30 foram concebidas, buscando integrá-la à dinâmica econômica e à política nacional. A região foi percebida historicamente, como um "vazio demográfico" e uma área de grande estagnação econômica. Até o início dos anos 50, as políticas públicas privilegiavam os setores comerciais tradicionais de produção extrativa, como a castanha-do-pará e a borracha, e o poder sobre a execução e decisão das ações públicas se deslocou das oligarquias locais para o poder federal, visando o mercado externo.

Nas décadas de 60 e 70 os Planos de Desenvolvimento da Amazônia foram direcionados para favorecer a implantação dos "Grandes Projetos", através de

¹² A omissão do Estado é uma ação política. Aliança entre o Estado e o capital no processo de reterritorialização da Amazônia, no processo de “limpeza” da região, o Estado permitiu a atuação de matadores e torturados junto às comunidades rurais e urbanas, tais evidências estão nos assassinatos e relatos dos trabalhadores que viveram este período.

subsídios e incentivos fiscais governamentais e do acesso facilitado a terras para grandes grupos privados, que causaram profundas transformações econômicas e sociais nas áreas atingidas. Dentre as graves conseqüências e contradições do modelo implantado, citam-se: aumento da concentração fundiária e conflito no campo, aceleração do desmatamento, desorganização do espaço social e cultural das comunidades locais, alagamento de florestas e áreas habitadas por populações tradicionais e desequilíbrios ecológicos, causados pelas hidroelétricas, poluição dos rios por mercúrio, falta de integração territorial e econômica dos projetos na região e exclusão da produção familiar, pauperização da população rural e inchaço das cidades.

No Estado do Acre, a partir da década de 70 o governo de Francisco Vanderlei Dantas põe em prática a política de desenvolvimento para o Estado, visando atrair os investidos do Centro-sul do país, efetivando assim a incorporação definitiva do Acre, não somente na exploração agropecuária, mas também na especulação fundiária.

Ressalta-se nesse contexto,

as conseqüências ocasionadas pelo incremento populacional decorrente da segunda leva de migrantes nordestinos para as terras acreanas durante os anos de 1937 a 1947 que após o final da segunda guerra mundial, e com a retirada norte americana dos investimentos para o extrativismo da borracha, esta população, composta de sua maioria na zona rural, é forçada a abandonar as terras mais centrais da floresta e migrarem para mais próximas às vias fluviais e terrestres (rios e estradas). Alia-se a isso também às varias políticas de “re-colonização” no Acre, que em vez de solucionar a questão do êxodo rural e da produção de alimentos, causam uma verdadeira situação de vida e morte na luta pela preservação das posses de terras e o bloqueio às derrubadas da floresta para a criação de pastagens (SILVA, 2003, p.84).

Com o discurso do governo brasileiro de que a Amazônia seria um grande espaço vazio e alheio ao desenvolvimento do reto do país por em risco a soberania do país ao atíçar a cobiça internacional diante da explosão demográfica mundial, seriam indispensáveis medidas de desenvolvimento e segurança para região.

Porem, o que se observa é, além de ampliação do capital sobre a região, era buscar da vazão as crises sócias decorrente da luta pela terra e o

reordenamento da mão-de-obra expulsa pelo desenvolvimento tecnológico e a produção em grandes extensões de terra que poderiam ocasionar tensões nas regiões centro-sul, sul e sudeste, tidos como centro político e econômico do país.

É necessário o entendimento que as razões para a ocupação da Amazônia foram formuladas como política delineada pelo governo ditatorial militar a partir de sua política desenvolvimentista que propunham três medidas (SILVA 2003): “1) viabilizar o projeto de necessidade de transferir população de áreas de fortes tensões sociais, não só do Nordeste, mas também do Centro-sul; 2) promover a abertura da Amazônia aos grandes investidores; 3) viabilizar a formação da mão-de-obra necessária a região”.

Segundo Simione (2003), tais medidas atenderiam:

no tocante às razões econômicas, refere-se ao alargamento da fronteira agropecuária, visando aumentar a produção de alimentos para as regiões onde a escassez, com o plantio de culturas regionais e de subsistência e também com a criação de gado bovino. Por outro lado, com a exploração de recursos naturais, tendo por base os estudos do RADAM/Brasil¹³, podiam-se obter melhores resultados na indústria mineral, vegetal ou até na localização dos melhores solos.

Como razões sociais, entendia-se que com a crise da borracha, a região econômica estava estagnada, as condições de vida da população eram precárias, as cidades estavam paradas; seria necessário portanto, ocupar esta área implantando a agropecuária e a indústria para mudar tais situações. Por outro lado a situação calamitosa do nordestino em função da seca de 1970, tornava-os migrantes constantes para as grandes cidades da região ou para o Sudeste, por isso precisava de medidas urgentes de redirecionamento destes fluxos para uma região onde estes trabalhadores pudessem continuar suas tradições, seus hábitos e costumes de lavrador e, esta seria a Amazônia. E ainda, em algumas partes do Centro-sul, o tamanho das propriedades já era suficiente para atender às demandas familiares, daí a necessidade de orientar esta mão-de-obra excedente para a Amazônia, onde havia terras para todos (SILVA, 2003, p.67).

¹³ A princípio, o Projeto RADAMBRASIL foi criado para efetuar levantamentos apenas na região Amazônica, a partir de decisão governamental de incluí-la no processo de desenvolvimento brasileiro, como parte do Plano de Integração Nacional (PIN). Sua criação data de 29/10/1970, com o nome de Comissão de Levantamento Radargramétrico da Amazônia - CRADAM. Posteriormente, devido ao grande sucesso do método utilizado, os levantamentos estenderam-se a todo o território nacional, com o nome de Projeto RADAMBRASIL.

Porem, esse reordenamento demográfico e econômico, e os fatos ocorridos nessa parte ocidental da Amazônia, iria deixar marcas profundas não somente a história dos povos compunham a sociedade naquela ocasião, mas no futuro político de várias gerações. Dentre tais fatos estão desrespeito a biodiversidade, torturas, censura e assassinatos.

Toda via, esta realidade imposta pelo capital nas florestas do Acre, não seria consolidada sem resistência. E a pedagogia escolhida pelo movimento de resistência dos trabalhadores da floresta atuaria em duas estratégias intituladas, a primeira de EMPATE¹⁴ e a segunda de Projeto Seringueiro¹⁵.

A primeira, tendo o resultado imediato contra a derrubada da floresta e contra os violentos despejos dos seringueiros da colação; a uma segunda estratégia que proporcionariam resultados de meio e longo prazo, que era proporcionar a massa extrativista uma educação que proporcionasse por um lado a escrita – indispensável nas relações comerciais e sociais – e por outro lado na formação política capaz de lutar pelos direitos de posse e permanência em suas terras.

Como aponta o pesquisador José Dourado de Souza (1999) em sua análise sobre o histórico curricular da educação dos seringueiros, “é diante desse quadro, de uma violenta luta pela posse da terra, que os trabalhadores da floresta vão tomando consciência da necessidade de aprenderem a ler, escrever e contar”.

Vimos que os “contratos” estabelecidos entre o *colonizador* e *colonizados*, bem como entre o *patrão* e o *freguês*, deixavam claras as regras de conduta e a que condições deveriam ser garantidas a manutenção da ordem de dominação. Naqueles, o a negação do “outro” e a assimilação posto pelo etnocentrismo

¹⁴ Para melhor compreensão do movimento organizado chamado de *Empate*: **SILVA, Silvio Simione da**. Na fronteira agropecuária acreana – 1º ed. LEUPAG-DEGEO/UFAC, Rio Branco, 2003.

¹⁵ O Projeto Seringueiro será tratado nos próximos capítulos. Contudo, para melhor aprofundamento do PS consultar: **ALEGRETTI, Mary Helena**. A Construção Social de Políticas Ambientais: Chico Mendes e o Movimento dos Seringueiros. Tese de Doutorado (UNB – Centro de Desenvolvimento Sustentável). Brasília-DF, 2002.

européu; naquele, a maximização da produção extrativista – dedicação exclusiva a coleta do látex e o desconhecimento do “letramento”.

Vimos também que a relação dialética entre a sociedade civil e a sociedade policia sob a égide de uma classe opressora impõe sua visão de mundo, onde a formação do senso comum, do aculturamento e, principalmente, a assimilação do discurso da inferiorização enquanto classe oprimida . Mas, que “barreiras” a de ser superadas pela classe oprimida na busca da superação do senso comum em direção de uma consciência histórica de classe? Quis perspectivas e renovações do capital contemporâneo devem ser levadas em consideração no embate contra-hegemônico contemporâneo?

Porem, quando falamos em classes sócias, hegemonia e consenso, falamos também em insurreição, reivindicações e em movimentos contra-hegemônicos. Quando falamos em uma educação voltada para perpetuação de um consenso, onde se reafirmam as condições de exploração de uma classe sobre a outra, também falamos de educação libertária, na luta permanente, uma pedagogia do oprimido.

Ou seja,

aquela que tem se ser forjada com ele e não para ele, enquanto homem ou povos, na luta incessante de recuperação de sua humanidade, pedagogia que faça da opressão e de suas causas objeto de reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta por sua libertação, em que esta pedagogia se fará e refará (FREIRE,2005 , p.17).

Contudo, a superação da condição de oprimido não é que indica uma inversão de papeis, isto é, tornar-se o opressor.

A pedagogia *do oprimido* vai além da luta pelo acesso as regras gramaticais, é a pedagogia forjada na luta e na busca da liberdade das massas enquanto humanidade. Em certos lugares é a busca pelo letramento, noutro é o direito a plantar o que comer, noutros é aceitação da possibilidade de um mundo onde caibam vários mundos.

CAPITULO II

MOVIMENTOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO POPULAR: EDUCAÇÃO COMO LIBERDADE E INSURGÊNCIA a pedagogia *do oprimido*

No Brasil e em vários outros países da América Latina, no final da década de 1970 e parte dos anos oitenta, ficaram famosos os movimentos sociais populares articulados em grupos de oposição ao então regime militar, especialmente pelos movimentos de base cristãos, sob inspiração da Teologia da Libertação. Ao final dos anos 90, o cenário sócio-político se transformou radicalmente. Inicialmente teve-se um declínio das manifestações nas ruas que conferiam visibilidade aos movimentos populares nas cidades. Alguns analistas diagnosticaram que eles estavam em crise e que tinham perdido seu alvo e inimigo principal. Na realidade, as causas da desmobilização são várias. O fato inegável é que os movimentos sociais dos anos 70/80 contribuíram decisivamente, via demandas e pressões organizadas, para a conquista de vários direitos sociais novos que formam inscritos em leis na nova Constituição Brasileira de 1988.

Foi no embate das discussões que se deu a apresentação de propostas que contrapusessem, ou até mesmo, fosse uma forma de antecipação às iniciativas reformistas de grupos tradicionais. Busca-se nas concepções da alternativa socialista da educação orientadas pela conceitualização a partir de Marx e Gramsci, uma alternativa de inclusão a construção de uma sociedade mais justa.

As produções teóricas desse período apontam, no entanto, para um novo modo de pensar a educação, passando a questionar seu modelo pedagógico, seus conteúdos e métodos. “A escola passa a ser vista como o veículo privilegiado de reprodução de intelectuais orgânicos da burguesia”. Para contra por a essa pedagogia, surge os movimentos a favor da educação popular.

Educação Popular não é o mesmo que “educação informal”. Há muitas propostas educativas que se dão fora da escola, mas que utilizam métodos verticais de relação educador-educando. Segundo Rodrigues Brandão (1982), a Educação Popular não visa a criar sujeitos subalternos educados: sujeitos limpos,

polidos, alfabetizados, bebendo água fervida, comendo farinha de soja e utilizando fossas sépticas. Visa a participar do esforço que já fazem hoje as categorias de sujeitos subalternos - do índio ao operário do ABC Paulista - para a organização do trabalho político que, passo a passo, abra caminho para a conquista de sua liberdade e de seus direitos.

Segundo Brandão (1982), a “Educação Popular é um modo de participação, também, de agentes eruditos (professores, padres, cientistas sociais, profissionais de saúde e outros) nesse trabalho político”. Contudo, ela busca envolver, também, homens, mulheres e crianças, no processo de participação coletiva, fomentando formas, não somente de aprendizado e investigação, mas de tomada de posicionamento político e de decisão.

Favorecendo um novo modo de promover desta forma, aponta Brandão (1982), “o crescimento da capacidade de análise crítica sobre a realidade e o aperfeiçoamento das estratégias de luta e enfrentamento. É uma estratégia de construção da participação popular no redirecionamento da vida social”.

Na educação popular estende-se que no trabalho, na vida social, na luta pela sobrevivência e pela transformação da realidade, as pessoas vão adquirindo entendimento sobre a sua inserção na sociedade.

Neste sentido, não se reproduz a passividade usual dos processos pedagógicos tradicionais. Na Educação Popular, não basta que o conteúdo discutido seja revolucionário, se o processo de discussão se mantém de cima para baixo. Enfatiza não o processo de transmissão de conhecimento, mas a ampliação dos espaços de interação cultural e negociação entre os diversos atores envolvidos em determinado problema social, para a construção compartilhada do conhecimento e da organização política necessários à sua superação.

Ao invés de procurar difundir conceitos e comportamentos considerados corretos, procura problematizar, em uma discussão aberta, o que está incomodando e oprimindo. Prioriza a relação com os movimentos sociais por serem expressão mais elaborada dos interesses e da lógica dos setores subalternos da sociedade, cuja voz é usualmente desqualificada nos diálogos e negociações.

A educação popular está, pois, engajada na construção política da superação da subordinação, exclusão e opressão que marcam a vida na nossa sociedade.

Educação Popular é o saber que orienta nos difíceis caminhos, cheios de armadilhas, da ação pedagógica voltada para a apuração do sentir/pensar/ agir dos setores subalternos para a construção de uma sociedade fundada na solidariedade, justiça e participação de todos.

Mesclam-se aqui neste momento político da educação, elementos não somente oriundos da perspectiva gramsciana, mas também das teorias de Paulo Freire (SIMIONATTO, 2004, p. 132).

Esse fenômeno – educação politizada – não acontece somente no Brasil, em outros cantos da América Latina movimentos sociais contra-hegemônico surgem e tomam a educação como uma das suas bandeiras de luta, dentre eles o movimento indígena zapatista em Chiapas no México; no Brasil o MST ganha uma expressão considerável por seu posicionamentos frente a expansão capitalista materializada nos grande latifúndios.

Aqui nas florestas do Acre, a luta se trava nos empates e na formação de um novo intelectual orgânico, o militante seringueiro letrado e conhecedor de seus direitos.

Com condições favoráveis – o poder público fomentando a política de expansão agropecuária – os empresários que investiam maciçamente em território acreano, vinham constantemente descumprindo os direitos humanos e atingindo por meio da opressão os seringueiros/posseiros moradores dessas regiões. Neste contexto a questão ambiental ainda não tinha a grande expressão que tornaria no decorrer do processo de expansão agropecuário e madeireiro no Acre – e no mundo.

Nesse período, da expansão agropecuária no Acre, as lutas entre os trabalhadores da floresta, apontados pelas instituições como *posseiros*, e os novos “proprietários” das terras, os *paulistas*, vão se acirrando ao ponto de estes dois grupos sociais buscarem suas representatividades por meio de instituições para valerem seus direitos.

Em 1972, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), começa a atuar no Acre com o sentido de contribuir para a organização destes trabalhadores (seringueiros/posseiros), a partir de uma tomada de consciência da sua real situação.

Dos trabalhos de conscientização dos trabalhadores quanto às questões da união para o fortalecimento de classe frente às opressões do sistema, nasceriam os sindicatos dos trabalhadores rurais do Estado do Acre, e com eles a busca de um proposição para a mudança de vida do seringueiro oprimido.

2.1 O SERINGUEIRO e GUERRILHEIRO: a leitura do mundo

Como nos diz José Martí (1891) no poema *Nossa America*, “trincheiras de idéias valem mais do que trincheiras de pedra”.

Diante disso, façamos então uma breve “olhada” sobre a luta dos seringueiros da Amazônia-acriana na luta pelo letramento como instrumento indispensável para a conquista da liberdade.

Desde o final do século XIX, quando o Acre foi colonizado por migrantes nordestinos, até aos meados do final do século XX, a principal atividade econômica do Estado era a extração da borracha vegetal. Apesar das conhecidas crises que atingiram a economia da borracha, em diferentes momentos da sua história (1910, 1945 e 1964) com queda de preços e concorrência da produção asiática, no Acre essa atividade nunca foi completamente abandonada como ocorreu em outras regiões da Amazônia. Uma das explicações para esse fato estará na intervenção do Estado através de políticas de valorização da borracha que de diferentes formas vem subsidiando tal atividade¹⁶..

Com a produção organizada do extrativismo, início da cadeia produtiva da borracha, atrelava-se ao processo de comercialização chamada de “aviamento”. Esse sistema consiste em adiantar ao produtor direto, o seringueiro, os

¹⁶ Quanto a esse tema ver: **SILVA, Silvio Simione da**. Na fronteira agropecuária acreana – 1º ed. LEUPAG-DEGEO/UFAC, Rio Branco, 2003; **PAULA, E. A.** . (Des) Envolvimento Insustentável na Amazônia Ocidental: dos missionários do progresso aos mercadores da natureza. 1. ed. Rio Branco-AC: Editora da Universidade Federal do Acre-EDUFAC, 2005. v. 500. 383 p.

instrumentos de trabalho e as mercadorias necessárias à sua subsistência na floresta, em troca do produto extrativo. Tal organização centraliza suas atividades no “barracão”, local onde se dão as transações entre borracha e produtos de consumo do seringueiro.

A resistência dos posseiros à expulsão da terra tem sido um fenômeno presente em todas as regiões da Amazônia onde vem se dando a implantação de empresas agropecuárias. Como pode ser percebido pelas notícias diárias de conflitos desse tipo, publicadas nos jornais. No caso do Acre, nos municípios de Brasiléia e Xapuri, tais movimentos foram denominados de “empates” e significam além da luta por permanecer na terra, também uma tentativa de preservar a condição de seringueiros desses trabalhadores rurais.

Os “empates” são formas de ação coletiva através das quais se procura impedir ou “empatar” a derrubada da floresta e implantação das fazendas, tentando-se dessa forma, fazer valer a legislação que impede a derrubada de árvores como a seringueira e castanheira, e os direitos advindos da condição de posseiros¹⁷.

Toda via, lembramos que os seringueiros que moram na região citada não estavam subordinados aos “regulamentos” que predominam nas empresas extrativistas, como por exemplo, à obrigação de vender a borracha e comprar produtos de consumo no “barracão” do proprietário do seringal¹⁸. No entanto, as dificuldades de transporte e a distancia dos centros urbanos, tornaram-nos dependentes dos “marreteiros”, intermediários entre os produtos e as casas comerciais, “casas aviadoras”, como são conhecidas regionalmente.

É nessa trajetória da vida e das lutas, isto é, nas relações reais da história, que surgem os elementos – as contradições – necessários para que um novo tipo de intelectual surja. Podemos observar isso nas palavras de Francisco Alves Mendes Filho.

eu comecei a cortar seringa com nove anos de idade. Invés de ir para a escola, aprender a ler e escrever, aprendi desde cedo a

¹⁷ Para melhor compreensão: **PAULA, E. A. (Org.) ; SILVA, S. (Org.)** . Trajetórias da Luta Camponesa na Amazônia-Acreana. Rio Branco: EDUFAC, 2006. v. 500. 275 p.

¹⁸ Em contraposição aos seringueiros que trabalham nas empresas extrativistas e que são conhecidos como “cativos”, os seringueiros autônomos se autodenominam de “libertos”, expressão de sua maior autonomia na produção.

sangrar a seringueira. O patrão não deixava filho de seringueiro ir para a escola. Não era de seu interesse, pois o filho de seringueiro, ao aprender ler e escrever, iria descobrir que o pai era roubado no final da prestação de contas. Além disso, o fato de aprender não aumentava a produção, pelo contrário, ao ir a escola a gente deixava de ajudar o pai no corte. A minha infância, portanto, foi igualzinha a de todos os filhos de seringueiros. Até aos dezoito anos era analfabeto (PAULA & SILVA, 2006, p 25).

E a partir dessas palavras iniciais deste homem que mundialmente ficou conhecido, que partimos pra traçar um caminho que iria cruzar a vida de duas pessoas, um seringueiro e um guerrilheiro. Aquele Chico Mendes, este Euclides Távora.

O que há entre estes dois protagonistas? Os caminhos que os levaram até este inesperado encontro não pela força do acaso, mas pelas condições reais que o capitalismo impôs aos dois. Ao primeiro a condição mão-de-obra extrativista necessária a reprodução de capital; o segundo como militante guerreando contra as forças opressoras que levaram ambos para os confins da floresta.

Este encontro, segundo as palavras do próprio Chico Mendes, nos diz como foi o primeiro encontro com o homem que lhe deu os primeiros caminhos das letras e da política. Ele conta assim:

Nos meados de 1961 ou 1962, apareceu uma pessoa desconhecida no barraco. Havíamos a pouco tempo chegado da estrada de seringa e já estávamos começando a defumar o leite. Essa pessoa vinha de viagem, tinha ido ao barracão do seringal comprar mercadorias. Quando ele chegou e nos cumprimentou, eu percebi que era uma pessoa diferente. Não se parecia com os companheiros de nossa vizinhança. Nos tínhamos aquela nossa forma tradicional de falar, pessoas humildes, fala de homem da mata. Ele nos revelou que morava ali perto, três horas de distância da nossa colocação. O visitante logo verificou que eu estava interessado na sua conversa, pra mim era curioso encontrar uma pessoa tão diferente (PAULA & SILVA, 2006, p 25,26).

Francisco Alves Mendes Filho nasceu na colocação “Bom Futuro” no dia 15 de dezembro de 1944, no seringal Porto Rico. Sua história, até então, dos demais filhos de seringueiros, descendentes da migração nordestina que vinham para as bandas de cá encantados com proposta de voltar um dia com vida ganha.

Como era comum o deslocamento dos seringueiros de uma colocação ou seringal para outro, devido a conflitos com os “patrões”, fugir das dívidas ou para

não ser morto, Chico Mendes no período acima relatado estava morando no Seringal Cachoeira, também no município de Xapuri.

Narra Chico as primeiras impressões desse encontro.

Ele tinha uma conversa bonita. Falava de política, falava em coisas que eu nunca tinha ouvido falar em minha vida. Fiquei até altas horas da noite ouvindo aquele homem, no outro dia, ele convidou a meu pai e a mim para ir até a sua casa (PAULA & SILVA, 2006, p 25,26).

Continua o jovem, ainda não sabendo do seu futuro que ele estava construindo.

No dia de folga, fui com meu pai até a sua colocação. Observei que sua vida era diferente dos outros companheiros seringueiros. Ao tomar conhecimento que eu não sabia ler, perguntou se isso me interessava. Respondi que sim. Foi além e perguntou, por que você tem vontade de aprender? Expliquei que era pra descobrir o roubo dos patrões. A gente por não saber ler conta era enganado, e não podia provar que estava sendo roubado. Após ouvir atentamente a minha conversa, se dispôs a me ensinar. Todos os sábados à tarde eu deveria caminhar até a sua casa, pernoitar e durante a noite teria aulas (PAULA & SILVA, 2006, p 26).

Como sugere Marx e Engels (1848), na aclamação a todos os trabalhadores do mundo, “é preciso arrancar da educação a influencia da classe dominante. Desta forma, é preciso “a substituição da educação domestica pela educação social”. Pois são nas condições desfavoráveis que o trabalhar, ciente da sua condição de explorado, busca os elementos de sua realidade e transforma-as em instrumentos para trazer à luz seus companheiros.

O desejo real de compreender os motivos das condições que o levavam a ter aquela vida limitada – Chico –, e o desejo de esclarecer ao jovem seringueiro – Euclides – fizeram com que estes tivessem que improvisar os instrumentais pedagógicos para o inicio do letramento, sem material ou método determinado – foi como diria Paulo Freire ensinar aprendendo.

os primeiros dias foram muito difíceis. Não havia cartilha de ABC. Ele não me ensinava por esse método. Ele começava a ler comigo um história de jornal, recorte de jornal. Eu não conhecia jornal, nunca tinha visto. Aqueles jornais chegam às suas mãos com dois ou três meses de atraso. As dificuldades foram pouco a pouco sendo superadas. Com mais ou menos três meses eu comecei a ler também. Entendia as letras e passei a me interessar muito mais. Com um ano, eu já sabia ler e escrever corretamente. Passei a me

preocupar com os companheiros de minha região, eles não sabiam ler e escrever. Isso não preocupava meu instrutor, falava que era muito difícil e complicado fazer com mais pessoas (PAULA & SILVA, 2006, p 26).

Como seria possível então levar aos demais companheiros conhecimento das letras tão necessárias ao conhecimento das leis, bem como dar-lhes uma educação politizada, fundamental na luta contra a expansão do capital sobre a floresta?

O problema da criação de uma nova camada intelectual, portanto, consiste em elaborar criticamente a atividade intelectual que existe em cada um em determinado grau de desenvolvimento, modificando sua relação com o esforço muscular-nervoso no sentido de um novo equilíbrio e conseguindo-se que o próprio esforço muscular-nervoso, enquanto elemento de uma atividade prática geral, que inova continuamente o mundo físico e social, torne-se o fundamento de uma nova e integral concepção do mundo. (GRAMSCI, 1991. Pág.8)

Para tanto, seria necessária uma ação que se desenvolvesse em dois planos: no plano prático objetivo, isto é, diretamente ligado as formas de trabalho; e no plano subjetivo, na formação intelectual.

2.2 O Projeto Seringueiro (PS): a educação como liberdade nos anos de 1981

O processo de sindicalização e o conseqüente conhecimento dos direitos trabalhistas amenizaram a situação de exploração dos trabalhadores rurais. No entanto, o analfabetismo continuou sendo um empecilho a ser removido, uma vez que a apropriação desses conhecimentos por parte dos seringueiros é muito lenta considerando a premência de suas necessidades.

Durante anos, o analfabetismo contribuiu para consolidar a idéia que o mundo se organizava em patrões e fregueses, reproduzindo uma estrutura social desigual e injusta. Em todo o período em que predominou o extrativismo da borracha na Amazônia, não houve investimento do poder público para mudar esse quadro. Essa situação gerou, para os seringueiros, uma idéia ambígua: ao mesmo tempo em que dão grande valor ao conhecimento, ao

saber, como dizem, sempre consideraram o acesso á educação um objetivo inalcançável (ALLEGRETTI, 2002, p. 356).

O camponês acredita sempre que pelo menos um de seus filhos pode se tornar um intelectual (sobre tudo padre), isto é, torna-se um senhor, elevando o nível social da família e facilitando sua vida econômica pelas ligações que não poderá de deixar de estabelecer com outros senhores. A atitude do camponês diante do intelectual é dúplice e parece contraditória: ele admira a posição social do intelectual social e, em geral, do funcionário público, mas finge às vezes despreza-la, isto é, sua admiração mistura-se instintivamente com elementos da inveja e de raiva apaixonada (GRAMSCI, 2004, p.23).

O Projeto Seringueiro marcou a mudança fundamental na história recente dos trabalhadores do vale do Acre: a passagem da fase de resistência para a de proposição e implantação de alternativas econômicas e sociais, com benefícios diretos e imediatos para os seringueiros (ALLEGRETTI, 2002, p. 357).

O desenvolvimento e criação do Projeto Seringueiro foi a primeira organização não-governamental criado no Estado do Acre, o Centro de Documentação e pesquisa da Amazônia (CEDOP-AM), é a primeira experiência de educação de adultos e de cooperativismo como seringueiros, associada a um sindicato.

Em julho de 1981 foram realizadas as primeiras reuniões em Rio Branco visando a criação de uma ONG que coordenasse e implantasse projetos sócio-econômico no Acre. Inicialmente denominado de Centro Acreano de Informação e Documentação, em outubro do mesmo ano foi oficialmente criado como Centro de Documentação e Pesquisa da Amazônia, CEDOP-AM, com os seguintes objetivos: reunir informações e documentar a realidade da Amazônia rural, urbana e indígena; realizar pesquisas básicas sobre a realidade regional; prestar assessoramento, coordenar e executar projetos de desenvolvimento econômico, social e de educação popular; divulgar fatos, estudos e resultados de projetos que sejam de interesses da comunidade.

Apesar de ser de uma riqueza histórica o processo de formulação curricular e funcionamento das aulas do PS, não abordaremos estes pontos neste trabalho.

Observaremos as propostas iniciais apontados pelo projeto, bem como os desdobramentos advindos desse movimento social¹⁹.

Em termos amplos, segundo o Projeto (1981), os objetivos do Projeto podem ser assim definidos:

- Possibilitar a independência econômica dos seringueiros libertando-os dos intermediários na comercialização da borracha e da castanha, através da organização de uma Cooperativa de produção e consumo;
- Possibilitar o acesso dos seringueiros às informações relativas à legislação trabalhista que definem os seus direitos enquanto trabalhadores rurais, assim como o controle dos termos em que se dá a comercialização da borracha e da castanha, através da organização de uma escola onde será desenvolvido um curso de alfabetização e de iniciação à matemática;
- Possibilitar melhores condições de saúde através da implantação, no futuro, de um pequeno posto de saúde e do treinamento de agentes locais no atendimento primário de saúde. Essas ações ficarão inicialmente na dependência de um Diagnóstico das condições de saúde na área.

O objetivo da formação de uma Cooperativa era, de um lado, realizar a venda da borracha produzida e da castanha coletada pelos associados a preços de mercado, feita diretamente aos comerciantes, eliminando dessa forma os intermediários; de outro, a aquisição de produtos industrializados (alimentos e instrumentos de trabalho) em volume maior e a preços de mercado e revendê-los sem lucro aos associados.

O resultado principal dessa operação era tornar o aumento do nível de renda de cada seringueiro e conseqüentemente das condições gerais de vida, uma vez que a borracha será vendida a um preço superior àquele pago pelo

¹⁹ Para uma melhor compreensão do processo de elaboração e execução do Projeto Seringueiro *vide*: **ALEGRETTI, Mary Helena**. A Construção Social de Políticas Ambientais: Chico Mendes e o Movimento dos Seringueiros. Tese de Doutorado (UNB – Centro de Desenvolvimento Sustentável). Brasília-DF, 2002. / **SOUZA, J. D.** Um Estudo Histórico do Currículo da Educação de Seringueiros na Amazônia Ocidental (1981-1986). Rio Branco-AC: 1999. 160 p. Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

intermediário e os produtos industrializados adquiridos a um preço inferior cobrado nas casas comerciais.

O processo cooperativo de produção e comercialização é indispensável para o que a concepção gramsciana chama de três momentos da consciência política e ideológica das forças sociais.

o primeiro é o econômico-corporativo cujas relações evidenciam a unidade hegemonia do grupo profissional e o dever de organizá-la, mas não ainda a unicidade do grupo social do grupo social mais amplo”; o segundo momento “é aquele em que se adquire a consciência da solidariedade de interesses entre todos os membros do grupo social, mas ainda no campo meramente econômico. Neste momento já se coloca a questão do Estado, mas apenas visando alcançar igualdade político-jurídica com grupos dominantes; reivindica-se o direito de participar da administração e da legislação e talvez de modificá-las, reformá-las, mas dentro dos quadros fundamentais existentes”. Um terceiro momento é a fase da hegemonia propriamente dita, “na qual se atinge a consciência de que por interesses corporativos, no seu desenvolvimento atual e futuro, superam o círculo corporativo, de grupo meramente econômico, e podem e devem tornar-se os interesses de outros grupos subordinados (GRAMSCI apud SIMIONATTO, 2004).

A comercialização da borracha passaria a ser feita de dois em dois meses, no período do verão, o mesmo ocorrendo com a castanha, no inverno, sendo transportadas em um comboio de burros até a cidade de Xapuri. A Cooperativa para sua estruturação seria necessário dispor de um armazém onde ficarão estocadas as mercadorias que passam a ser vendidas mensalmente aos seringueiros, de acordo com a quantidade de borracha produzida ou de castanha coletada para cada família.

Para o funcionamento da Cooperativa seria necessário:

- Construir o armazém para estocar as mercadorias;
- Adquirir um comboio de burros para transportar as mercadorias e criar as condições para a sustentação e cuidado dos animais;
- Adquirir um estoque de mercadorias de consumo e de instrumentos de trabalho para o período de um ano, calculado com base no consumo médio mensal familiar.

Para consecução de tais objetivos foram traçadas as seguintes estratégias:

- a) O curso de alfabetização e iniciação à matemática seria desenvolvido preferencialmente no período de inverno, de dezembro a abril, em dias alternados da semana, ocupando cada dia dois períodos. Caso essa forma de organização não fosse possível, o curso acompanharia o período de verão, ficando concentrado no final de semana, em três dias consecutivos, em tempo integral;
- b) Duas pessoas ficariam disponíveis em tempo integral, morando na região, para trabalhar como monitores do processo educativo;
- c) A escola seria construída em uma *colocação* que permitisse o acesso mais fácil a todos os seringueiros;
- d) O CEDOP deveria buscar recursos para subsidiar a alimentação dos seringueiros que participariam da escola e de suas famílias, durante o tempo de duração do curso. Essa verba seria destinada a uma bolsa-alimentação, calculada com base no consumo médio familiar;
- e) Com esses recursos seriam adquiridos os materiais necessários para a construção de uma cozinha ligada à escola com o objetivo de preparar a alimentação necessárias aos alunos, a ser realizada em regime de cooperação entre os seringueiros e suas famílias;
- f) Deveria ser elaborado um material didático específico para os seringueiros, pautado nos objetivos anteriormente definidos.

Quanto a alocação de recursos, o Projeto foi orçado em cerca de US\$ 19.000,00. Em dezembro de 1981 foi aprovado o primeiro recurso, pela Oxfam, no valor de US\$5.000,00, 10% do qual seria aplicado no projeto de educação e o restante no projeto da cooperativa, como um empréstimo que deveria ser devolvido em dois anos, sem juros nem correção monetária.

O material didático, a Poronga²⁰ – Cartilha de Alfabetização para Seringueiro e de Iniciação à Matemática e Caderno do Monitor – material especialmente preparado pela equipe do Centro Ecumênico de Educação e

²⁰ A poronga é uma lamparina (lanterna) feita de lata que o seringueiro usa sobre a cabeça para iluminar a estrada de seringa nas madrugadas de coleta do látex. Com a lamparina ilumina o caminho, a Poronga iluminaria o as idéias do seringueiro.

Informação (CEDI) com base no Método Paulo Freire e principalmente na concepção da educação popular

Segundo Brandão (2004), a Educação Popular não visa a criar sujeitos subalternos educados: sujeitos limpos, polidos, alfabetizados, bebendo água fervida, comendo farinha de soja e utilizando fossas sépticas. Visa a participar do esforço que já fazem hoje as categorias de sujeitos subalternos - do índio ao operário do ABC Paulista - para a organização do trabalho político que, passo a passo, abra caminho para a conquista de sua liberdade e de seus direitos.

Educação Popular é um modo de participação, também, de agentes eruditos (professores, padres, cientistas sociais, profissionais de saúde e outros) nesse trabalho político. Ela busca trabalhar pedagogicamente o homem e os grupos envolvidos no processo de participação popular, fomentando formas coletivas de aprendizado e investigação, de modo a promover o crescimento da capacidade de análise crítica sobre a realidade e o aperfeiçoamento das estratégias de luta e enfrentamento. É uma estratégia de construção da participação popular no redirecionamento da vida social (RODRIGUES BRANDÃO, 2004).

Um elemento fundamental do seu método é o fato de tomar, como ponto de partida do processo pedagógico, o saber anterior do educando. No trabalho, na vida social e na luta pela sobrevivência e pela transformação da realidade, as pessoas vão adquirindo entendimento sobre a sua inserção na sociedade e na natureza. Esse conhecimento fragmentado e pouco elaborado é a matéria-prima da Educação Popular. A valorização do saber e valores do educando permitem que ele se sinta “em casa” e mantenha sua iniciativa.

O método utilizado na produção da cartilha, influenciado pelo pensamento de Paulo Freire buscava responder a duas necessidades: valorizar o saber do seringueiro, as formas da organização social, o sindicato, a história do seringueiro e dar a ele informações necessárias para encontrar autonomia política e social, ou seja, para raciocinar criticamente sobre a sociedade em que vivia; a outra era o domínio do cálculo matemático, fundamental para realizar, por conta própria, a comercialização.

Para isso, o material estava voltado para a decodificação de uma conta-corrente tradicional de um *barracão*. Ou seja, como se formava o débito e o saldo

e quais operações matemáticas estavam ocultas naquele processo tão obscuro que sempre levava o endividamento.

Conforme a pesquisadora, em janeiro de 1982 mais recursos foram aprovados para o Projeto Seringueiro, pela Coordenadoria Ecumênica de Serviços - CESE, no valor de US\$ 2.400,00 para constituir um fundo que viabilizaria a bolsa-alimentação assegurando a subsistência dos seringueiros que iriam freqüentar a escola. No dia 2 de fevereiro foi iniciada a construção do armazém da cooperativa ao mesmo tempo em que o MEC decidiu apoiar o Projeto com um recurso de US\$ 32.700,00 para o período de um ano.

2.3 Resultados do Projeto Seringueiro (primeiro ato)

O Projeto Seringueiro havia conseguido quebrar os laços de dependência econômica enfrentado pelo marreteiro, fortalecera a posição dos posseiros e aguçara os conflitos com os fazendeiros; estava influenciando os rumos do Sindicato; participava ativamente do primeiro empate feito com o objetivo de questionar o modelo de ocupação de terra e não a defesa das posses; trabalhar com recursos financeiros que permitiam uma intervenção radical no modelo tradicional de vida do seringueiro; tinha respaldo dos principais líderes sindicais: Chico Mendes e Raimundo de Barros.

Outra característica do Projeto era testar uma metodologia de organização social que não se espelhasse aos métodos convencionais.

O objetivo primordial do Projeto Seringueiro não somente lutar contra o analfabetismo que imperava nos seringais do Acre a anos. Sua proposta era demonstrar a possibilidade concreta de mudar o presente e construir uma alternativa de futuro, ou seja romper com a situação de exploração que ainda perdurava pós-cativeiro no barracão. Também, buscar desnaturalizar a relação de submissão existente entre o *patrão* e o *freguês*, demonstrar que era possível fortalecer a organização social com o objetivo de construir uma alternativa social e econômica de acordo com sua realidade.

A proposta inicial do Projeto era que, se pudesse demonstrar que a combinação escola-cooperativa-saúde dava certo. Que o envolvimento ativo e

cooperativo do trabalhador no processo de uma alternativa de educação politizada poderia proporcionar os resultados esperados e superação dos desafios, isto é, a replicação desse projeto para mais trabalhadores da floresta. Mas isso não seria implantado tão rápido, o que minava as expectativas dos coordenadores do Projeto. Para tanto, seria necessária a criação de uma organização que acumulasse uma dupla função: captação de investimento e formação continuada.

Como podemos observar, os resultados (Tabela 1), de certo modo foram bastante significativos para a realidade até então vivida pelas comunidades atendidas pelo Projeto, foram de vital importância para que se pensasse uma proposta pedagógica que fosse aplicável aos “alunos” das escolas públicas do Estado, como forma de diminuir o analfabetismo, inclusão e conscientização sócio-política, usando uma fórmula simples e criativa.

Tabela 1. – Resultados alcançados pelo Projeto Seringueiro (1981-1995)

ANO	Nº. DE ESCOLAS	MATRUCULAS	
		INÍCIO	CONCLUSÃO
81	1	14	14
82	2	32	32
83	2	32	15
84	5	83	83
86	8	167	167
87	9	177	177
88	19	350	280
89	29	888	471
90	28	850	416
91	30	840	452
92	28	875	525
93	22	607	422
94	26	662	488
95	31	700	530
TOTAL		6.277	4.072

Fonte: CTA, 2006.

Quanto à criação da cooperativa, na verdade não se tratava de uma cooperativa no sentido formal e legal do termo, razão pela qual foi denominada de Central de Produção e consumo. Mesmo não tendo o caráter legal, as ações desempenhadas na organização, praticas dos princípios cooperativos o que

estimulava o trabalho coletivo, tanto comercial quanto o de caráter de aprendizagem pautado no método da construção coletiva do conhecimento.

A cooperativa foi iniciada em março de 1982, quando começava a safra de borracha. Foram fornecidas mercadorias aos seringueiros associados durante quatro meses, após os quais, foi vendida a borracha produzida e com esse valor foram adquiridas novas mercadorias. A primeira comercialização conjunta foi realizada em agosto de 1982. Até esse momento produziam e armazenavam, para vender o produto com um melhor preço, comprando no armazém as mercadorias que necessitavam. Não precisava mais vender seus produtos para os marreteiros.

Na segunda metade do ano de 1982 a cooperativa amplia seu número de sócios, abrangendo os seringais São Pedro a Boa Vista.

As mudanças que o Projeto Seringueiro proporcionou aos seringueiros podem ser observadas na entrevista ao jornal a Gazeta do Acre em 30/06/83, concedida pelo seringueiro Sebastião Marinho do Nascimento:

Esse problema da gente se unir para vender o nosso produto em conjunto tem a ver com o sofrimento em que a gente vivia: explorado pelo marreteiro, tangido pelo fazendeiro. Vendemos por um preço justo, pegamos esse dinheiro e descemos aqui para Rio Branco para comprar a mercadoria em conjunto, para retornar para lá e continuar a trabalhar esse outro ano. Em 83 espero que a gente se organize melhor. Isso trouxe para nós uma alimentação melhor, que a gente não tinha. No tempo do marreteiro ficávamos até 6 dias indo trabalhar sem tomar um gole de café. Acontecia assim, era comum. Mas não acontece mais porque conseguimos essa união. Antes nós pegava cem quilos de borracha para vender na casa do marreteiro e trazia a mercadoria na sacola. O preço era um absurdo. Eles ganhavam mais da metade na borracha e ainda lucravam na mercadoria: 500 a 1000 por cento de lucro. Hoje temos leite para a alimentação das crianças e para nossa sobrevivência temos o necessário (GAZETA DO ACRE, 1983 – Flamínio Araripe).

A cooperativa demonstrou, também, a razão pela qual o aviamento persistiu, durante tantos anos, no seringal, com seu conjunto de regras restritivas impostas pelo seringalistas ao seringueiro. Eram medidas excessivas, sempre explicadas em termos do isolamento, distância, possibilidade do seringalista

utilizar toda autoridade sem limites. Na verdade, o seringalista sempre tinha que evitar duas situações: o saldo e a autonomia da comercialização.

Vale ressaltar que o movimento organizado pelo PS nos seringais do Acre não era o canto de uma voz solitária nos campos de luta contra a expansão capitalista. Neste contexto, outro movimento de importância tão importante quanto a dos seringueiros, o movimento indígena, que vão buscar também na educação popular os elementos indispensáveis para a garantia dos seus direitos.

2.4 Educação cooperativista e movimento social indígena

Envolvidos agora num processo de desterritorialização, os indígenas da parte ocidental da Amazônia vão se depara com imposição cultural imposta pelo exército colonizador, movido pelos grandes empreendimentos capitalistas.

Após um processo de luta e organização, os indígenas desta região conquistaram o direito de contar sua história e mostrar de outra perspectiva o processo cruel da imposição da pedagogia do opressor.

Segundo os povos indígenas da região, suas origens estão divididas em cinco períodos, ou como eles mesmos denominam *Tempos*. Essa forma de análise temporal própria do indígena da Amazônia esta distribuído da seguinte forma:

a) o *Tempo das Malocas* (um tempo mais longo que vai desde a historia da sua origem, de seus costumes e mitos, até o momento da chegada dos caríus – “o homem branco” – para a abertura dos seringais);

b) o *Tempo das Correrias* (período onde são implantados os seringais na floresta, momento aonde duas frentes de exploração – o caucho vindo pelo Peru e a borracha pelo Brasil – encaram o indígena como obstáculo na implantação do seringal);

“Os “nawa”, quando encontravam as malocas, metiam fogo e bala para matar os caciques e os homens da aldeia e ficavam com suas mulheres e filhos mais novos. Tudo era destruído, até os roçados eram queimados para os índios não terem o que comer. Vendo isso, as nações indígenas começaram a se revoltar contra os invasores e começaram a guerrear. E a situação complicava cada vez mais. Os índios não venciam a guerra, por haver muitos invasores com armas superiores a dos indígenas. [...] Por esse motivo, as nações

indígenas foram se acabando e se integrando a esses invasores nordestinos e peruanos. [...] Quando passaram a ser dominados por eles, foram escravizados e passaram a levar um modo de vida muito diferente e triste”. (PROFESSORES INDÍGENAS DO ACRE E SUDOESTE DO AMAZONAS *apud* MANÁ KAXINAWÁ, 2002, p.. 92-93)

c) *Tempo do Cativo* (quando os indígenas marcados, “amansados” e batizados passam ser incorporado à estrutura da extração da borracha, passam a integrar o grupo de devedores);

“No tempo do cativo, os índios trabalhavam muito para os patrões dos seringais. Alguns trabalhavam na diária, fazendo vários serviços: transportar borracha e mercadorias, varejar balsas de borracha, reabrir ramais, varadouros e estradas de seringa, colocar roçado para o patrão, caçar e pescar para abastecer o barracão. [...] Depois das correrias, os índios aprenderem a cortar seringa. Na sua colocação, o índio seringueiro vivia com muito cuidado para não ser expulso pelo patrão. Se fizesse como o patrão mandava, tinha direito de continuar ocupando sua colocação, cortar estrada e comprar suas necessidades no barracão. Se não fizesse como o patrão queria, o freguês era mandado embora sem receber indenização pela suas benfeitorias. [...] O índio seringueiro era obrigado a pagar renda pelas estradas de seringa. [...] O patrão proibia seu freguês de vender borracha e de comprar a mercadoria em outro canto que não fosse no barracão. (IXÁ KAXINAWÁ; IBÁ KAXINAWÁ *apud* MANÁ KAXINAWÁ, 1998, p. 103 e 104)

d) *Tempo dos Direitos* (é o momento quando os direitos estão sendo conquistados: educação, demarcação de terra, saúde e a autonomia na comercialização - as cooperativas);

e) *Tempo Atual* ou tempo do governo dos índios que após 25 anos de luta pelos os direitos, é o momento na participação do índio na política e nas conquistas de Eleitorais.

Não diferente do período colonial, os indígenas da Amazônia também foram envolvidos na exploração econômica, ou seja, no atrelamento a empresa seringalista. Contudo, tratados como inferiores, deveriam ser amansados, marcados como gado, e batizados²¹. Desse processo de aculturação, o indígena recebe do colonizador a denominação “cabloco”.

²¹ Vários fatores colaboraram para a redução da população indígena nesta região, dos quais podemos destacar o massacre por meio de assassinatos, pelas doenças e, também, na negação

Segundo Dalmolin (2004).

A denominação “cabloco” tem importante significado na condição a que foram delegados os indígenas aprisionados. Além do elemento mestiço, resultante do contato interétnico entre o branco e o índio, substancialmente, foram identificados como índios que, gradativamente, foram aculturados, civilizados, enfim, forçados a assumir uma nova identidade em substituição à identidade étnica de origem. Entretanto, o termo cabloco é acompanhado de uma carga de preconceito e conotação perjurativa, que persiste até os dias atuais (DALMOLIN, 2004.p.87).

Semelhante a maioria dos seringueiros, os indígenas eram ludibriados quanto ao controle de troca de mercadorias, por não saberem ler a escrita do colonizador eram escravizados pela dívida e pelo desconhecimento das leis.

Como alternativa de libertação, os indígenas vão buscar nas associações e cooperativas, as estratégias de mobilização e de administração da produção e comercialização, necessários para rompendo com a cultura do *patrão* e do atravessador, e principalmente educar-se politicamente.

Por isso, não bastava educar economicamente, haja vista que é no campo político determinado pelo colonizador, que os indígenas teriam que travar as mais difíceis batalhas, dentre elas, a luta pela permanência em suas terras. E para isso, ter representatividade no aparato burocrático do Estado era umas das alternativas dessa pedagogia do oprimido.

IMAGEM I – A participação dos indígenas da eleição de 1996



FONTE: CPI, 2002.

de sua identidade original, tendo uma de suas expressões mais explícitas a incorporação do nome do patrão no documento de batismo.

Na luta os indígenas teriam que atuar de forma decisiva: no letramento – para ter acesso as formas de trocas comerciais e as leis; e na institucionalização de organizações representativas – meio reconhecido pela sociedade política como forma legítima de participação social coletiva.

O Conselho Indigenista Missionário é criado no Acre em 1975, em meio a vários movimentos sociais na luta pelos direitos negligenciados no país.

Segundo Falcão (2009), os objetivos do CIMI estavam definidos na luta pela terra, pela alteridade e a auto-determinação dos povos indígenas,

“Ao optar pelos povos indígenas e os desafios de sua causa, ao colocar-se ao lado do índio, mudou a “constelação missionária” da igreja. O missionário mediador e pai se tornou, sobretudo companheiro e irmão. A fraternidade eclesial junto aos povos indígenas, apesar de muitos desacertos históricos e de algumas resistências de setores isolados, não é mais falácia incrível, mas uma realidade palpável, provada nas lutas pela demarcação da terra e nos confrontos com o tutor estatal, com os interesses do latifúndio e das mineradoras. (SUESS apud FALCÃO, 2009, p.33)

Ainda na década de 70, surge também a CPI – Comissão Pró-índio, uma organização não-governamental, criada com o objetivo específico de atuar na área da educação com os povos indígenas do Estado do Acre. Esta organização nos últimos anos tornar-se-ia umas das mais importantes parceiras do governo de Estado do Acre na execução de projetos de caráter ecodesenvolvimentistas na reprodução do consenso e “ocupação” do território indígena.

Podemos observar dois marcos fundamentais no processo de organização do movimento social indígena: A criação da Cooperativa Kaxinawa do Jordão e Tarauacá é um marco no processo de organização econômica, política e educacional, frente às perseguições e submissões aos grupos seringalistas da região; e a formação de professores indígenas de diversos povos²².

Criada em 1978 por lideranças Kaxinawá no processo de mobilização e organização para enfrentar as instituições (governamentais, Igreja, políticos) que obstaculizavam o acesso a autonomia comercial e política. Dentre os maiores obstáculos: 1) transporte da borracha de forma escondida, temerosos frente as

²² Para melhor compreensão e aprofundamento desse segundo momento: **DALMOLIN, Gilberto Francisco**. O papel da escola entre os povos indígenas: de instrumento de exclusão a recurso para emancipação sociocultural. Rio Branco: EDUFAC, 2004. 425 p.

ameaças dos gerentes dos barrocões; 2) enfrentamentos com os gerentes do aviamento que não queriam perder o monopólio comercial da localidade; 3) negociar com políticos locais, pretensos donos dos seringais.

“o movimento da cooperativa, gerenciado pelas próprias lideranças Kaxinawá, fortaleceu concretamente os processo da luta pela retirada dos brancos da terra. A estruturação da Cooperativa foi de fundamental importância nos processos de reorganização política da população Kaxinawá do Rio Jordão, a partir de padrões delineadores por suas integrantes. (...) A retirada dos patrões e a elaboração de projetos políticos e econômicos com base nas aspirações dos membros da população Kaxinawá resultaram na legitimação de antigas lideranças e estimularam o surgimento de outras novas. A construção de alianças entre os chefes de vários grupos familiares extensos que habitavam, ou que vieram a se mudar para o rio Jordão, serviu para a redefinição de alguns dos padrões de relacionamento políticos e econômicos dentro da área indígena. A partir do início de 1980, com a retirada dos brancos dos seis seringais, ocorreu uma gradual redefinição dos espaços que cada uma dessas famílias extensas ocuparia, tanto territorialmente quanto em termos de esfera políticas e de espaços de comercialização criados pela rede de cantinas e depósitos da cooperativa (AQUINO, 1992, p. 29).

IMAGEM II – O índio seringueiro

Cooperativa Kaxinawa – Aldeia Paroá 1984.



FONTE: CPI, 2002.

E após este movimento inicial de organização, as organizações não-governamentais criadas pelos próprios indígenas passariam a configura-se como alternativa de organização e luta pelo os interesses.

LISTA DAS ASSOCIAÇÕES INDÍGENAS

NOME DA ASSOCIAÇÃO	SIGLA
1.Associação do Povo Arara do Igarapé Humaitá	APAIH
2. Associação do Povo Indígena Nukini da República	AIN
3. Associação dos Povos Indígenas Kaxinawá do Rio Humaitá	ASPIH
4. Associação dos Produtores Kaxinawá da Aldeia Paroá	APROKAP
5. Associação Katukina do Campinas	AKA
6. Associação Katukina de Sete Estrelas - Rio Gregório	AKSERG
7. Organização dos Agricultores Kaxinawa da Terra Indígena Colônia 27	AOKATI 27
8. Associação dos Produtores e Agro- Extrativistas Hunikui do Caucho	APAHC
9. Associação dos Produtores e Criadores Kaxinawa da Praia Carapanã	ASKPA
10. Organização Comunitária Agro-Extrativista Jaminawa	OCAEJ
11. Associação do Povo Jaminawa-Arara(Chave do Futuro)	
12. Manxineryne Ptohi Kajpa Hajene	MAPKAHA
13. Associação Agroextrativista Manchineri de Aldeia Jatobá - Rio Iaco	AAEMRY
14. Associação Jaminawa e Jaminawa-Arara da TI Jaminawa do Igarapé Preto	AJJAIP
15. Associação do Povo Hunikui do Alto Purus	APHAP
16. Associação Agro-Extrativista Kaxinawa Novo Lugar	
17. Organização dos Povos Indígenas do Rio Juruá	OPIRJ
18. Associação do Povo Arara do Igarapé Humaitá	APAIH
19. Associação Ashaninka do Rio Amônia	APIWTXA
20. Associação Agro-Extrativista Poyanawa do Barão do Ipiranga	AAPBI
21. Organização dos Povos Indígenas do Tarauacá	OPITAR
22. Associação dos Produtores Extrativistas Yawanawa do Rio Gregório	OAEYRG
23. Organizações dos Povos Indígenas do Rio Envira	OPIRE
24. Associação Comunitária Shanenawa de Morada Nova	ACOSMO
25. Associação dos Seringueiros Kaxinawa do Rio Jordão	ASKARJ
26. Organização dos Povos Indígenas do Acre, Sul do Amazonas e Noroeste de Rondônia	OPIN
27. Organização das Mulheres Indígenas do Acre, Sul do Amazonas, e Noroeste de Rondônia	SITOAKOR E
28. Organização dos Professores Indígenas do Acre	OPIAC
29. Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre	AMAAIAC
30. Federação Kaxinawa	

Fonte: SEPLAN, 2008.

O reflexo desse processo de educação política seria evidenciado nas eleições municipais de 2000 com 23 (vinte e três) candidaturas, representadas por 5 (cinco) etnias diferentes, “o resultado dessa participação foi a eleição de 7 (sete) vereadores eleitos e 1 (um) vice-prefeito” (CPI 2002, p.155).

Outro aspecto importante seria a criação da Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas do Acre - SEPI, que naquele momento acreditava-se ser a concretização dos ideais e conformação do tempo do governo dos índios – esse “sonho” não duraria muito, a SEPI seria extinta e o movimento burocratizado no terceiro mandato do “governo da floresta”.

Neste período, na América Latina, outros movimentos sociais se destacam e junto com o movimento social dos seringueiros, dos indígenas, dentre outros, formavam um grito de liberdade dos oprimidos em busca de uma sociedade mais justa.

Dentre vários movimentos contra-hegemônicos, podemos destacar o Movimento dos Sem Terra – MST (no Brasil), e o Exército Zapatista de Libertação Nacional/Movimento de Indígena de Chiapas - EZLN (no México). Ambos buscam na educação popular fortalecer seus quadros numa prática pedagógica politizada e aguerrida.

Vale ressaltar que a pedagogia do opressor assume diversas facetas no processo de opressão. Assim também é a educação popular, que assume estratégias diferentes conforme o contexto político e histórico que a realidade se apresenta.

2.5 O MST e o ELZN: A educação como insurgência em movimento

Quando o neoliberalismo alardeia pelos quatro cantos do mundo o “fim da história”, enquanto as taças de champanhe titilam em Davos na Suíça – reordenado as políticas em favor do neoliberalismo –, os movimentos sociais, partidos políticos de esquerda e as novas alternativas de educação surgem como um levante numa luta contra-hegemônica. São nos encontros regionais e mundiais, nas favelas, nas academias, na internet, nas praças e nos lares, onde estão sendo travadas lutas constantes pela superação do Estado burguês.

Nesse sentido, a Educação Popular funda-se num saber que orienta nos difíceis caminhos, cheios de armadilhas, da ação pedagógica voltada para a apuração do sentir/pensar/ agir dos setores subalternos para a construção de uma sociedade fundada na solidariedade, justiça e participação de todos.

Na América Latina, segundo Ferreira Vargas (2003), abordando as representações políticas e simbólicas dos movimentos sociais na contemporaneidade a firma que,

os novos movimentos sociais, em alguns sentidos mais próximos da tradição libertária, são ligados a formas de organização autogeríveis caracterizadas pela velocidade do aparelho e permitem aos agentes reapropriarem-se de seu papel de sujeitos ativos – sobretudo contra os partidos aos quais contestam o monopólio da intervenção política. Segundo traço comum: criam ou recriam formas de ação originais, em seus fins e seus meios, de forte conteúdo simbólico. Orientam-se para objetivos precisos, concretos e importantes para a vida social como terra, teto, saúde, educação, etc. para os quais empenham-se em trazer soluções diretas e práticas; e zelam para que tanto suas recusas como suas propostas se concretizem em ações exemplares, diretamente ligadas ao problema em questão e exigindo um forte engajamento pessoal dos militantes e responsáveis, que, em sua maioria, viraram mestres na arte de criar acontecimento (FERREIRA VARGAS, 2003, p.3).

Tais características são evidentes nos movimentos sócias que trazem no bojo de suas lutas semelhanças, a luta contra a excludente onda de exploração que o neoliberalismo impõe a humanidade: O MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra) e EZLN (Exército Zapatista de Libertação Nacional - Movimento de Indígena de Chiapas).

Assim, tais movimentos, afirma Ferreira Vargas (2003),

tanto a oposição dos zapatistas quanto a dos camponeses sem-terra brasileiros a nova ordem global tem duas faces: eles lutam contra as conseqüências excludentes da modernização econômica, e também opõem a idéia de inevitabilidade de uma nova ordem geopolítica sob a qual o capitalismo, e seus valores e subculturas, tornam-se universalmente aceito. Dito de outra forma, tanto o zapatismo quanto os sem-terra brasileiros percebem que a batalha a ser travada não é somente por terra e sim por uma nova forma societária, ainda que não saibam ao certo qual. Sob esta ótica é que se pode falar de modo mais amplo de *cultura de resistência* (FERREIRA VARGAS. 2003).

Ferreira Vargas (2003) prossegue apontando, em linhas gerais dessa nova cultura política provinda desses movimentos sociais pontos convergentes:

1) Protagonismo da sociedade civil em detrimento do estado, partidos políticos e política tradicional. Crítica ao estatismo e ao socialismo burocrático; 2) Construção de um novo projeto, ou modelo, que supere o neoliberalismo e que resgata o caráter participativo da política, numa democracia radical; 3) A dificuldade teórica e prática de construir um modelo hegemônico alternativo onde o poder provenha de baixo, controlado diretamente pela cidadania organizada; 4) A utopia e a crença na possibilidade de um “novo mundo”, com novos valores de convivência, não-exclusão, respeito a diversidade, aliança e construção de redes solidárias.

Tais convergências podemos analisar com mais propriedade observando os lemas que movem estes militantes.

Os lemas zapatistas são:

‘Mandar obedecendo’: a democracia direta com os processos de consulta consensual nas comunidades.

‘Preguntando caminamo’: a liberdade da palavra, do pensamento crítico e da imaginação.

‘Um mundo onde caibam vários mundos’: a união na diversidade. A intenção de formar amplas redes de resistência e de construção do mundo novo, capazes de enfrentar e ir desconstruindo as redes da dominação até seus últimos vasos capilares.

‘Para todos todo, nada para nosotros.’: A descrença na política tradicional e partidária. O fortalecimento de uma sociedade civil livre, democrática e vigilante. A valorização da utopia e esperança. (FERREIRA VARGAS, 2003, p 5) (grifo nosso).

E ainda:

Servir y no servirse.

Representar y no suplantar.

Construir y no destruir.

Obedecer y no mandar.

Proponer y no imponer.

Convencer y no vencer.

Bajar y no subir.

Já o MST,

‘saber ocupar espaços’: os espaços do latifúndio, da cultura e da política num processo de construção de um poder popular alternativo que tenha como objetivo solucionar os grandes problemas da *maioria* da população. (...) **‘OCUPAR, RESISTIR E PRODUZIR’**. (FERREIRA VARGAS, 2003, p 5) (grifo nosso).

Seguindo essa mesma perspectiva Caldart (2004) ao tratar a educação buscada – na ocupação da escola – pelo MST afirma que a educação é uma questão política, uma parte estratégica de luta pela reforma agrária, vinculada às preocupações gerais, por isso

não é possível compreender o sentido da educação no e do MST, se o foco de nosso olhar permanecer fixo na escola. Somente quando passamos a olhar para o conjunto do Movimento, e com a preocupação de enxergá-la em sua dinâmica histórica (que inclui a escola), é que conseguimos compreender que a *educação pode ser mais que educação*, e que a *escola pode ser mais do que escola*, à medida que sejam considerados os vínculos que constituem sua existência nessa realidade (...) esse processo educativo constituindo-se como um *movimento sociocultural*, cujo centro motriz está no processo de formação do sujeito *Sem Terra*, que também se produz como sujeito cultural, à medida que suas ações e sua forma de atuação na sociedade produz e reproduz um determinado *modo de vida* que ao mesmo tempo recupera, consolida e projeta valores, princípios, convicções, e também um determinado *jeito de conceber as relações sociais* que extrapola os interesses corporativos ou as características diferenciais do grupo social específico dos trabalhadores e de trabalhadoras rurais sem terra. (CALDART, 2004. Pag. 222)

Segundo Caldart (2004), o processo de ocupação – literal – da escola pelos MST, tem pelo menos três significados: O primeiro trata das famílias mobilizando-se “pelo direito a escola e pela possibilidade de uma escola que fizesse diferença ou tivesse realmente sentido em sua vida presente e futura”. Nesse início, se mobilizaram mães e professoras, mas logo em seguida algumas lideranças, e aos poucos houve o envolvimento de crianças.

No segundo momento, “como organização de massa, decidiram, pressionar pela mobilização das famílias e das professoras, tomar para si ou assumir a tarefa de organizar por dentro, isto é, produzir uma proposta político-pedagógica específica para as escolas conquistadas e a partir disso, formar educadores para atuarem na perspectiva da luta do movimento.

O terceiro momento é a articulação dos outros dois momentos. O movimento incorporando a escola na dinâmica, ou seja,

a escola passou a fazer parte do cotidiano e das preocupações das famílias dos sem-terra, com maior ou menor intensidade, com

significados diversos dependendo da própria trajetória de cada grupo mas, inegavelmente, já consolidada como sua marca cultural: acampamento e assentamento dos sem-terra do MST têm que ter escola, não uma escola qualquer (CALDART, 2004.pag. 225).

Segundo Morette (2008), o movimento social zapatista de formação dos seus intelectuais orgânicos assume outra característica.

A educação zapatista é uma “via de mão dupla” um de se aprende e se ensina, entendendo que o resgate da história do México é fundamental para a valorização do autóctone”. O Autor observa que, há “algumas aproximações e alguns distanciamentos entre uma experiência e outra, destacamos a opção pela luta armada e a constituições de movimentos de resistência como elementos que favorecem a prática da Educação Popular. “Uma educação popular que tem como princípio a insurgência (...) como um processo político-pedagógico-organizado que deve estar no horizonte de resistência. (Zanini Morette, 2008)

Estas semelhanças e diferença político-metodológico destes dois movimentos estejam no processo histórico, político e cultural. Pois,

talvez um olhar para as origens ideológicas do atual EZLN ajude a compreender esse certo “ressentimento” do subcomandante com o clássico pensamento revolucionário. O EZLN representa a fusão de três elementos: um movimento indígena organizado e politizado com lideranças experientes e muitas vezes de inspiração maoísta; o imenso trabalho de conscientização política de catequizadores e educadores inspirados pela Teologia da Libertação e o núcleo guerrilheiro, instalado em Chiapas desde 1983, que fazia parte de uma organização mais antiga e de porte nacional: as Forças de Libertação Nacional. Nos estatutos da FLN pode-se encontrar a opção pelo socialismo, que Marcos e os atuais zapatistas tendem a matizar, bem como referências a “ditadura do proletariado”, ao “combate ao imperialismo estrangeiro” e outras formulas do mais tradicional jargão revolucionário-comunista típico dos anos sessenta e setenta. Uma das interpretações da mudança de discurso e orientação ideológica do movimento assinala que o contacto desse núcleo guerrilheiro, branco, de origem urbana e na maior parte universitário, com os indígenas chiapanecos forçou uma guinada ideológica pela simples razão de que seu esquema interpretativo e revolucionário não ‘colava’ com os índios. Foi a partir desse encontro, cujo símbolo é o Velho Antonio, que os guerrilheiros tiveram que parar de falar e começaram a ouvir, abandonando vários dos clássicos esquemas interpretativos provindos do marxismo revolucionário e incorporando as praticas organizativas e o pensamento indígena. Ao que parece essa guinada e subordinação “indigenista” causam turbulências nas FLN provocando o abandono de vários componentes da guerrilha. De qualquer forma e desse “sincretismo político” que mescla ideologias

revolucionarias de tradição comunistas, como maoísmo e o guevarismo, com a tradição organizativa e 'cosmovisão' indígenas que se forma lentamente a atual insurgência zapatista. Esse incorporação da contribuição do elemento indígena, que por exemplo tanto contribuem para a bem-sucedida fórmula dos comunicados zapatistas, tornou a orientação ideológica do movimento indeterminada e em muitos sentidos mais próxima da tradição libertária: autogestionária, crítica ferrenha do estado e dos partidos políticos, valorizando mais a rebeldia social do que a revolução política. O próprio subcomandante Marcos que já se disse "culpado pelo crime da anarquismo". O quanto essa aparência reflete uma postura real e quanto de imagem e função tática ela tem e algo difícil de dizer. Muito da solidariedade internacional ao zapatismo é oriunda de círculos de algum modo ligados ao pensamento libertário e ao anarquismo. (FERREIRA VARGAS, 2003, p. 6).

Já em relação ao MST, Ferreira Vargas (2003) nos diz:

O MST e seus líderes não escondem sua preferência pelo socialismo. Mas esse socialismo também é matizado diversas vezes como "socialismo cristão", "humanista" ou "anti-burocrático". Ao contrário dos zapatistas, que por diversas razões mantém uma postura de afastamento para com o regime cubano e Fidel Castro, os dirigentes do MST não se cansam de elogiar seu modelo e referenciar o histórico da Revolução Cubana. Sempre falam dos revolucionários e da revolução com grande empatia e sentimento, como mostra um poema afixado em paredes do assentamento Pirituba em São Paulo e escrito por uma importante liderança do MST, Gilmar Mauro:

Ser revolucionário e CONJUGAR SENTIMENTOS, UTOPIA E RAZÃO

E resgatar toda MEMÓRIA dos que lutaram trazendo os sonhos em suas mãos

E dar seu ombro para derrubar todas as cercas, todos os muros

E edificar nesses escombros, mirando sempre pra o futuro

Vencer o inferno, vencer o ESCURO, como muitos terno, com poucos duro

E construir o homem novo, novos valores, um novo povo

Que possa ter eternamente a força interna para lutar, os sentimentos para sonhar

E novamente, sempre, até sempre revolucionar

Ser revolucionário é sobretudo, ser humano (FERREIRA VARGAS, 2003, p. 8).

Por essa luta contra a burocracia estatal na manutenção da propriedade privada capitalista, o movimento busca não somente ocupar a escola e áreas de terra para produzir, mas as ruas e as instituições nos centros urbanos, pois é onde

se encontra o aparato burocrático que emperra os processos de reforma agrária, bem como legitimam a propriedade privada dos grandes latifúndios no país.

Segundo a proposta de educação do MST, aponta Caldart (1997), a “luta pela escolarização dos sem terra é fundamental: além de se tratar de um direito de cidadania, representa a possibilidade de certos tipos de saberes que fazem efetiva diferença na formação/educação unilateral de sujeitos da transformação social e a reconquista da dignidades humana”.

O movimento entrega a sua luta, uma educação pública de qualidade e com isso uma maior resistência ao desmonte da escola pública brasileira em detrimento das privadas, bem como na mobilização atual de aliados na luta pela reforma agrária e pela divulgação das dimensões do trabalho do MST e da sua pedagogia.

Atualmente no Brasil, onde as políticas neoliberais estão cada vez mais consolidadas, o MST é apontado pelas autoridades e, principalmente, pela imprensa burguesa como um caso de polícia. São comuns todos os dias nos jornais televisivos campanhas de desqualificação do movimento e a reprodução de um senso comum burguês.

Mas como poderemos observar mais tarde diferentemente de seus contemporâneos (MST, ELZIN), o CTA irá dar uma guinada importantíssima para as políticas ambientalistas, bem como seu ingresso como aparelho privado de hegemonia (CTA²³).

2.6 CENTRO DOS TRABALHADORES DA AMAZÔNIA (CTA) – desdobramento do Projeto Seringueiro

Em 1983 o Projeto Seringueiro estava implantado nos seringais São Pedro, Nazaré e Boa Vista, com atuação nas áreas de economia (cooperativismo), educação (alfabetização) e saúde (treinamento de agentes e abertura de Postos). Tais metas já não constituíam meras propostas – era realidade.

O modelo original, de escola-cooperativa, permaneceu apenas no Seringal Nazaré e no Seringal São Pedro, para onde se expandiu ainda em 1982. A partir de 1983, em função da demanda de novas escolas a equipe do projeto decidiu

²³ Trataremos no terceiro capítulo.

desvincular uma atividade da outra. Assim, o Projeto Seringueiro definiu como objetivos do trabalho para os anos seguintes. Para tanto, seria necessário

ampliar o número de escolas em áreas semelhantes, de seringais próximos; iniciar um curso de capacitação de monitores em alfabetização para as escolas funcionarem com pessoas da própria comunidade; criar uma equipe de apoio na cidade com o objetivo de viabilizar o trabalho nas escolas, tanto na produção de material didático quanto de acompanhamento aos monitores e viabilizar progressivamente a autonomia da comunidade tanto na administração das cooperativas quanto das escolas (ALEGRETTI, 2002, p. 381).

Com as disputas eleitorais após elaboração da constituinte de 1988, e aprovação das eleições diretas, as diferenças políticas também se acirraram dentro da estrutura do CEDOP, que ocasionou na sua ruptura, causada pela dissonância com a realidade vivida nos seringais, partidos políticos e questões profissionais.

Tendo o Projeto Seringueiro conseguido, a partir da sua autogestão e captação de recursos, gozarem de condições técnicas e financeiras, fez-se surgir a necessidade da criação de uma organização não-governamental que celebrasse a diretrizes metodológica e ideológicas do Projeto Seringueiro, e que servisse como representação institucional junto à estrutura da sociedade civil posta naquele contexto do Estado.

O Centro dos Trabalhadores da Amazônia (CTA), é criado com a missão de contribuir para a consolidação das áreas extrativistas e promove-las como conceito central do desenvolvimento baseado em uma cultura de uso sustentável da floresta.

Esta instituição nasce de um movimento internacional, as organizações não-governamentais como protagonista do desenvolvimento mundial para superar as crises ambientais, conflitos humanos e pobreza. Mas, o que marca as organizações que marca o surgimento desta organização, como outras que surgem no fim dos anos 1970 e no decorrer dos anos 1980, é a vinculação com as lutas travadas pelos povos da floresta.

Porém é com interferência de organizações como BM que as ONG's, como o CTA – que surgiram do movimento de luta contra o processo de expansão do capitalismo e como ato reivindicatório do cumprimento das leis estabelecidas pela

constituição do país –, passariam a atuar num projeto mundial de consolidação das políticas neoliberais na periferia, as ditas parcerias ecológicas.

O projeto de financiamento das ONG`s desencadeado por instituições internacionais, como Banco Mundial, Inaugura o que Camely (2009), vai denominar como movimento de *organização*, que tem por objetivo político,

provocar a desmobilização da luta de classes e promove o processo dos denominados “novos movimentos sociais” que, ao descaracterizar ideologicamente o caráter antagônico das classes no capitalismo, enfoca a luta na resistência das minorias e disto resulta uma promoção das identidades das mulheres, negros, quilombolas, seringueiros e “povos da floresta”, que representam movimentos parciais e fragmentados, e reforça reivindicações pontuais (CAMELY, 2009.p.198).

Estas organizações passariam a desempenhar suas atividades com maior participação, não somente nas implementações de políticas públicas, mas sobre tudo fiscalizando e interferindo nas gestões dos Estados nacionais, denunciando ou promovendo a desestabilização de governos que não seguissem a agenda política de seus financiadores. Mas acima de qualquer coisa utilizar seu *know how* de educadoras dos movimentos na formação de um novo intelectual orgânico, o intelectual orgânico hegemônico com “consciência ambiental”, “participativo” e apolitizado.

Então o foco não é mais a violência exercida pelo Estado e classes dominantes e a exploração do sistema e, sim, como exemplo, a violência doméstica (entendemos que a luta pela emancipação das mulheres faz parte da luta de libertação dos oprimidos), a garantia de terra para minoria em detrimento da grande maioria dos camponeses, no lugar da exploração a que estão submetidos os grupos étnicos se promove a discussão de suas identidades. Neste campo o onguismo soube transformar a luta pela terra dos seringueiros do Acre na luta pela preservação do meio-ambiente, os “grandes sujeitos” do processo da luta se transformam nos “micro sujeitos” que o ambientalismo ongueiro elevou à categoria dos salvadores do planeta e “guardiões da floresta” (CAMELY, 2009,p.198).

Cabe-nos agora observar como esse movimento de cooptação dos movimentos sócias na Amazônia-acriana se articula com uma nova pedagogia, a *pedagogia para o oprimido*.

CAPITULO III

USAID, CTA e PROAMBIENTE:

a pedagogia *para o oprimido* na Amazônia-acriana

No processo de formação da sociedade capitalista a relação pobreza e educação fora estabelecida como instrumento de preparação do exercito industrial de reserva e como mecanismo de contenção das instabilidades políticas, sociais e ambientais, haja vista que com a globalização da economia, vão se ampliando na sociedade contemporânea ampliação dos conflitos sociais.

Apartados dos países hegemônicos do centro os países periféricos passam a ser visto novamente como cultura a ser modernizada, sendo necessária a superação “deficitária cultural” mediante a “políticas educacionais corretamente orientadas”, isto é, fazer a passagem da ideologia desenvolvimentistas para a ideologia da globalização, onde há o incremento do mercado competitivo, “livre” e técnico-informatizado.

E para consecução desse objetivo, põe-se em execução uma “pedagogia”, não uma pedagogia **do oprimido**, mas uma pedagogia **para o oprimido**, ou seja, uma perspectiva de realidade diretamente determinada, enriquecida de elementos “participativos”, um discurso popular, mas que não passa de uma forma estratégia assimilacionista de intervenção verticalizada e previamente calculada. Nessa perspectiva, os processos de deliberação participativa são meros protocolos de legitimação.

Nesta pedagogia, o oprimido deixa de ser considerado como sujeito histórico de sua realidade, assumindo a característica de objeto necessária a implementação da hegemonia opressora.

O que caracteriza esta pedagogia é que, mesmo causando danos nos países que atua irreparáveis que vão desde conseqüências na vida cívica – com políticas separatistas – a desnacionalização de recursos naturais – internacionalização, ela busca educar não somente o senso comum dos indivíduos, mas cientificamente promover a aceitarem destas ações

intervencionistas como algo necessário para o desenvolvimento do país ou região.

Nesse bojo, os movimentos sociais e organizações sócias são cooptados – financeiramente na sua grande maioria – a aderirem nesse processo de traçar planos estratégicos, execução, acompanhamento e avaliação de políticas de convencimento nas suas bases.

Tanto um golpe de estado como promoção de uma política separatista é um ato pedagógico onde os aparelhos privados de hegemonia tem um participação substancial e determinante na divulgação e convencimento das massas.

É na mobilização, organização, articulação e/ou criação de instituições que agencias como a USAID passa a coordenar o projeto “político-pedagógico” neoliberal na America Latina. Na Amazônia acriana essa pedagogia *para o oprimido* passe ser executado em forma de consócios de ONG`s.

3.1. AMBIENTALISMO E AS REFORMAS: as novas orientações neoliberais para criação do consenso

As discussões, dos anos 1950 e meados dos anos 1960, acerca do desenvolvimento/subdesenvolvimento giraram em torno da participação do capital estrangeiro nas economias periféricas: se os ingressos externos dinamizariam as economias, ou ao revés, constituiriam obstáculo ao crescimento dos capitalismo locais.

Se de um lado as economias subdesenvolvidas careciam de investimentos que não eram atendidos pela iniciativa privada para a ampliação da sua capacidade produtiva em razão da ausência histórica de acumulação interna, dos reduzidos salários e da crônica exclusão do mercado da maioria populacional, do outro a política de importar bens e serviços, contrair empréstimos para a criação de infra-estrutura e modernização do equipamento e atrair o capital estrangeiro levava à maior descapitalização e ao endividamento crescente pela via dos juros a serem pagos, das importações de matérias-primas e do repatriamento do capital internacional estabelecido, o que agravava a dependência externa.

Também, a partir dos anos de 1960 com a difusão do movimento ambientalista, trazendo a modificação de comportamento em alguns segmentos

sociais em relação à preferência de consumo, a regulação e a criação de leis ambientais, passam a colocar impedimentos ecológicos às atividades humanas, sobretudo as econômicas. Diante destas pressões políticas pró-ambientalistas, instituições responsáveis pela condução política e econômica mundial buscam incorporar no discurso e nas ações estratégicas uma ideologia ecológica necessária a manutenção do consenso. Os países periféricos, em especial, da América Latina, ainda imbuídos na tarefa de tornassem desenvolvidos a custos altíssimos, passam a ter que assumir mais uma “responsabilidade”: o de pagar os “pecados” da degradação ambiental mundial levada a cabo pelos países centrais.

Trata-se desta forma, buscar quais estratégias a serem tomadas para que possam ser incorporadas as falhas produzidas pelo funcionamento do mercado por meio das intervenções institucionais, dentre elas o Estado. Alguns pontos ficam evidentes quanto as estratégias dentre elas: a) encontrar alternativas quanto ao direito de propriedade dos recursos e serviços ambientais que são tidos como propriedade de bens comuns; b) como valorar os recursos e serviços ambientais; c) quem deve arcar com os custos das externalidades econômicas, isto é, as conseqüências das degradações sócias e ambientais decorrente do processo de produção de “riqueza”?

E não mais importante é tornar toda essa relação sociais e econômicas em métodos e ações cognitivas e universalmente aceitas.

A estratégia, neste momento vão alicerça-se em três pilares fundamentais: capital financeiro (investimento e rendas estratégicas), tecnológico (produção e inovação) e informacional (comunicação).

No Brasil, esse processo de imposição neoliberal vai se intensificar no período que corresponde o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002). Porém, já nos anos 1990,

a discussão sobre a educação passa a ter uma inflexão de rumos, articulando-se com a abertura da economia brasileira, no contexto do neoliberalismo, inaugurado no Governo Collor. O deslocamento do eixo de debate sobre a qualidade como direito à cidadania, para uma articulação com as questões associadas à competitividade, se insere no movimento mais amplo de reordenação do sistema produtivo em termos mundiais. (CUNHA apud OLIVEIRA, 2000)

No Brasil, a política de reforma do Estado assume uma perspectiva de caráter ultraliberalismo²⁴ das quais, funções antes de direito social, isto é público, tornam-se privados, saúde, segurança e principalmente a educação, se intensificam no governo de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) e no governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003-), vão ampliando-se os espaços para a privatização/mercantilização em outras esferas, o ambiental.

A reforma institucionais desenvolvida por este dois governos, vão assegurar que o pactos social pragmático da racionalidade capitalista, tendo a sociedade civil como lócus decisório das políticas de privatização dos recursos naturais.

E nos países periféricos onde as reformas estruturas deveriam ter uma maior intervenção das instituições internacionais, o Banco Mundial passaria a atuar como uma espécie de “ministério da educação” dos países periféricos. Primeiro com a educação técnica voltada para o mercado industrial e depois voltando para a reprodução do intelectual para as questões do desenvolvimento sustentável.

Desta forma, a agenda neoliberal passa a ser disseminado por todas as regiões do mundo onde os interesses hegemônicos ainda sentem a necessidades de consolidar suas práticas de espoliativas.

Nas palavras de Silva Junior (2005), a educação que tem um papel fundamental como referencial crítico, neste momento passa a servir na produção de um novo cidadão, “(...) o cidadão do século XXI: **produtivo, útil, só e mudo** (...)”.

Pois segundo nos afirma Gramsci (2004),

Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político: o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito, etc., etc. (GRAMSCI, 1982, p.4)

²⁴ Para compreensão deste termo, vide SILVA JÚNIOR, João dos Reis. As mudanças estruturais no capitalismo mundial e seu impacto nas políticas educacionais de Fernando Henrique Cardoso: o caso do ensino médio. In: *Educação e Sociedade*. Campinas, v. 23, n. 80, pp. 203-234, out. 2002.

Para tanto, vão se erigindo nos países “pobres” novas estruturas necessárias para a reprodução de um novo intelectual. E, segundo O Banco Mundial (2002), “os investimentos em educação podem transmitir mensagens culturais e constituir a coesão social”.

E esta “coerção social” que em outros momentos aconteciam de forma pulverizada por milhares de organizações não-governamentais, passam agora a atuarem de forma concentrada na mobilização de esforços financeiros e de intervenção, ampliando assim seu poder de governabilidade local e regional.

3.2 O CONSÓRCIOS DA GOVERNANÇA AMBIENTAL: ABCI/USAID, CTA, PROAMBIENTE – *A pedagogia para o oprimido na Amazônia-acriana*

Os desmatamentos das florestas tropicais iriam fazer parte da agenda do ambientalismo internacional entre o período que separam a conferência de Estocolmo e a Rio 92.

Neste período inicia-se o debate sobre emissões de gás carbônico (CO₂) e posteriormente a importância de manter a floresta em pé para realizar o seqüestro de carbono. Neste contexto, ganha importância mundial a discussão sobre a preservação da Amazônia o que depois vai alcançar o discurso dos “povos da floresta como salvadores do planeta” e outras megalomanias da histeria ambiental. Também neste período têm início às declarações explícitas de internacionalização da Amazônia expressas na fala do então primeiro ministro francês, François Mitterrand, que declarou na conferência de Ecologia de Hague, em 1989: “O Brasil precisa aceitar uma soberania relativa sobre a Amazônia. (CAMELY, 2009, p. 63).

A conferência de Estocolmo é marcada pela grande participação das organizações não governamentais no debate e na construção de propostas de intervenção política junto aos países tidos até então como subdesenvolvidos.

É como a Eco 92 que o documento conhecido como Agenda 21, onde o discurso do desenvolvimento sustentável torna-se amplamente divulgado, debatido e traçado as diretrizes para o ambientalismo mundial. Contudo, o desenvolvimento sustentável que busca amenizar as preocupações de empresas capitalistas com as conseqüências ambientais com a sustentabilidade empresarial.

É na Agenda 21 que as orientações para participação de cooperações internacionais e importância dos povos tradicionais – principalmente nos países pobres onde se encontram a maior concentração das riquezas naturais – no processo de preservação da biodiversidade e os aspectos da autonomia dos Estados em estabelecer acordos.

(...) as ações dos Governos com respeito à biodiversidade devem dar-se: de modo consistente com outras políticas e práticas nacionais e respeitando as normas em vigor da legislação internacional; com a cooperação dos órgãos relevantes das Nações Unidas, organizações regionais e intergovernamentais; com o apoio das organizações governamentais, do setor privado e de instituições financeiras, da comunidade científica e das populações nativas; e levando em consideração aspectos sociais e econômicos (ALBAGLI apud CAMELY, 2009, p.68).

Continua,

Conscientes de que a conservação e a utilização sustentável da diversidade biológica são de importância absoluta para atender às necessidades de alimentação, de saúde e de outra natureza da crescente população mundial, para o que são essenciais o acesso e a repartição de recursos genéticos e de tecnologia. Observando, enfim, que *a conservação e a utilização da diversidade biológica fortalecerão as relações de amizade entre os Estados e contribuirão para a paz da humanidade*. Desejosas de fortalecer e complementar instrumentos internacionais existentes para a conservação da diversidade biológica e a utilização sustentável de seus componentes, e determinadas a conservar e utilizar de forma sustentável a diversidade biológica para benefício das gerações presentes e futuras (MINISTÉRIO MEIO AMBIENTE apud CAMELY, 2009,p.71).

De ante destas orientações, se consolidam as parcerias no Brasil, com intuito de criar no âmbito da sociedade civil crias, organizar e mobilizar organizações menos burocratizadas como as da sociedade política as condições ideais para a implementação de um política ambientalista.

Vale ressaltar que no mundo capitalista, afirma Camely (2009), “engloba todos os campos da vida e nada deixa escapar, inclusive o campo da solidariedade e da filantropia que se tornaram grandes negócios das ONGs no capitalismo”. Contudo, é baseado no discurso ambiental que o *onguismo*²⁵ passa

²⁵ Para melhor compreensão deste tema: Camely, Nazira Correia: A geopolítica do ambientalismo *ongueiro* na Amazônia brasileira: um estudo sobre o estado do Acre / Nazira Correia Camely. – Niterói: [s.n.], 2009.

assumir um papel determinante como uma pedagogia do opressor no processo hegemônico neoliberal na Amazônia, uma pedagogia *para o oprimido*.

(as ONGs) trabalham o terreno, chegam até as comunidades pobres e zonas longínquas, identificam as necessidades locais, conseguem a cooperação da população marginalizada e prestam serviços. Nos dois últimos decênios, as ONGs têm participado em um número crescente de projetos apoiados pelo Banco Mundial devido à sua experiência em matéria de socorro de emergência e de desenvolvimento participativo. Desde 1989, quando o Banco aprovou uma diretriz operacional para instar o pessoal e aos prestatários a incorporar as ONGs em suas atividades, até a metade dos projetos aprovados anualmente têm contemplado a participação das ONGs (BANCO MUNDIAL apud CAMELY, 2009,p.96).

Utilizando do argumento de impedir esses “crimes ambientais”, são implementadas ações por meio de uma educação voltada para produção e comercialização de subprodutos florestais e implementando uma formação “apolitizada”, bem como a imposição de normas de ajuste de condutas para acesso a políticas públicas de geração de renda e pagamento em nome de boas práticas.

Superado o período da proliferação das ONG`s como instituições atuando de forma individual nas regiões de grande interesse neoliberal e barreiras jurídicas para a intervenção do capital financiador estrangeiro, as estratégias mudam para a concentração de esforços e de capital por meio da criação de ações consorciadas para implementação da governança ambiental.

Em junho de 2005 a USAID, por meio da Iniciativa para Conservação da Bacia Amazônica (ABCI), passa por em prática o processo de desnacionalização dos conhecimentos tradicionais, dos recursos naturais, e dos conhecimentos científicos produzidos na região como fator determinante para o processo de conservação da Amazônia.

As estratégias coordenadas por essa agência na América Latina, se efetiva por meio da mobilização de consórcios institucionais, atuando na esfera da sociedade civil e política, tendo como meta a apropriação da Amazônia. Para tanto, esta agência põe em prática um projeto amplo, um projeto de atuação continental para a consecução do objetivo.

Isso fica mais evidente ao visualizarmos nos mapas que apontam a área de abrangência de atuação dessa organização, bem como o quadro descritivo dos consórcio sob a tutela da USAID.

IMAGEM III.a - Área de atuação do consórcio ABCI-USAID



Fonte: ABCI-USAID 2007.

IMAGEM I.b - Iniciativa para a Conservação da Bacia Amazônica



Fonte: SOUZA (2009).

TABELA II - RESUMO DOS CONSÓRCIOS ABCI-USAID

CONSÓRCIO	OBJETIVO	FOCO GEOGRÁFICO	INSTITUIÇÕES
Desafiando o Avanço do Desmatamento na Amazônia Brasileira	Fortalecer governança ambiental, apoiar atores locais para lidar com problemas sócio-ambientais associados ao desmatamento	Sudoeste da Amazônia Brasileira (Estado do Amazonas)	Quatro ONGs lideradas pelo Instituto Internacional de Educação do Brasil
Conservando a Paisagem de Madidi-Manu da Bolívia e Peru	Melhorar planejamento da paisagem e sua implementação, desenvolver eco-empresendimentos comunitários e construir governança ambiental	Sudoeste da Amazônia: Peru e Bolívia	Cinco ONGs lideradas pela <i>Wildlife Conservation Society</i>
Paisagens Indígenas: Fortalecendo Organizações Indígenas da Bacia Amazônica	Fortalecer manejo ambiental de terras indígenas construindo a capacidade de organizações indígenas e parceiras, de planejar, manejar e proteger estas terras	Quatro locais em escala de paisagem– dois no Brasil, um no Peru e um no Equador	Cinco ONGs lideradas por <i>The Nature Conservancy</i>
Governança Ambiental na Região MAP	Reduzir a perda de biodiversidade e serviços ambientais, e servir como um exemplo para colaboração internacional em assuntos transfronteiriços relacionados na Bacia Amazônica	Sudoeste da Amazônia: Peru, Bolívia, Brasil	Quatro universidades, quatro ONGs e uma agência governamental lideradas pela Universidade da Flórida
Meios de Vida Sustentáveis na Amazônia Ocidental	Reduzir a degradação ambiental e melhorar os meios de vida comunitários, aumentando o volume de vendas e a renda de madeira certificada e produtos não madeireiros, da agricultura e do turismo	Amazônia Ocidental: Colômbia, Equador, Peru, Bolívia	Três ONGs lideradas pela <i>Rainforest Alliance</i>

Fonte: ABCI-USAID 2007.

Isso se torna mais evidente quando olhamos para o documento *Biodiversity Conservation: a guide for USAID staff and partners*, como demonstra Nazira Camely (2009), a “conservação da biodiversidade caminha na direção da ajuda externa do governo norte americano”.

- *Promover o desenvolvimento transformador*. A gestão sustentável e conservacionista da biodiversidade pode reforçar a governança participativa e aumentar o crescimento econômico e a qualidade de vida, conservando os recursos e os ecossistemas dos quais as pessoas dependem para seu bem estar, contribuindo, portanto, para o objetivo da USAID de promover o desenvolvimento transformador.

- *Reforçar os Estados frágeis.* A conservação transparente e eqüitativa e a gestão da biodiversidade através da construção de instituições e capacidades podem melhorar o sistema de governança, reduzir os conflitos sobre os recursos, contribuir para a estabilidade social e política e voltar-se para as causas originárias de muitas necessidades humanas básicas, fortalecendo os Estados frágeis.
- ***Apoiar os interesses geoestratégicos dos Estados Unidos. A gestão eqüitativa e sustentável, a governança e a conservação da biodiversidade podem contribuir para aumentar a estabilidade e a prosperidade em áreas do mundo nas quais o governo dos Estados Unidos identificaram prioridades geoestratégicas.***
- *Criar alívio humanitário.* Conservar os ecossistemas e a biodiversidade intactos pode ter um papel importante em minimizar e mitigar os impactos dos desastres naturais (inundações, deslizamentos e secas) e conflitos violentos e aqueles resultantes de emergências humanitárias. Além disso, tomar medidas apropriadas durante a provisão de alívio humanitário pode diminuir os impactos destas atividades nos ecossistemas locais e criar bases para um desenvolvimento de longo prazo.
- *Diminuir as questões transnacionais e globais.* Além de contribuir para outros objetivos de desenvolvimento, conservar a biodiversidade é um alvo da assistência externa dos Estados Unidos como direito próprio. A biodiversidade é um recurso global crítico para as gerações futuras e atuais e a USAID tem um mandato para conservar este recurso. (USAID apud CAMELY, 2009, p.91 – grifo da autora).

Como podemos observar no quadro acima, o consorcio ABCI/USAID²⁶ envolve cerca de 30 consórcios que a ação vem reforçar financeiramente as intensas atividades de ONG'S como o Fundo Mundial para a Natureza (WWF), Survival International, Conservation International, The Nature Conservancy e outras, financiadoras como agências governamentais do Canadá, Reino Unido, Holanda e outros países europeus, além de fundações familiares do Establishment.

Segundo o plano estratégico deste referido consórcio, se propõe atingir:

- a) Maior capacidade regional para colaboração transfronteiriça; Envolvimento público e uma rede de organizações que monitora as mudanças ambientais e regionais; b) Participação pública mais ampla

²⁶ Para melhor compreensão sobre consórcio ABCI/USAID: **SOUZA, I. P. D.**: Soberania e “Governança Ambiental” na Amazônia Sul-ocidental: um olharsobre a Iniciativa MAP. Rio Branco: UFAC (Dissertação de Mestrado), 2007a.

em governança ambiental; c) Criação de um plano de desenvolvimento sustentável trinacional; d) Centro trinacional de governança ambiental estabelecida que inclui universidades, instituições de governo, ONGs e o setor privado para promover intercâmbio de informação, treinamento a nível universitário e de pós-graduação, e transparência em projetos de infra-estrutura transfronteiriça; e) Uma rede de aprendizagem colaborativa promovendo o papel de dois dos direitos humanos principais: o direito ao saber e o direito de participar; f) Uma massa crítica de tomadores de decisão política, pesquisadores e cidadãos preparados para avaliar pesquisa aplicada contínua para enfrentar os desafios imprevisíveis de integrar conservação e uso intensificado de recursos tropicais no sudoeste da Amazônia; (ABCI-USAID 2007).

Segundo Souza (2008),

o termo governança, como as “reformas”, trará em seu “DNA” uma profunda desconfiança/hostilidade para com o Estado e certo “deslumbramento” para com a “sociedade civil”. Enquanto o Estado é caracterizado pela força, autoritarismo e incompetência, a “sociedade civil”, sacada de base material, passou a sê-lo pelo consenso, liberdade e competência. Esta compreensão e a correlação de forças em que ela se assenta criam, então, as condições para um reordenamento de poder entre “sociedade civil” e sociedade política. Em linhas gerais, isto implicou na transferência de algumas atribuições desta para aquela (SOUZA, 2008).

Quanto ao termo governança ambiental,

esse último termo acrescenta à idéia de governança a questão ambiental, que, supostamente, estaria acima ou isenta dos interesses nacionais e de classes. É como se o interesse e o dever em cuidar do meio ambiente sobrepussem quaisquer outros interesses. Diante do caráter universalista, neutro e nobre que é atribuído à questão ambiental, todos os outros interesses (dentre os quais, e, sobretudo, os nacionais) seriam particularistas, egoístas ou mesmo espúrios. (...) De modo que idéia de “governança ambiental” corrobora para a “sacralização” não só de um “sujeito” (sociedade civil), mas também de um “objeto” (meio ambiente). Estabelece-se, assim, um sólido consenso quanto a sociedade civil ser o “sujeito” idôneo para cuidar do meio ambiente (SOUZA, 2008).

Outro aspecto interessante é que em nome da cooperação internacional ou parcerias a USAID determina por em prática “novos investimentos e novas estratégias são necessárias para enfrentar essas ameaças e aproveitar as oportunidades promissoras, bem como replicar ou ampliar as estratégias comprovadas a partir da própria região amazônica ou desde fora desta (USAID, 2006)”.

Ao contrário do que ocorreu entre a década de 1980 e meados dos anos 90 – período marcado pela emergência dos segmentos subalternos como protagonistas de novas proposições de desenvolvimento para a Amazônia – esses consórcios têm seu desenho institucional e objetivos definidos de “fora para dentro”. Face as afirmações de que os povos que vivem na região bem como seus respectivos governos seriam “incapazes” desse “patrimônio natural de importância transnacional” a USAID assume para si essa “responsabilidade”. Recorrendo a ideologia do desenvolvimento sustentável, subordina a conservação da natureza aos interesses das grandes corporações transnacionais e instrumentaliza a “sociedade civil” como fonte legitimadora de sua estratégia (PAULA, 2007.).

Vale ressaltar que as atuações dos organismos internacionais, como seus “embaixadores” locais, atuam tanto no âmbito da sociedade civil quanto da sociedade política, porém as ideologias neoliberais passam dialeticamente atuar no âmbito superestrutural e na estrutura, ou seja, a mobilização política-pedagógica de inculcar por meio do trabalho e das políticas públicas educacionais, assistência técnicas e assessorias, a incorporação da lógica concorrencial do capital como a financeirização de tudo que possa vir a se tornar mercadoria.

Diante do que até agora fora exposto, perguntamos: **essa pedagogia (para o oprimido) acontece seguindo estratégias ou padrões semelhantes?**

Podemos já adiantar que, referente ao questionamento acima, a resposta é não. As facetas que tal pedagogia assume são determinadas conforme o contexto histórico, político e econômico. Porém estas estratégias não são utilizadas em seu “estado puro”, podemos observar que em alguns casos elas repetem ou se relacionadas, e em muitas vezes são necessárias no processo de desmobilização de movimentos contrários ao projeto hegemônico.

3.3 USAID: e as alternativas da pedagogia para o oprimido na América Latina – do Smart Power a florestania

Que agência é esta quem nos últimos anos financiando as mais diversas organizações não-governamentais num processo de levantamento de informações, capacitações e pesquisa na Amazônia-acriana?

Para tentarmos responde a esse questionamento, e imperioso que façamos uma breve contextualização da atuação dessa agência estadunidense na América

Latina para demonstrar que, mesmo atuando com estratégias diferenciadas, em localidades do continente, os fins são os mesmos, a imposição de uma hegemonia neoliberal de exclusão e apropriação dos recursos naturais.

Por toda America Latina estão sendo disseminadas políticas expansão neoliberais ancoradas em duas estratégias chaves: a primeira será por meio de uma pseudo-harmonia entre as políticas locais de desenvolvimento, financiado por meio de cooperação técnico-financeira e; a segunda por uma política de sabotagem democrática onde são desenvolvidas políticas com forte apelo separatista, conhecido como movimentos em busca das autonomias regionais.

A America Latina vem sendo destaque no mundo inteiro por possuir uma riqueza cultural e natural abundante e cobiçada. Como também, por ser o palco de uma nova política de luta contra o processo hegemônico neoliberal, tendo como destaque a Venezuela e a Bolívia.

Na obra “ USAID, NED y CIA: La agresión permanente”, Jean-Guy Allard y Eva Golinger, nos apresenta como os interesses estadunidenses são implementados na America Latina por meio das agências que tem como fim principal fazer valer a política norte americana a qualquer custo no hemisfério sul.

Para tanto, a atuação junto a sociedade civil destes países, devem ser considerada que a pedagogia opressora se adaptada conforme o contexto: Na Colômbia a privatização bélica; em Honduras golpe de Estado; em Cuba o embargo econômico; na Venezuela a guerra irregular; na Bolívia o separatismo e no Brasil, em especial na Amazônia, o desenvolvimento sustentável.

Sem abrir mão do poderio bélico intimidador, outras estratégias são desenvolvidas por meio de uma política de intervenção conhecida como smart Power.

Segundo Allard e Golinger (2009),

smart power, el poder inteligente, uma política que emplea el uso del poder militar junto con la diplomacia, la cultura, la comunicación, el poder económico y la política. Hay dos grandes puntos de diferencia entre la Guerra Irregular y la Guerra Tradicional: el objetivo y la táctica. La Guerra Tradicional ve como objetivo la derrota de las fuerzas armadas del adversario, y su táctica principal es el uso del poder militar en su forma más tradicional – el combate

y el bombardeo. La Guerra Irregular tiene como objetivo el control sobre la población civil y la neutralización del estado, y su táctica principal es la contrainsurgencia, que es uso de técnicas indirectas y asimétricas, como la subversión, la infiltración, las operaciones psicológicas, la penetración cultural y la decepción militar (el intento de engañar a las fuerzas armadas del adversario para que reaccionen a amenazas que no existen en la realidad, así distraendo y desgastando sus capacidades y recursos). (ALLARD e GOLINGER, 2009, p.26).

Este *poder inteligente* passa atuar como ação contra-insurgências que na agencia de defesa norte-americana são discutidas nas oficinas de Gerências de Conflitos, Transição e Reconstrução, Democracia e Governabilidade, Iniciativas para uma Transição.

E para que as determinações de Washington D.C. possam ser implementadas a USAID assume o papel de coordenação junto aos países latino-americanos no que se refere a repasse financeiro, articulação política e implementação de políticas de desenvolvimento.

Isso sem contarmos os grandes investimentos na “diplomacia digital”. O envolvimento e mobilização mundial de jovens para ingressarem numa rede mundial de traça de informações, e principalmente, de alinhamento político.

Na Colômbia, o processo hegemônico assume sua face mais coercitiva como projetos de investimento bélico. Contudo, é fomentada por uma política de investimento na esfera política, ou seja, implantam-se as bases militares estadunidense, estratégico numa política de intimidação, ainda abrem espaços para seu poderoso comércio para a indústria armamentista norte Americana.

- 52.868.553 dólares para Lockheed Martin, gran empresa Del complejo militar industrial, encargada de suministrar apoyo logístico y recursos humanos para ayudar a la Policía Nacional de Colombia.
- 164.260.877 dólares para DynCorp International, para la provisión de pilotos, técnicos y apoyo logístico para el Ejército colombiano y el programa de erradicación aérea de la Policía Nacional de Colombia.
- 7.875.000 dólares para ARINC, Inc., para el apoyo logístico, ingenieros, mantenimiento de sensores y formación a la Policía Nacional de Colombia en el uso de aviones C-26 equipados com equipos de monitoreo, espionaje y colección de señales.
- 20.953.000 dólares para ARINC, Inc., para formar personal y suministrar apoyo logístico para los aviones que utilizarán em el Programa Colombiano de Puentes Aéreos y la supervisión aérea de las fuerzas estadounidenses.

- 5.000.000 dólares para Oakley Networks para suministrar un software de monitoreo de Internet y para ayudar los programas conducidos por la Policía Nacional de Colombia de monitoreo en Internet.
- 6.533.502 dólares para ITT para operar y mantener un Sistema de Radars Hemisféricos en Colombia. También suministrar los recursos humanos para operar cinco radares en Colombia y un nodo de comunicación satelital en Bogotá.
- 2.345.442 de dólares para Lockheed Martin para operar un sistema de inteligencia y espionaje aérea, que incluye a la conducción de misiones de inteligencia comunicacional y la colección de sensores e imágenes.
- 3.394.768 dólares para el Grupo Rendon (a través de Lockheed Martin) para dar talleres de formación sobre operaciones psicológicas en apoyo al Plan Colombia. Esto incluye al uso de una plataforma del programa Echelon de la Agencia de Seguridad Nacional (NSA) de Estados Unidos, que es el programa de espionaje y comunicaciones más grande del mundo (ALLARD e GOLINGER, 2009, p.31).

Com ampliação da base militar de Palanquero, o orçamento de recursos migrados para este país poderá ultrapassar em 2010 200 milhões de dólares.

Em outros países, paralelamente as estratégias de desmobilização das forcas revolucionarias, a agencia norte-americana vem promovendo uma agenda muito mais perigosa, o separatismo.

No Equador, Guayaquil é a cidade onde se encontra a principal estrutura portuária, onde se encontra 40% das empresas mais importantes do país.

En el año 2004, la USAID invirtió \$2,640,000 en un programa de descentralización en Ecuador, en el año 2005 fueron \$1,900,000 y el 2006 fueron \$1,100,000 invertidos en el mismo programa, para un total de \$5,640,000 en fondos durante tres años solamente dirigidos al trabajo de descentralización a nivel gubernamental. Uno de los principales ejecutores de los programas de la USAID en Ecuador es la misma empresa que opera con la derecha en Bolivia: Chemonics, Inc. Al mismo tiempo, La NED otorgó un convenio de \$125,806 al Centro para la Empresa Privada (CIPE) para promover los tratados de libre comercio, la globalización y la autonomía regional en la radio, televisión y prensa ecuatoriano, junto con el Instituto Ecuatoriano de Economía Política. (...) En Septiembre del 2006, Guayaquil fue sede del Primer Foro Internacional sobre Libertad y Autonomía Regional que resultó en la formación de la Confederación Internacional por la Libertad y Autonomía Regional (Confilar), entidad que promueve los procesos autonómicos en la región. (ALLARD e GOLINGER, 2009, p.50)

Em 2006 a cidade de Guayaquil sediou o Primeiro Fórum Internacional sobre Liberdade e Autonomia Regional que resultou na formação da Confederação Internacional para a Liberdade e Autonomia Regional (Confilar). Na ocasião estiveram presentes “líderes separatistas” como Walter Justiniano e Carlos Dabdoub²⁷ da Bolívia, do Movimento Rumbo Próprio do estado de Zulia da Venezuela, também da Guatemala (Marysabel García Leal de la Cámara de la Libre Empresa) e do Perú (José Luis Tapia de Instituto de Libre Empresa).

Na Venezuela, as operações da USAID são estritamente políticos como nos aponta Allard e Golinger (2009),

la ente de la USAID que maneja los programas em Venezuela es la Oficina para Iniciativas hacia una Transición (Office for Transition Initiatives “OTI”), la cual es supervisada y dirigida por Russell Porter desde Washington, quien se desempeña como Jefe Del Equipo de América Latina de la OTI. La OTI técnicamente no cae bajo el control del Buró para el Caribe y América Latina de la USAID, sino que es una entidad que mantiene sus propios lineamientos estratégicos y un presupuesto separado de las otras operaciones de la USAID en la región. Venezuela, a diferencia de países como Bolivia, Ecuador, Nicaragua y otros, no tiene un convenio de cooperación oficial com la USAID y entonces no existen programas de esa entidad norteamericana dirigidos a asuntos “humanitarios” o de “desarrollo”. (...) “La USAID/OTI fue establecida en Venezuela en junio 2002 y comenzó a funcionar formalmente dos meses después en agosto del mismo año. La misión de esta oficina era supuestamente “apoyar la democracia en Venezuela” y “fortalecer las frágiles instituciones democráticas en el país”. (ALLARD e GOLINGER ,2009, p. 42).

Este posicionamento de desestabilização política fora posto em prática logo após o fracassado golpe em abril de 2002, tendo Adolfo Franco como o interlocutor de Washington que após não sucesso de sua façanha fora colaborar na eleição presidencial norte-americana do republico e conservador John McCain.

Em 2007, aponta Colinger (2009), a USAID passa a financiar em grande das mobilizações e as estratégias do chamado “movimento estudantil” de direita. Em 2008 as atividades da USAID/OTI passam principalmente a focar-se na campanha de oposição para as eleições de 23 de novembro. “segundo os próprios documentos, a USAID/OTI havia financiado neste mesmo ano com 4 milhoes de

²⁷ Então secretario geral da prefeitura de Santa Cruz.

dólares mais de 68 programas/organizações venezuelanas orientadas para o desenvolvimento das campanhas políticas e estratégias de comunicações das forças opositoras”.

Na Venezuela a desestabilização regional tem como foco Zulia, onde se encontra uma das maiores reservas de petróleo, uma região fronteiriça com a Colômbia.

Em território boliviano, cidades como Santa Cruz, Pando e Beni que são onde se encontram o maior contingente populacional como também a maior produção de riqueza daquele país.

Desde a década sessenta (sec.XX), a Bolívia vinha tendo relações por meio de cooperação oficial com a Agencia Internacional de Desenvolvimento dos Estados Unidos. Porém, a partir dos anos noventa a cooperação passa a “promoção da democracia”.

Contudo, com a crise 2002, e a chegada ao poder de Evo Morales, a USAID em 2005 passa a posicionar-se tendo como tema principal a assembléia constituinte e a autonomia. Em 2006 a Chemonics²⁸, passa focar a utilização de recursos não mais para desenvolvimento local, mas para criação e fortalecimento dos “comitês cívicos” e ao apoio as prefeituras regionais. Como aponta Allard e Golinger (2009),

A diferencia de los diez años anteriores, cuando el apoyo de la USAID se extendía por todo el país, este financiamiento y asesoría fue concentrado en los “comités cívicos” y “prefacturas” em lo que llaman la “media luna” – los departamentos de Santa Cruz, Tarija, Pando y Beni – las zonas más ricas en recursos naturales e industria desarrollada (...)Desde la llegada de Goldberg a Bolivia en el 2006, el apoyo de la USAID se ha politizado radicalmente, y la gran mayoría de su inversión se concentra en la promoción de las “autonomías federales”, principalmente en Santa Cruz y los otros estados de La media luna. El gobierno boliviano y su ministro de la presidencia, Juan Ramón Quintana, han descubierto que tanto la USAID como la NED, a través de Chemonics, el Instituto Republicano Internacional, el Instituto Democrático Nacional y el Centro para La Empresa Privada (CIPE), financian a los movimientos separatistas en su país. (ALLARD e GOLINGER ,2009, p. 48).

²⁸ Uma corporação transnacional que mantém contratações milionárias com diferentes agencias governamentais dos Estados Unidos e outros países.

Como nos chama atenção, Golinger (2009), o principal motivador é o racismo,

ya que en la región de Santa Cruz y la media luna reside una mayoría blanca, mientras que en el altiplano, La Paz y las zonas andinas vive una mayoría indígena. Falcoff propuso en el 2004 que Bolivia se dividirá em dos: un estado indígena y cocalero que ocupará el altiplano y los andes, y un estado con una población de ascendencia “europeo”. Este año, el movimiento separatista de Santa Cruz ha propuesta implementar su estatuto de autonomia (ALLARD e GOLINGER ,2009, p. 49).

Segundo Allard e Golinger (2009), as principais empresas contratadas pelo programa de democracia na Bolívia, pela USAID são:

Nombre del Contratado: Chemonics International, Inc

Valor del Contrato: \$ 9,266,911.00

Nombre del Proyecto: Actividad unilateral titulada: Fortaleciendo Principales Actividades: A. Apoyando la consolidación de la descentralización en Bolivia B. Fortaleciendo la sociedad civil: i. educación cívica ii. fortaleciendo la capacidad del lobby iii. Fortaleciendo los medios profesionales C. Apoyando la legislatura i. Estableciendo una unidad de servicios legislativos dentro del Congreso ii. Codificación legal

Nombre del Contratado: Vanderbilt University

Valor del Contrato: \$ 678,497.00

Nombre del Proyecto: Actividad unilateral titulada: Encuesta de valores democráticos Principales Actividades: encuestas bi-anales sobre la cultura democrática.

Nombre del Contratado: Consortium para Procesos Electorales y Políticos (CEPPS), implementado por el Instituto Demócrata Nacional (NDI) y el Instituto Republicano Internacional (IRI)

Valor del Contrato: \$ 1,250,000.00

Nombre del Proyecto: Actividad unilateral titulada: Apoyo Electoral Principales Actividades: A. Educación ciudadana sobre la Asamblea Constitucional y el proceso del referéndum autonómico. B. Formación para los miembros de partidos políticos sobre los procesos políticos actuales (asamblea constituyente y referéndum autonómico)

Nombre del Contratado: Checchi & Compañía Consultores, Inc

Valor del Contrato: \$ 14,484,220.00 (incluyendo un año opcional)

Nombre del Proyecto: Actividad Bilateral titulada: Administración de Justicia en Bolivia

Principales Actividades: A. Dar asistencia técnica para adelantar y consolidar reformas legales e institucionales para lograr un mejoramiento en el sistema penal en el país. B. Dar asistencia técnica para facilitar acceso a la justicia a través de Centros

Integrales de Justicia (IJC) en zonas de conflicto en el país. C. Proveer asistencia técnica para adelantar reformas institucionales y legales dirigidas a fortalecer la seguridad legal en Bolivia, y atraer inversiones y promover el desarrollo.

Nombre del Contratado: Partners of the Americas (POA)

Valor del Contrato: \$ 7,386,697.00

Nombre del Proyecto: Actividad unilateral titulada: Administración de Justicia en Bolivia – Sociedad Civil

Principales Actividades: A. Suministrar asistencia técnica a organizaciones de la sociedad civil para comprender, promover y abogar con los ciudadanos las reformas en el sistema judicial que están tomando lugar en el país. B. Promover en las organizaciones de La sociedad civil una capacidad doméstica para lograr observaciones electorales en el país.

Nombre del Contratado: Federación de Asociaciones Municipales de Bolivia – FAM

Valor del Contrato: \$ 215,000.00

Nombre del Proyecto: Apoyando y promoviendo municipios y La descentralización

Principales Actividades: A. Optimizar la postura de la FAM sobre temas relacionadas con la descentralización, el municipalismo, La autonomía y sujetos relacionados como discutidos en la asamblea constituyente y otros lugares públicos y democráticos. (ALLARD e GOLINGER ,2009, p. 80).

Em Honduras, o golpe de estado do dia 28 de junho de 2009, é outro exemplo como as agências estadunidenses agem quando seus interesses passam ser contrariados. Não podemos esquecer que os investimentos milionários na base militar de Soto Cano (Palmerola), em operação desde 1981 sob a gestão presidencial de Ronald Reagan, local estratégico para operações de desmobilização política e militar na região. O golpe em Honduras não fora um golpe contra o governo de Manuel Zelaia, mas sim um golpe contra a ALBA.

Segundo aponta Allard e Golinger (2009) um dos motivos que seriam a gota d'água para o golpe seria as intenções do presidente Zelaia de construir um terminal civil em Soto Cano com recursos da ALBA.

La base de Soto Cano es la sede de la Fuerza de Tarea Conjunta "Bravo" (JTF-B) de Estados Unidos, compuesta por efectivos Del ejército, las fuerzas aéreas, fuerzas de seguridad conjuntas y el primer batallón-regimiento Número 228 de la aviación estadounidense. Son 600 personas en total y 18 aviones de combate, incluidos helicópteros UH-60 BlackHawk y CH-47 Chinook. Soto Cano también es la sede de la Academia de la Aviación de Honduras. Más de 650 ciudadanos hondureños y

estadounidenses viven en lãs instalaciones de la base. (ALLARD e GOLINGER ,2009, p. 131).

Uma mega mobilização capitaneada pela USAID mobilizou diversas instituições da sociedade civil e política no que fora se chamada de a “união cívica democrática” como é o caso do Conselho Hondurenho de Empresas Privadas, que junto com outras organizações receberam mais de 50 milhões de dólares para a o “desenvolvimento democrático”. Não podemos deixar de citar a participação do Instituto Republicano Internacional²⁹ (IRI), com ligação direta com o partido republicano americano, e a NED (National Endowment for Democracy), ambas instituição com participação no golpe de 2002 na Venezuela.

Essa é uma das novas estratégias opressivas hegemônica, a agressão disfarçada de dialoga e democracia.

Esta manera de desviar el tema, manipular el asunto y aparecer asumiendo una posición cuando en realidad las actuaciones demuestran lo contrario, forma parte de la nueva doctrina de Obama denominada *smart power* (poder inteligente), que pretende lograr los objetivos imperiales sin satanizar al gobierno de Washington. *Smart oower* es “la capacidad de combinar el ‘poder duro’ con el ‘poder suave’ para lograr una estrategia victoriosa. El ‘smart power’ utiliza estratégicamente la diplomacia, la persuasión, la construcción de capacidades, la proyección del poder militar, económico y político y la influencia imperial, de manera efectiva, con una legitimidad política y social”. Esencialmente, es una mezcla de la fuerza militar con todas las formas de la diplomacia, con énfasis en el uso de la “promoción de la democracia” como táctica para influir en el destino de los pueblos, en vez de perpetrar una invasión militar. (ALLARD e GOLINGER ,2009, p. 124).

Em toda America Latina conseguiremos inúmeros exemplos das ações políticas de desmobilização promovidas pelas agencias americana. Contudo, para o momento deixaremos este esmiuçar para depois.

E no Brasil?

²⁹ O presidente dessa organização é o republicano John MacCain, senador americano derrotado nas ultimas eleições para presidente dos EUA. Que declarou publicamente apoio ao golpe e se fez presente durante as novas eleições em Honduras.

No Brasil, o acordo MEC/USAID³⁰ celebrado nos anos de 1963, acordo firmado entre o Ministério da Educação (governo Brasil) e a USAID (governo estadunidense), escancara as portas para Agency for International Development sob a regência do Governo Norte Americano. Tal organização passa a assumir papel determinante no planejamento para a formação do capital humano necessário para o exercito industrial de reserva, bem como ampliar seu território políticos nas próximas gerações brasileiras.

Isso demonstra que as alternativas dessa agência no desenvolvimento das políticas neoliberais no Brasil se daria de uma outra formas que verificamos anteriormente, isto é, mais “sutil”, a educação/condicionamento do oprimido para atuarem ativamente no processo de “aceitação” da opressão.

Nas florestas da Amazônia que a “didática” dessa agência (USAID) que podemos observar com maior clareza como a pedagogia para o oprimido de desenvolve no Brasil.

Na Amazônia pós as políticas desenvolvimentistas dos governos militares e a políticas de privatização posta em ação pelos governos seguintes, é por meio da participação efetivas das ONG`s no âmbito da sociedade civil que o processo de apropriação dos recursos naturais das florestas tropicais do Brasil.

Porem, essa “didática” neoliberal para o Brasil, passa a ser implantada na Amazônia brasileira através das ações pretendidas pelo consórcio AMAZONIAR – WWF, CTA, SOS AMAZÔNIA, PESACRE, que efetiva na prática as políticas neoliberais da governança ambiental na Amazônia-acriana.

Este consórcio (AMAZONIAR), tem com missão,

criar um sistema integrado de gestão ambiental e uso sustentável dos recursos naturais no Sudoeste da Amazônia. Esta é a missão do consórcio Amazoniar, criado em 2003 com a participação de cinco organizações não-governamentais brasileiras - WWF-Brasil (que é o líder do grupo), SOS Amazônia, Kanindé Associação de Defesa Etno-Ambiental, Centro dos Trabalhadores da Amazônia - CTA, e FSC Brasil - com o apoio da USAID (AMAZONIAR, 2007).

O consorcio pretende “estabelecer uma conexão entre comunidades e paisagens florestais para obter um desenvolvimento ambientalmente correto,

³⁰ Para melhor compreensão: Para melhor compreensão: **ALVES, Márcio Moreira** : Beabá dos MEC-USAID, EDIÇÕES GERNASA - Rio de Janeiro 1968.

socialmente justo e economicamente viável nessa região”. Para tanto, este consórcio busca atrelar seus resultados a três eixos:

a) Promover a ocupação ordenada do Sudoeste da Amazônia, criar capacidades locais para a gestão dessas áreas protegidas e influenciar as políticas públicas ambientais por meio da produção de conhecimento e da formação social. Esse trabalho é realizado com professores e multiplicadores, técnicos e gestores de órgãos públicos, lideranças comunitárias e indígenas, bem como outros formadores de opinião e tomadores de decisão. **b)** O segundo eixo de trabalho consiste em influenciar especificamente as políticas públicas florestais, gerando conhecimento técnico e científico e viabilizando a formação em práticas de uso sustentável da floresta, ao mesmo tempo que promove a inclusão social das comunidades locais. O foco do trabalho é o manejo florestal comunitário de uso múltiplo, principalmente com produtos não-madeireiros (como a copaíba, a castanha, a borracha natural, frutos e sementes de palmeiras como a jarina, o murmuru, o patauí e o açaí), mas também com a madeira. Esse trabalho é feito em projetos de assentamentos agro-extrativistas (Resex), de assentamento florestal (PAF), de colonização dirigida (PAD), de colonização (PAE) e de desenvolvimento sustentável (PDS); **c)** No terceiro eixo, o objetivo é ampliar o mercado para os produtos sustentáveis e agregar valor a eles ainda na floresta. Para isso, o Amazoniar promove a capacitação para a autogestão das comunidades locais e a certificação florestal FSC (Forest Stewardship Council ou Conselho de Manejo Florestal), além de apoiar o GPFC - Grupo de Produtores Florestais Comunitários do Acre. (AMAZONIAR, 2007).

Segundo o Manual da Governança do Consórcio Amazoniar (2005), além dos objetivos, os “Valores e Princípios” do consórcio é “atuar no paradigma do todo interconectado, que é acompanhada por uma transformação profunda em termos de pensamento, atitudes e valores:

i) Do reducionismo e busca dos sub-componentes para a visão do todo; ii) Da análise para a síntese como metodologia básica para gerar conhecimento; iii) Da quantidade para a qualidade; iv) Da competição para a cooperação como padrão de inter-relação entre indivíduos e organizações; v) Do raciocínio linear para o raciocínio não linear; vi) Organização em rede, pois parte-se da premissa de que o Consórcio é um todo, e que portanto, como nos sistemas biológicos, as organizações sócias estão interconectadas. (AMAZONIAR, 2005).

Por princípios, o consórcio aponta para:

a) No que se refere a Transparência, apresenta-se:

i) Sistema de comunicação efetiva, com processos de decisão consensuada, que facilite a rápida resolução de conflitos; ii) Documentação organizada, de fácil acesso e pública; iii) Monitoramento, avaliação e aprendizagem em todos os níveis do processo. Iv) Registro e sistematização de experiências. (AMAZONIAR, 2005).

b) Quanto à participação:

i) Assegurar o protagonismo dos diversos atores sociais envolvidos nas ações das comunidades. li) Os processos de coordenação serão rotativos, de acordo com o contexto e as capacidades pessoais dos técnicos do Consórcio.iii) Os membros do Consórcio terão responsabilidades equivalentes e igual participação no processo decisório. (AMAZONIAR, 2005).

c) Parcerias:

i) Potencializar as sinergias entre os membros do Consórcio e os parceiros de cada instituição e suas redes. ii) O Consórcio atua como catalisador das redes de parcerias dos seus membros. iii) Distribuição igualitária de créditos entre os consorciados nos produtos resultantes das ações do Consórcio e na comunicação em geral. iv) Distribuição igualitária de créditos entre os parceiros do consórcio nos produtos resultantes das ações específicas da parceria. (AMAZONIAR, 2005).

Segundo o documento, a Estrutura e Funcionamento do Consórcio, há as organizações membros – citadas acima -, a Organização Líder WWF Brasil e a Organização Financiadora USAID.

Desta estrutura maior seguem subdivisões, dentre eles o Comitê Programa que tem como responsabilidade “decidir e responder sobre as questões técnicas e administrativo-financeiras, junto a Organização Líder do Consórcio e a USAID”; apreciar as demandas de capacitação apresentadas pelo Gestor Técnico ou ET de Formação e Gênero; participar de reuniões com a USAID, sempre que possível ou designar representante”.

Outra subestrutura é o Gestor Técnico que tem como papel principal, “organizar, facilitar e comunicar processos técnicos e gerenciais para subsidiar decisões eficazes do CP e **atender exigências do doador**; agir pro-ativamente sempre que **necessário afim de evitar situações inadequadas que podem gerar prejuízo financeiro**, de imagem ao consórcio”.

Há também o Gestor Financeiro, o Gestor de Contratos, contratados pela organização líder. Já o Eixo Transversal formados por 6(seis) grupos de trabalhos divididos por temas transversais (políticas públicas, formação e gênero; comunicação; eventos; financeiro; técnico científico/monitoramento).

Quanto as tomadas de decisões, a “regra básica da decisão é por consentimento que, segundo o manual, “consentimento não é consenso”, pois,

Chegar a consenso significa concordar, chegar à decisão que eu também quero. Consentir é aceitar, permitir, mesmo se não for exatamente a minha idéia. Não é necessário que todos *concordam* com uma determinada proposta, mas sim que *consentem* que ela será levada à prática. (AMAZONIAR, 2005).

Podemos brevemente observar que este aglomerado institucional busca atuar como instrumento catalisador entre os objetivos do projeto político apontado pelas instituições financiadoras e as pessoas, comunidades, natureza e instituições.

Contudo, é por meio das instituições locais que as políticas determinadas no plano superior do consórcio são implantadas como de territorialização.

Nesta ação consorciada, o CTA atua no campo da legitimação das ações do consórcio, haja vista que pela sua capacidade de acumular representatividade junto aos setores públicos e privados (secretárias e fundações governamentais, conselhos e grupos de trabalho, associações, sindicatos rurais etc.), e pela expansão campo de abrangência das suas ações, também pelo histórico no campo da educação, e por ter surgido a partir do movimento organizado dos trabalhadores rurais extrativistas, tem grande influencia junto as comunidades onde atua.

Desta forma, o Centro dos Trabalhadores da Amazônia, mesmo tempo que atua na sociedade civil como organizador social preparando o terreno para que as políticas de intervenção local, atua na esfera da sociedade política participa das deliberações na implantação de marcos legais que dão legalidade as políticas públicas e privadas (nacionais e internacionais), nas floresta acrianas.

O PESACRE é uma ONG, como outras tantas que atuam na Amazônia, apontam como tendo sua origem ligada a história local na vanguarda das lutas rurais do Acre. Mas, apontamos aqui seu papel de gerenciar metodologicamente as atividades da política ambientalista no que se refere é o pagamento por serviços ambientais. Uma política de preservação que atualmente vem ganhando espaço cada vez maior nas políticas de governo e de Estado. Mesmo não apontando resultados efetivos dessa prática, no que se referem os impactos dessa prática, o Acre vem tendo destaque mundial no uso dessa política ambientalista.

Na imagem a baixo podemos observar um objeto da política consorciada que busca na reprodução intelectual da ideologia hegemônica o conhecimento técnico e o senso comum necessário ao projeto imperialista na Amazônia.

IMAGEM IV - BOLSA USADA POR UM AGENTE PARA-FLORESTAL DO PAE CHICO MENDES (JULHO/2006)



Fonte: Arquivo pessoal do Prof. Elder Andrade de Paula

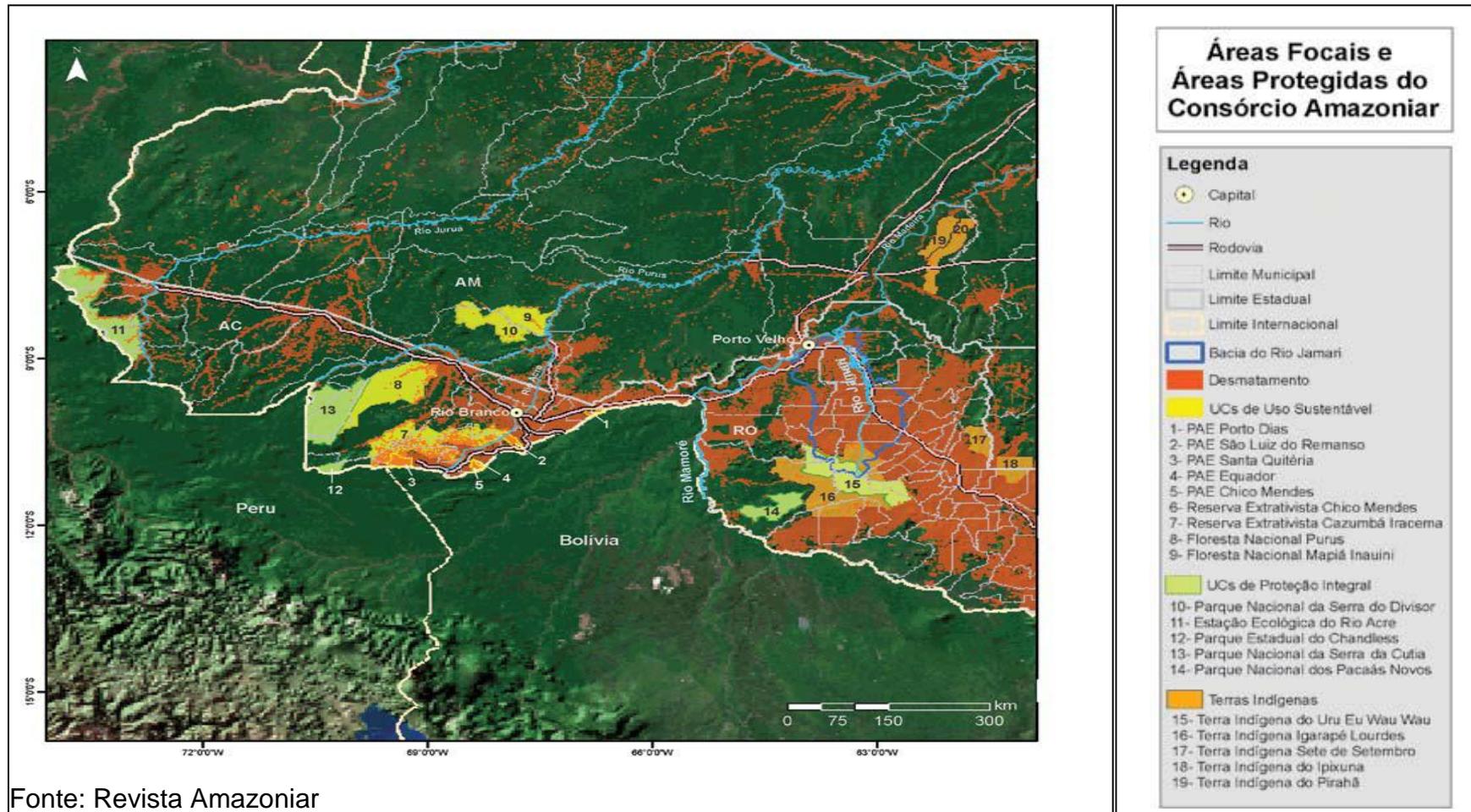
Na figura esta apresenta uma bolsa com o material didático utilizado para criar os intelectuais que fazem a conexão e intermediação entre a classe trabalhadora do seringal e os interesses do capitalista. O que distingue essa bolsa

de qualquer outra são as identificações das ONG`s consorciadas e, nesse caso, patrocinando mais uma “formação”.

Passemos então a analisar a participação destas organizações (CTA e o PESACRE) na Amazônia-acriana.

É nas ações destas organizações que o “poder inteligente” irá materializar-se enquanto uma pedagogia para o oprimido.

IMAGEM V -Área prioritárias de atuação do consorcio Amazoniar



3.4 O CENTRO DOS TRABALHADORES DA AMAZÔNIA - CTA: desdobramentos do Projeto Seringueiro (*segundo ato*)

Por que tratamos este momento como “segundo ato”?

Podemos observar que num primeiro momento o CTA surge da emergência de uma estrutura organizacional determinado pelo movimento social que buscava firmasse e encontrar espaço político para por em execução suas políticas de desenvolvimento.

Neste momento – *segundo ato* –, que buscamos analisar agora, no fim do século XX e no início de um novo século (XXI), evidenciamos uma mudança considerável das proposições pretendidas por esta instituição.

Com a chegada da Frente Popular – legenda de vários partidos comandados pelo PT – ao Governo do Estado do Acre 1999³¹, tendo como governador eleito o engenheiro florestal e também fundador dessa ONG, Jorge Ney Viana Macedo Neves, o CTA assume a responsabilidade de introduzir o manejo de madeiras das florestas acrianas. A partir daí, o CTA torna-se uma organização como forte poder de intervenção pública, bem como uma “maquina” de arrecadação de recursos, tanto nacional como internacional.

Noutro momentos as palavras geradoras, que motivaram o surgimento desta organização, eram: reforma agrária, direito de permanência na terra, valorização das diferenças culturais e a preservação do conhecimento tradicional, etc..

Mas quais são os temas (palavras) geradores que norteiam as ações do CTA nesta nova etapa? Como está proposição (PS) enquanto movimento social, no momento em que a soberania dos Estados Nacionais está sendo questionados,

³¹ A composição partidária FPA (PT, PSDB, PC do B, PMN, PL, PDT, PPS, PV, PTB, PT do B, PSB e PSL), passaria a intitular-se o governo da floresta e impor a uma lógica de governo baseado no discurso da florestania. Segundo o jornalista Antonio Alves – o Toinho: “A cidadania na floresta” – costuma ser a resposta simples e apressada. É isso sim, mas é algo mais. Além de um conjunto de relações sociais, direitos e deveres, leis e conquistas, a florestania é um sentimento que pode ser expresso da seguinte forma: a floresta não nos pertence, nós é que pertencemos a ela. Esse sentimento nos induz a estabelecer não apenas um novo pacto social, mas um novo pacto natural baseado no equilíbrio de nossas ações e relações no ambiente em que vivemos. É um sentimento orientador de nossas escolhas econômicas, políticas e sociais – e por isso inclui a cidadania, mas orienta também nossas escolhas ambientais e culturais – e por isso a transcende.

principalmente quanto à soberania dos estados nacionais onde a Floresta Amazônica está situada?

A partir de seus três eixos de trabalho podemos observar claramente quais são as palavras geradoras da política educacional que esta organização assume atualmente: **Comunidades & Florestas, Educação na Floresta e Produção de Conhecimentos e Políticas Públicas**, o CTA muda consideravelmente o foco de seus projetos, principalmente o Projeto Seringueiro. Segundo este novo momento,

O objetivo de trabalho da instituição é contribuir no desenvolvimento comunitário, fortalecendo as populações tradicionais para que estas, de forma mais efetiva, venham a ser protagonistas na luta e conquista de seus direitos. Desenvolvendo suas potencialidades econômicas com base numa cultura de uso sustentável dos recursos naturais. A exemplo do extrativismo, manejo florestal comunitário de uso múltiplo, agricultura agroecológica, artesanato, ecoturismo (Grifo do autor - CTA, 2007, p. 5).

Atuando em três frentes: Fortalecimento organização social; Fortalecimento de cadeias produtivas; Formação com eixo em educação, o eixo estratégico Comunidades & Florestas tem como objetivos principais (CTA, 2007):

- Gerar referências para a ocupação territorial sustentável de áreas extrativistas na Amazônia;
- Contribuir com a disseminação de experiências de manejo florestal comunitário de uso múltiplo (MFCUM) com enfoque no desenvolvimento local sustentável – DLS;
- Prestar assessoria técnica a comunidades interessadas, através de processos de formação, capacitação/treinamento, assessoria e supervisão.
- Gerar estudos estratégicos que subsidiem a tomada de decisão pelas associações locais nas diversas etapas da cadeia produtiva.
- Fortalecer o espaço de interação, debate e reflexão sobre políticas públicas voltadas ao desenvolvimento comunitário.

Mesmo, apostando em diversas atividades de cadeias produtivas, o apoio à produção madeireira “tem sido uma das principais frentes de atuação do CTA, fazendo parte da proposta de desenvolvimento econômico a partir da metade da década de 1990, em que muito se aprendeu junto às comunidades, principalmente

no que diz respeito ao conhecimento construído e a forma de trabalho (...) contribuindo para o desmatamento e agregação da renda familiar” (CTA, 2007, p. 9).

Verifica-se que são temas geradores que dão respostas as questões acima apontadas demonstram o afastando-se do projeto educativo politizado onde o trabalhador da floresta é o sujeito histórico necessário a mudança da realidade. O projeto que ainda continua atuando no campo educativo, porem voltados para objetos de desenvolvimento (o trabalhador da floresta).

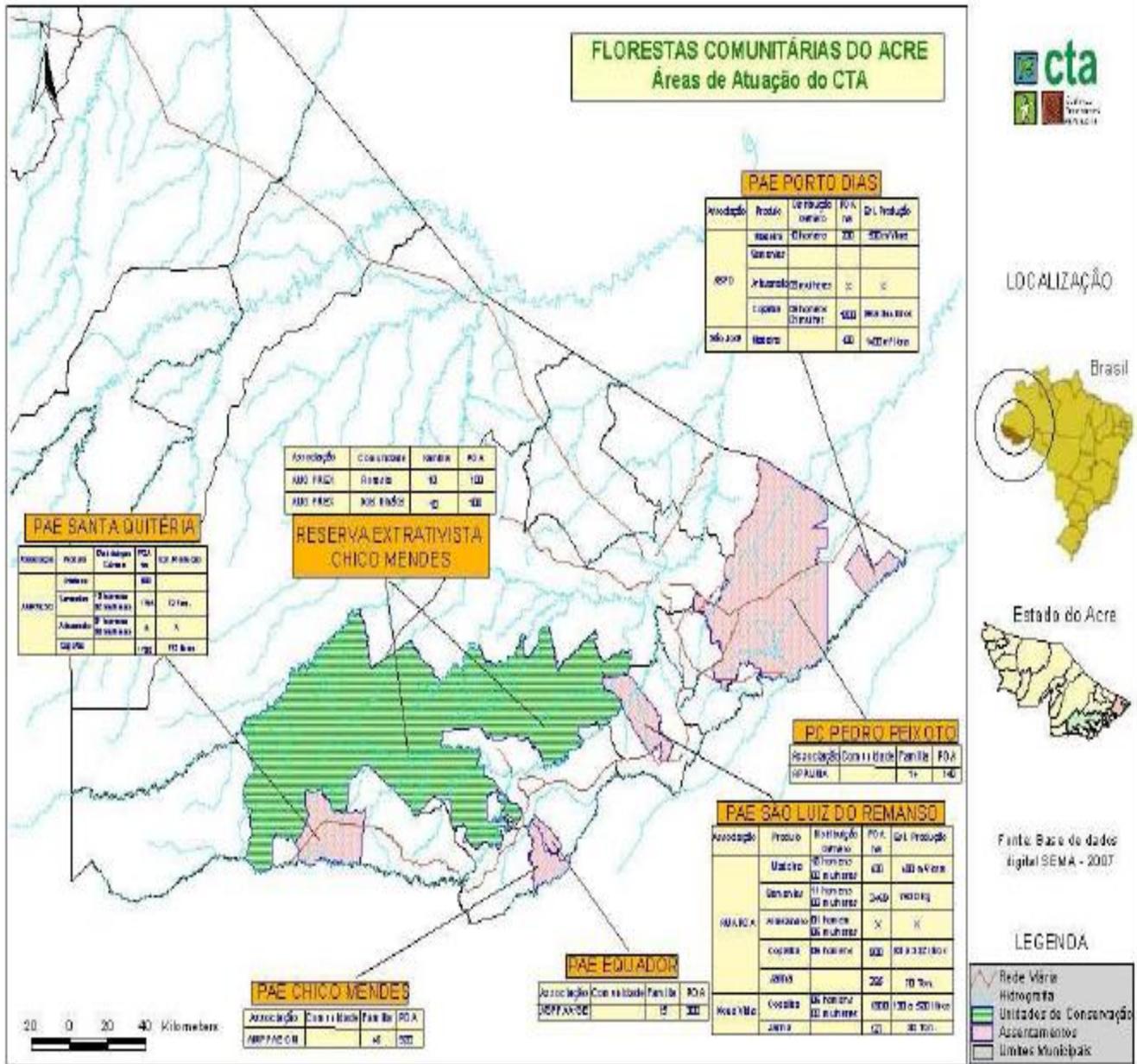
Mesmo o CTA atuando ainda no campo de formação e capacitação voltadas para o campo da comercialização dos recursos naturais. É no plano da representatividade e da legitimação do projeto hegemônico que esta organização passaria atuar de forma mais pragmática.

TABELA III – INFORMAÇÕES BÁSICAS SOBRE PRODUÇÃO NAS COMUNIDADES ATENDIDAS PELO CTA

Associação	Nºde sócios	Nº manejo	Madeira	Copaíba	Jarina	semente	piscicultura	artesanato
ASPD	22	9	9	9	0	5	0	6
AMARCA	132	20	10	8	17	16	0	8
Boa Fé	21	6	0	0	0	0	6	0
Nova Vida	20	7	0	7	5	0	0	0
São José	24	18	0	0	0	0	0	3
Sta Quitéria	42	12	0	12	0	12	0	10
TOTAL	261	72	47	36	22	33	6	27

Fonte: CTA 2007/2008

IMAGEM V – Florestas comunitárias



Fonte: Retirado do Relatório CTA 2007

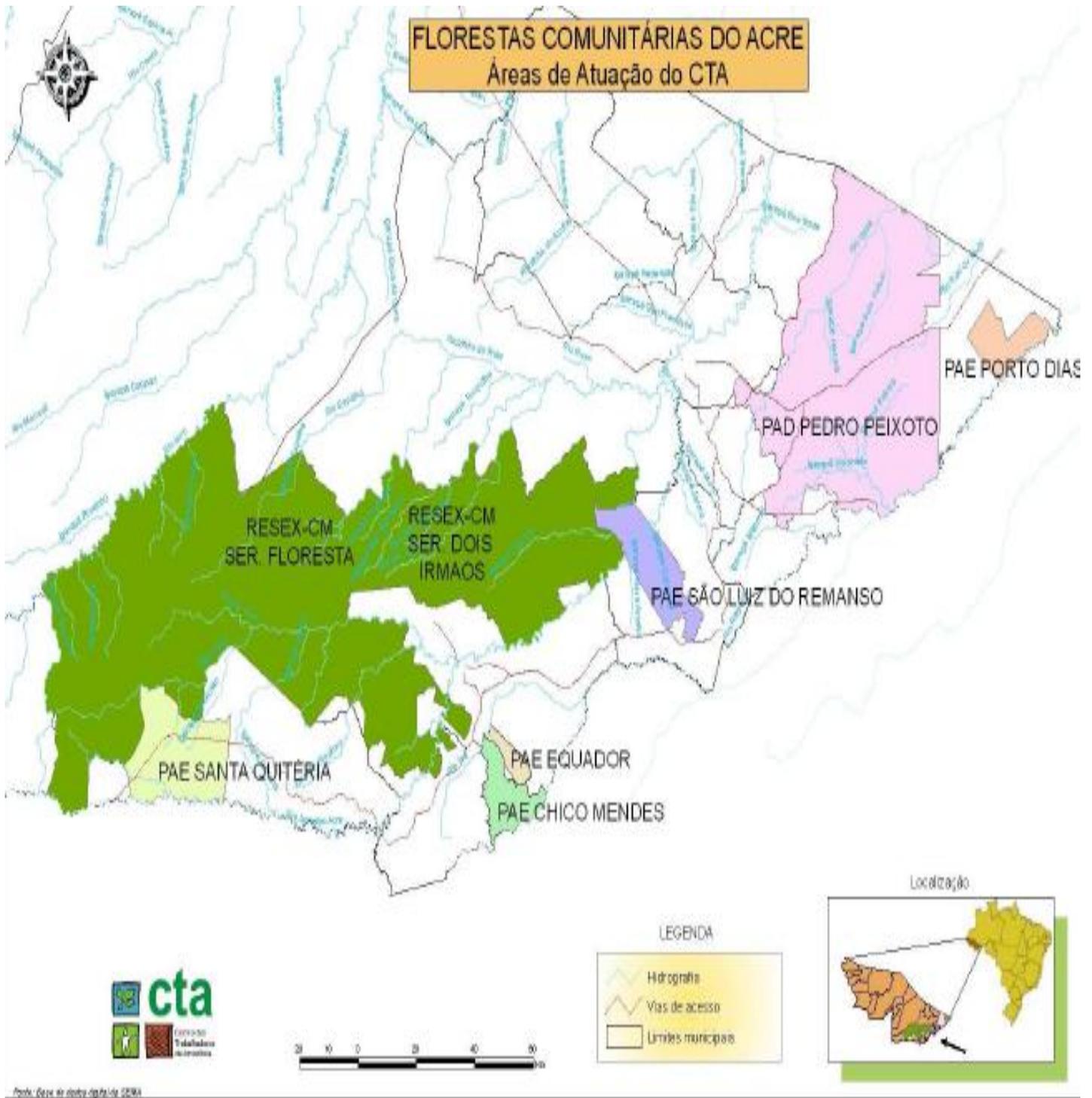
A área de atuação do CTA atualmente abrange uma área de 1.392.646,68 há conforme abaixo.

TABELA IV– Área de atuação do CTA/ área (ha)

Unidades de conservação e Assentamentos	Área (ha)
Resex Chico Mendes – Municípios: Assis Brasil e Xapuri	930.203
PAE São Luis do Remanso – Município: Capixaba	43.342,65
PAE Porto Dias – Município: Acrelândia	24.300,95
PAE Chico Mendes - Município: Xapuri	23.806,24
PAE Equador – Município: Xapuri	7.854,61
PAE Santa Quitéria – Município de Brasiléia	25.781,05
PAD Peixoto – Município de Plácido de Castro e Senador Guimard	337.358,18
TOTAL	1.392.646,68

Fonte: CTA 2007

IMAGEM VI– Mapa da área de atuação do CTA



Fonte: Retirado do Relatório CTA 2008

Vele ressaltar que, segundo relatório 2007 CTA, “o manejo florestal comunitário representa 55% da área de manejo, certificada segundo os padrões e critérios do FSC, no estado do Acre. Isso tem contribuído para a diferenciação dos produtos florestais comunitários no mercado e com a organização social desses grupos, pois o processo de certificação estimula a melhorar suas práticas e investir na organização dos grupos, no controle dos processos sociais, ambientais e econômicos”.

Para implementação e objetivação de suas metas, o CTA vem promovendo a criação e formação de empresas de caráter cooperativas/associativas, o que facilita contra do enrijecimento burocrático estatal, como facilita a “aceitação” junto as comunidades, haja vista que estes tipos de organizações “sem fins lucrativos” utilizam nos seus quadros a mão-de-obra local.

Quanto ao eixo estratégico educação & saúde. Segundo relatório, o “objetivo geral do eixo é proporcionar a autonomia e contribuir para a permanência das comunidades extrativistas na floresta através de processos educativos voltados à realidade da floresta”. Para isso, é necessário (CTA, 2007):

- Consolidar modelos educacionais adaptados à realidade das comunidades da floresta, com vias ao fortalecimento da identidade cultural e regional desses povos;
- Contribuir na formação de diferentes atores sociais que atuam no desenvolvimento dos projetos de Assentamento Agroextrativistas e Reservas Extrativistas (professores, produtores(as), técnicos, gestores, associações e cooperativas).
- Monitorar e influenciar políticas públicas.

No que refere-se ao monitoramento e influencias de políticas publicas, o tamanho da representação que o CTA vem assumindo junto as instâncias de monitoramento, fiscalização e implementação de políticas de intervenção. Podemos observar isso claramente no quadro abaixo. Por isso a indispensável produção de intelectuais para ocuparam pontos estratégicos nesse projeto político.

TABELA V – OUTROS CONSELHOS E PARTICIPAÇÕES POLÍTICAS QUE O CTA ATUA

CONSELHO	Objetivo do fórum
Conselho ZEE	Instância de debate para a formação e monitoramento e à utilização dos recursos naturais.
CEMACT	Formular, aprovar, supervisionar e avaliar políticas públicas nas áreas de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente, estabelecendo as diretrizes, normas e medidas necessárias ao desenvolvimento sustentável do Estado.
CEEA	Acompanhamento execução projeto BID do estado e integração outros programas de desenvolvimento do Estado do Acre.
Conselho desenvolvimento rural florestal sustentável	Deliberar sobre os planos, programas e projetos constantes da política estadual de apoio à agricultura familiar e à reforma agrária, com ênfase na produção agroflorestal, florestal e extrativista como também consolidar o território rural como foco de planejamento e de gestão dos programas de desenvolvimento rural e florestal sustentável.
Conselho Florestal	Organizar e monitorar as políticas florestais do estado.
GTMFC da CONAFLO (RELATOR)	Objetivo de propor e avaliar medidas para o cumprimento das diretrizes da política para o setor florestal, recomendar ações para o Programa Nacional de Florestas (PNF), promover a integração de políticas setoriais e propor, apoiar e acompanhar a execução dos projetos do PNF.
Câmara técnica – Conselho desenvolvimento rural florestal sustentável	Compete as câmaras técnicas a análise das matérias propostas ao Conselho, expressas formalmente em pareceres, podendo, em situação eventual e extraordinária, o plenário deliberar apenas com a apresentação de opinião técnica verbal reduzida a termo na sessão quando se tratar de decisão de reconhecida urgência e relevância.
GT crédito CONAFLO	A CONAFLO poderá criar grupos e subgrupos de trabalho, para analisar, estudar e apresentar propostas sobre as

	matérias de sua competência, mediante prévio entendimento sobre a viabilidade operacional e financeira, com o Diretor do PNF
Conselho Embrapa	O comitê assessor Externo é um órgão consultivo, de atuação junto aos Centros de pesquisa e Serviços Especiais da Embrapa, constituído com a finalidade de assessorá-la em seus processos de planejamento, acompanhamento e avaliação.
Conselho administrativo da Funtac	Ao Conselho Consultivo da FUNTAC compete fomentar a interação permanente entre a FUNTAC e a comunidade, as organizações empresariais, profissionais, sociais, culturais e científicas. Compete, ainda, ao Conselho a apreciação do relatório da gestão anual da FUNTAC

ARTICULAÇÃO EM REDE	
GT MFC. ORG (SECRETARIA EXECUTIVA)	O grupo definiu como objetivo "Promover e criar um ambiente favorável ao MFC" Atualmente a rede está envolvida no processo de Construção da Política Nacional de Fomento ao Manejo Florestal Comunitário e Familiar. Estão envolvidas neste processo organizações de base, organizações de assessoria dos Estados do Acre, Amazonas, Pará e Rondônia.
MAP não madeireiro	Articulação entre organizações dos 3 países (Brasil, Peru e Bolívia) objetivo é discutir desafios da implementação de praticas sustentáveis para e propor políticas estratégias de integração e colaboração entre os Países vizinhos.
MAP madeira	Articulação entre organizações dos 3 países (Brasil, Peru e Bolívia) objetivo é discutir e propor praticas mais sustentáveis para extração dos recursos florestais madeireiros e construir estratégias de integração e colaboração entre os 3 Países.
Governança	Fortalecer rede de organizações da sociedade civil do Estado

florestal IUCN	a partir do tema floresta e conservação ambiental.
CENAFLO	objetivo de proporcionar a difusão das técnicas de manejo florestal e exploração de impacto reduzido, por meio de treinamento, capacitação e aplicação de sistemas de manejo em níveis empresarial e comunitário e apoio à pesquisa aplicada.
COMITÊ	
Comitê acreano de incentivo a leitura (PROLER)	Os comitês têm papel efetivo no processo de mobilização da sociedade para ações de promoção da leitura e articulação de políticas em favor da leitura.

Fonte: CTA, 2007

Quanto aos elementos que apontados como “modelos educacionais adaptados à realidade das comunidades da floresta” e “formação de diversos atores (professores, produtores(as), técnicos, gestores, associações e cooperativas”, a pesquisadora Francisca Mesquita Souza (2009) nos aponta dois elementos importantes.

O primeiro referente a experiência MAP³², onde este movimento “afirma fortalecer as identidades regionais através do “desenvolvimento sustentável” da floresta que está baseado em um discurso cercado por “recomendações tecnocientíficas” entre as populações da área de sua influência”, cujo o objetivo fundamental é a subordinação e desvalorização do conhecimento tradicional ao saber científico – conhecimento focado para as relações comerciais.

Isso coincide segundo Souza (2009), com a ascensão do “Governo da Floresta”, associado ainda à agregação de diversas ONG’s que atuavam dispersadas nessa região com as instituições governamentais dos três países envolvidos,

³² Para melhor compreensão do grupo MAP na mobilização do discurso ambientalista na região: **SOUZA, Francisca Mesquita**: O APAGAR DAS PORONGAS: manejo florestal madeireiro e desvalorização dos saberes locais na amazônia sul ocidental. UFAC/Brasil. Dissertação de Mestrado, 2009..

“consolidando assim uma maior abertura dos recursos naturais ao mercado ao invés da valorização dos saberes locais”.

E isso não tem nada de novo, a versão do no discurso colonizador que inferioriza o outro, porem essa relação é redesenhada – não é mais o discurso catequizador, mas o discurso ambiental que desqualifica o conhecimento tradicional e o substitui pelo conhecimento comercial. Desta forma surgiu mais uma vez a “necessidade” da superação do saber “primitivo” pelo conhecimento “moderno”, materializado no Experimento de Larga Escala na Biosfera-Atmosfera da Amazônia-LBA³³.

Como está ancorado numa perspectiva científica, o projeto LBA vem buscando a formação de cientistas na região amazônica para que estes “transfiram” conhecimentos e técnicas de pesquisa científicas aos povos tradicionais da Amazônia com o objetivo de divulgar as “formas adequadas e sustentáveis para a utilização dos recursos florestais”. Isso significa que os conhecimentos dos povos locais até então não contribuíram a contento com as práticas ditas “sustentáveis” necessárias para a conservação da floresta ou mesmo não estão de acordo com as determinações do mercado (SOUZA, 2009,p.47).

O segundo aspecto importante está nos relatos dos extrativistas com relação aos projetos de manejos, que segunda a pesquisadora, os seringueiros relatam a forma “simples e inofensiva” que esta atividade chegou na floresta. Contudo, após anos de luta pela preservação da floresta de pé, e a idéia de retirar as arvores para comercializar causava-lhes estranheza. Porem, desde então estes trabalhadores passariam além de aderirem ao projeto, seriam divulgadores da idéia nas reservas.

Francisca Souza (2009) demonstra claramente como o discurso “que aprova o manejo madeireiro como economicamente viável e socialmente justo é constituído de estudos técnicos” e que por meio das capacitações, palestras e oficinas, envolve e educa o seringueiro a reproduzir o discursos cientificista, haja vista que incorpora diversos elementos do seu linguajar e de sua perspectiva de mundo.

³³ Idem.

[..] no manejo você tem que retirar a árvore mãe e deixar as filhas e as netas para que a floresta continue viva e nossos netos possam cuidar dela também”. Ainda afirma que “tudo é feito direitinho, pois se você prestar atenção o manejo é muito bem feito e todo mundo assina em baixo – IBAMA, IMAC, GOVERNO, utilizando diversos equipamentos, como o GPS. Não tem como dar errado (Morador (F)).

[...] assim como Chico Mendes morreu para dar a vida pela comunidade, as árvores velhas morrem para dar vida às novas árvores (morador (G) do PAE Chico Mendes). (SOUZA, 2009,p.62).

Contudo, Francisca Sousa (2009) chama atenção para o processo de retirada da madeira que por meio da mecanização causaria “menor impacto ambiental”. Porém,

Verifica-se que a população que antes atuava mais com a utilização de seus animais, com a mecanização fica a margem de todo o processo, já que tudo passa a ser terceirizado (contata-se a máquina, o operador) e o dinheiro que poderia ficar dentro da comunidade só permanece através de funções como faxineiros e cozinheiras (SOUZA, 2009,p.63).

Devido a questões como essa, surge descontentamento sobre o processo poste em prática, e é aí “as alternativas” não madeiras – (TABELA II) – e atividades transversais se apresentam como fundamentais para amenizar o processo de descontentamento.

Quanto ao projeto desenvolvido nas florestas do Acre, aponta nos diz uma trabalhadora que o manejo florestal comunitário

[...] é só uma fachada para enganar a população do Assentamento e mostrar pro resto do Brasil que o negócio é bom. Para os Mendes, é bom sim, os ‘gringos’ chegam e ficam pela fazendinha onde os Mendes estão sempre por lá e só ouvem as benfeitorias que vem pra eles como se fosse pra todos. Pra eles ficar sem receber ou demorar a receber não faz diferença, pois eles tem dinheiro é pra divulgar o projeto de manejo. Dizem até que eles são os mais ricos daqui (moradora (C) do PAE Chico Mendes, prima de Chico Mendes). (SOUZA, 2009,p.63).

Outros trabalhadores questionam,

[...] alguma coisa acontece para não recebermos. Madeira é ouro. Todo mundo se interessa. Tem gente por aí que se arrisca pra tirar

ilegal, e vende a madeira. Aqui a cooperativa diz que não vendeu a madeira. Como pode? Pagam primeiro os que trabalham lá dentro com o beneficiamento para mandar pra fora e nós pagam quando? (morador (H) do PAE Chico Mendes)

Agora da forma que ta o manejo principalmente aqui esse projeto, ele não ta sendo um manejo de sustentabilidade não, porque tem agricultores que no ano passado, venderam madeira e até hoje não receberam, então o que acontece eles também se obriga desmatar pra sobrevivência deles e se tivessem recebido mesmo R\$200 o metro, talvez esse ano eles não precisassem desmatar, mas como até hoje eles não receberam nenhum um centavo, eles vão ser obrigado a desmatar (Morador (J) In a Terrón, 2006) (SOUZA, 2009,p.64).

É em trabalhos como a de Souza (2009), trabalhadores encontram espaço para denunciar as irregularidades e contradições do projeto de comercialização da floresta. Haja vista que os cartilhas das ONG`s da governança insistem em esconder.

É por meio destes descontentamentos percebemos que, após anos destes trabalhadores que lutaram contra o julgo do *patrão*, e a imposição de uma relação comercial desigual imposto pela proibição do letramento. Contudo, após a conquista do direito a alfabetização e organização sindical em busca da liberdade, passam a ser atrelados a uma relação comercial não menos cruel e violenta – a de mendigar os subsídios e políticas compensatórias governamentais; e de deixarem de ser extrativistas e passarem a ser tratados como “cuidadores” e “poupadores” da riqueza natural da floresta, riqueza que percebesse não estão sendo usufruída por estes próprios trabalhadores.

3.5 O projeto Seringueiro “atingido”seus objetivos?

Se olharmos para a proposta inicial de 1981, de ser uma política pública de educação voltada para os povos da floresta que atendesse um maior numero de pessoas, acharíamos que sim.

Porem, no que se refere ao projeto político que inicialmente se proponha como uma educação politizada, necessária a liberdade dos trabalhadores da

floresta da exploração do capital – na figura do patrão e depois dos paulistas – o PS não atingiu seus objetivos.

Como objeto de mobilização para a deliberação e representatividade para implementação de políticas públicas, sim atingiu. Toda via, devem-se ressaltar os fins pretendidos agora são outros, é necessário que o oprimido participe do projeto hegemônico como garantia da legitimidade do processo.

Desta forma, para que não houvesse desvio ou choque de finalidade, o PS seria desmembrado: no que se refere a política de mobilização, organização social, deliberações e capacitação para comercialização da natureza ficaria de responsabilidade do CTA, haja vista que esta ONG tem caminho livre junto as comunidades.

No que se refere às escolas o Projeto ao passa a ser de total responsabilidade administrativa da Secretaria de Estado de Educação do Governo do Estado do Acre.

Segundo relatório anual 2006, 2007 e 2008 são parceiros estratégicos do CTA:

TABELA VI - PARCEIROS ESTRATÉGICOS CTA

PARCERIA FINANCEIRA

Recursos de Doadores		
	R\$	%
USAID	755.029,38	41,68%
Fundação Moore	559.900,00	30,86%
UICN	95.043,85	5,14%
Petrobrás – Petróleo Brasileiro S/A	29.000,00	1,6%
Governo do Estado do Acre	177.689,37	9,8%
Outras Doações	195.230,43	10,77%
Receitas Financeiras	2.456,41	0,14%
Receitas Não Operacionais	24,24	0,01%
Total de Recursos 2007	1.814.373,78	100%
Demonstrativo de despesas 2008 (até 31/12/2007)		
Descritivo	R\$	%
Cursos	272.286,33	15,02%
Salários e benefícios	688.320,85	37,97%
Consultorias e serviços	367.443,16	20,27%
Despesas com Viagens	155.069,13	8,56%
Publicação/disseminação/eventos	37.643,30	2,07%
Despesas Administrativas	157.902,63	8,70%
Despesas com seguros	5.417,67	0,29%
Despesas com veículos	176,42	0,01%
Despesas financeiras e bancárias	17.998,23	0,99%
Despesas não operacionais	110.785,68	6,12%
Total de Recursos 2007	1.813.043,40	100%

Fonte: Retirado do Relatório CTA 2008

Ao observarmos acima a tabela de distribuição de recurso, vemos que mais de 50% do recurso são gastos com pagamento de pessoal especializado. Por isso não fica difícil entender o comprometimento destes intelectuais para com os financiadores. Nesta ocasião, o salário, os benefícios e consultorias, também atuam como uma força pedagógica fortíssima sobre estes intelectuais. Contudo, o que não fica evidente é o quanto desse volume de recursos efetivamente chega a comunidade.

PARCERIA REPRESENTATIVA

Governo Estadual	SAI – Secretaria de Articulação Institucional SEAPROF – Secretaria de Estado de Apoio a Produção Familiar IMAC – Instituto de Meio Ambiente SEE – Secretaria de Estado de Educação
Governo Federal	Ministério do Meio Ambiente
ONG'S	<ul style="list-style-type: none"> • Comitê Chico Mendes; • CNS – Conselho Nacional dos Seringueiros; • SOS Amazônia; • PESACRE; • GTA; • IMAFLORA; • Cooperfloresta; • COOTAF; • GPFC; • Cooperacre;

Fonte: CTA 2006, 2007 e 2008.

O que nos chama a atenção é que tanto os Sindicatos Rurais de Xapuri e de Brasília não são relacionados enquanto instituições parceiras nos relatórios anuais de 2006, 2007 e 2008.

O papel de mobilização política dos seringueiros antes vinculado aos sindicatos migra para os conselhos, e neste caso o Conselho nacional dos

Seringueiros – CNS, também tem papel determinante nessa pedagogia *para p oprimido*.

Essa mudança de papéis de representação política nos chama atenção para uma coisa fundamental no projeto de liberdade construída pelos trabalhadores da floresta como sujeito histórico, que é o rompimento da unidade política nacional dos seringueiros.

Desta forma, a unidade conquistada pelos trabalhadores da floresta amazônica no ano de 1985³⁴, que representa uma ameaça ao projeto hegemônico, deveria ser rompida definitivamente, e para isso nada mais comum do que a pedagogia utilizada na Bolívia, Equador e Venezuela, uma estratégia separatista. Toda via, vale ressaltar que esta forma de separatismo não se dá no plano da unidade nacional, uma vez que não há a necessidade disso, pois o projeto neoliberal está em pleno desenvolvimento. O separatismo atua como desmobilizador de qualquer ameaça ao projeto hegemônico. Isto é, se consolida como um “separatismo organizacional”, mas se matem a unidade nacional.

Essa unidade que apontamos acima pode ser compreendida no 1º Encontro Nacional de Seringueiros da Amazônia realizado de 11 a 17 de outubro de 1985 em Brasília. Neste momento é visível nas palavras de mobilização dos seringueiros frente aos grandes projetos para a Amazônia:

Não aceitamos uma política para o desenvolvimento da Amazônia que favoreça as grandes empresas que exploram e massacraram trabalhadores e destroem a natureza. Não somos contra a tecnologia, desde que ela esteja a serviço nosso e não ignore nosso saber, nossas experiências, nossos interesses e nossos direitos. Queremos que seja respeitada nossa cultura e que seja respeitado o modo de viver dos habitantes da floresta amazônica. **Exigimos a participação em todos os projetos e planos de desenvolvimento para a região** (PLANACRE, POLONOROESTE, Asfaltamento da BR-364 e outros), através de nossos órgãos de classe, durante sua formulação e execução. Reivindicamos que todos os projetos e planos incluam a preservação das matas ocupadas e exploradas por nós seringueiros. Não aceitamos mais projetos de colonização do INCRA em áreas de seringueiras e castanheiras. Queremos uma política de desenvolvimento que venha apoiar a luta dos trabalhadores amazônicos que se dedicam ao extrativismo, bem como às culturas permanentes e às outras culturas de seu interesse, e que preserve as florestas e os recursos

³⁴ Em 1985 acontece o primeiro encontro nacional dos povos da floresta em Brasília. Deste encontro foi criado o Conselho Nacional dos Seringueiros.

da natureza. Queremos uma política que traga benefícios a nós trabalhadores e não aos latifundiários e empresas multinacionais. Nós, seringueiros, exigimos sermos reconhecidos como produtores de borracha e como verdadeiros defensores da floresta (<http://www.cnsnet.org.br/news>>acessado em 15/12/2009 – grifo nosso).

Não podemos deixar de considerar o papel importante que o Conselho Nacional dos Seringueiros trouxe para a luta e as conquistas dos trabalhadores da floresta. Porém não podemos desconsiderar que o CNS, também junto com outras ONG`s que atuam na região modificariam suas estratégia.

Segundo Paula (2005), o Conselho dos Seringueiros desde sua criação “passou por três fases políticas, adotando cada uma delas, estratégias de atuação nitidamente diferenciada”.

No primeiro momento,

o CNS não contava com nenhuma infra-estrutura e nem tampouco expressava uma organização com perfil político ideológico definido. Sua estratégia inicial teve como núcleo central a tentativa de “universalizar”, a partir de Xapuri, a luta de resistência dos seringueiros (PAULA, 2005, p.250).

Nessa perspectiva o movimento atrai a atenção dos movimentos ambientalistas, haja vista que a luta pautava-se na criação das reservas extrativistas como alternativa diferenciada ao processo de modernização que era a causa dos conflitos e da degradação ambiental.

A progressão dessa aproximação com os movimentos ambientalistas, por um lado, e a repercussão negativa da atuação do INCRA na região, por outro, acabaram motivando o STR de Xapuri e, posteriormente o CNS, a buscar na esfera da sociedade política, outros espaços de interlocução (especialmente nas instituições ligadas ao meio ambiente, como o IBAMA), para canalizar suas demandas sociais. (PAULA, 2005,p. 253).

Com o assassinato de Chico Mendes, o CNS passa a ocupar um espaço tanto nacional como internacional no debate, principalmente no que se refere ao discurso do desenvolvimento sustentável.

A segunda fase, no período de 1989 a 1995, quando a uma grande pressão internacional junto ao governo brasileiro.

a criação das primeiras RESEX, em 1990, o CNS passou a defrontar-se com a necessidade de apresentar propostas de

desenvolvimento “mas concretas”. No caso do Acre, ele transformou-se em um dos principais catalisadores dos debates sobre desenvolvimento na região – sua presença tornou-se obrigatória em todos os eventos dessa natureza – e possibilitou a participação das mais variadas correntes de pensamento, que passaram a opinar sobre as “alternativas de desenvolvimento (PAULA, 2005, p. 254).

Como alternativa ao desenvolvimento, Xapuri assume o papel de laboratório, ou como chama Paula (2005), a “vitrine” na implementação dessas alternativas de desenvolvimento. E o CNS assume junto com outras organizações a “incumbência de implementar algumas dessas alternativas”.

Já na terceira fase, o CNS aponta para um maior estreitamento junto as “políticas governamentais para a Amazônia”. Isso significou “mudar as estratégias e apostar nos grandes projetos”³⁵, isto é, alinhar junto ao Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PP G7), financiado pelo BIRD.

Diferentemente do período anterior – que era financiado basicamente por algumas ANG`s internacionais – a partir de 1995 o CNS passou a ser mantido financeiramente de forma majoritária, pelo governo federal e Banco Mundial (PAULA, 2005. p. 555).

Essa aproximação e, principalmente, o status adquiridos junto as organismos internacionais e nacionais trouxeram num certo momento um alívio junto a alguns as esferas decisórias, tanto no âmbito federal quanto estadual. Dar-se a entender que se traria de um novo momento. Porém, a eficácia das articulações e consolidações não iriam além de “pactos temporários, conjunturais”.

E nessa mobilização de esforços tanto o CTA quanto seu parceiro CNS, passariam atuar como agentes mobilizador das políticas governamentais e não-governamentais de desenvolvimento.

Temas acima apontados voltados para a liberdade do trabalhador (reforma agrária, complexo hidrelétrico do Rio Madeira³⁶, Florestas Publicas) são deixados de lado em proveito de oficinas de artesanatos, manejos comunitários de madeira,

³⁵ Trecho apontado pelo pesquisador como sendo das lideranças do CNS – (PAULA, 2005,p.255).

³⁶ Para um melhor entendimento dos grandes empreendimento na Amazônia: **MELO, João de Jesus Silva.** *Desenvolvimento e meio ambiente na fronteira trinacional Amazônica: um estudo da atuação do MAP.* 2006. 146f. Dissertação (Mestrado em ecologia e manejo de recursos naturais) – Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós- Graduação, Universidade Federal do Acre, Rio Branco-Acre, 2006.

semente e óleos vegetais, que ainda não tem comprovação da capacidade efetiva de geração de renda reflexo na qualidade de vida do trabalhador. Mas, servem com temas geradores para outra política importantíssima ao projeto neoliberal na região, que o pagamento por serviços ambientais.

Como nos afirma GHON (2004), os movimentos sociais sofrem fluxo e refluxo no processo histórico de sua existência, e é o que fica evidente neste caso. Com esta instituição (CTA) não fora diferente. Sua relação com as políticas neoliberais determinada pelo Banco Mundial e seu atrelamento com o governo da frente popular (1999-), determinaram seu objeto político, produção e reprodução de um capital social homogêneo e despolitizado, diferentemente da educação política e libertadora que o movimento assumia em um outro momento histórico.

Na figura a seguir temos em vários momentos onde o papel da educação é decisiva no processo de consecução dos eixos estratégicos.

Observamos que o Projeto Seringueiro deixa de atuar nas escolas na floresta como movimento político de educação libertária, porem não deixa de atuar como projeto educativo. Contudo, uma educação como vimos voltada para a reprodução de intelectual desvinculado do processo de luta pela emancipação, mas reproduzidor da lógica capitalista.

Consolidado a política de articulação política que o CTA desempenha, tanto na sociedade civil (mobilizador de parcerias com associações, sindicatos e outras ONG`s, participação efetivas dentro dos diversos conselhos, a formação e capacitação), como na sociedade política (através do gerenciamento de convênios e fiscalização da execução das políticas publicas), os demais parceiros do consocio tem o terreno preparado para a execução de outra etapa do “projeto” liberal.

Vale aqui ressaltar que, não só o PS, quanto o movimento de educação nas aldeias indígenas³⁷ passam a serem tuteladas pela Secretaria de Estado de Educação do Governo do Estado do Acre – governo da floresta³⁸.

³⁷ Para melhor compreensão da formação das escolas indígenas no Acre: **MANÁ KAXINAWÁ**, Joaquim Paulo *et Al.* **História Indígena**. [Acre]5555: Comissão Pró-Índio do Acre, [2002] 243.: il.

TABELA VII - NUMERO DE PROFESSORES INDÍGENAS – 1997-2007

ANO	TOTAL	Professores com educação fundamental incompleta	Professores com educação fundamental completa	Professores com educação secundária incompleta	Professores com educação secundária completa	Professores matriculados no ensino superior
1999	42	15	15	12	0	0
2000	77	7	0	50	20	0
2001	102	17	15	50	20	0
2002	126	52	0	0	70	4
2003	149	50	25	0	70	4
2004	170	56	25	15	70	4
2005	212	68	35	15	90	4
2006	216	50	59	12	25	70
2007	236	10	49	50	57	70

Fonte: Secretaria Estadual de Educação

TABELA VIII - MATRICULA ENTRE CRIANÇAS E JOVENS INDÍGENAS

ANO	Educação Infantil	Primeira à quarta série	Quinta a oitava série	Ensino Médio	Total
1999	20	827	0	0	847
2000	38	931	0	0	969
2001	108	2095	39	0	2243
2002	73	2045	42	0	2160
2003	137	2463	162	0	2762
2004	136	2595	193	0	2924
2005	210	2808	245	0	3263
2006	306	2943	431	76	3756
2007	170	3024	379	270	3843

Fonte: Secretaria Estadual de Educação

As informações, acima apresentadas, nos mostram uma idéia do potencial político da incorporação desses intelectuais orgânicos no consenso ativo proposto para os povos da Amazônia.

Por isso passemos observamos a atuação de outra instituição que tem um papel importantíssimo no projeto de implantação da política ambientalista na Amazônia-acriana, o PESACRE e o pagamento pelas boas práticas.

³⁸ Para melhor compreensão da chegada do “governo da floresta” : **PAULA, E. A.** (Des) Envolvimento Insustentável na Amazônia Ocidental: dos missionários do progresso aos mercadores da natureza. 1. ed. Rio Branco-AC: Editora da Universidade Federal do Acre-EDUFAC, 2005

3.6 PESACRE/PROAMBIENTE – Os serviços ambientais como princípio educativo para a consolidação do consenso comunitário e o ajustamento de conduta.

O PESACRE é uma organização não-governamental criada em 1990 que tem como objetivo estudo, pesquisa e extensão em sistemas agroflorestais, bem como efetivação de políticas de desenvolvimento por meio de formação e capacitações por meio da “competência local instalada”.

Tal instituição tem como objetivos principais:

1. Fortalecer a capacidade de auto-gestão das comunidades;
2. Gerar e implementar políticas de Conservação & Desenvolvimento C & D no nível regional;
3. Gerar e promover a utilização de metodologias e tecnologias apropriadas para a gestão dos recursos naturais e manutenção dos estoques de carbono.
4. Qualificar a capacidade técnica local no manejo e uso dos recursos naturais (PESACRE, 2008).

Seus principais financiadores são:

WWF (Fundo Mundial para a Natureza), o Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância e Adolescência) e a Agência Norte Americana para o Desenvolvimento Internacional (**USAID**), que apóia o Programa de Desenvolvimento Agroflorestal para Pequenos Produtores do Acre (PESACRE, 2008).

Seus principais parceiros são a Universidade Federal do Acre–UFAC, Universidade da Florida-UF, A EMBRAPA, o Governo do Estado do Acre, FETACRE e a União das Nações Indígenas do Acre e Sul do Amazonas.

Esta instituição vem assumindo um papel determinante no processo de desenvolvimento regional por meio da participação efetiva na promoção do PROAMBIENTE.

Segundo esta instituição, essa ação

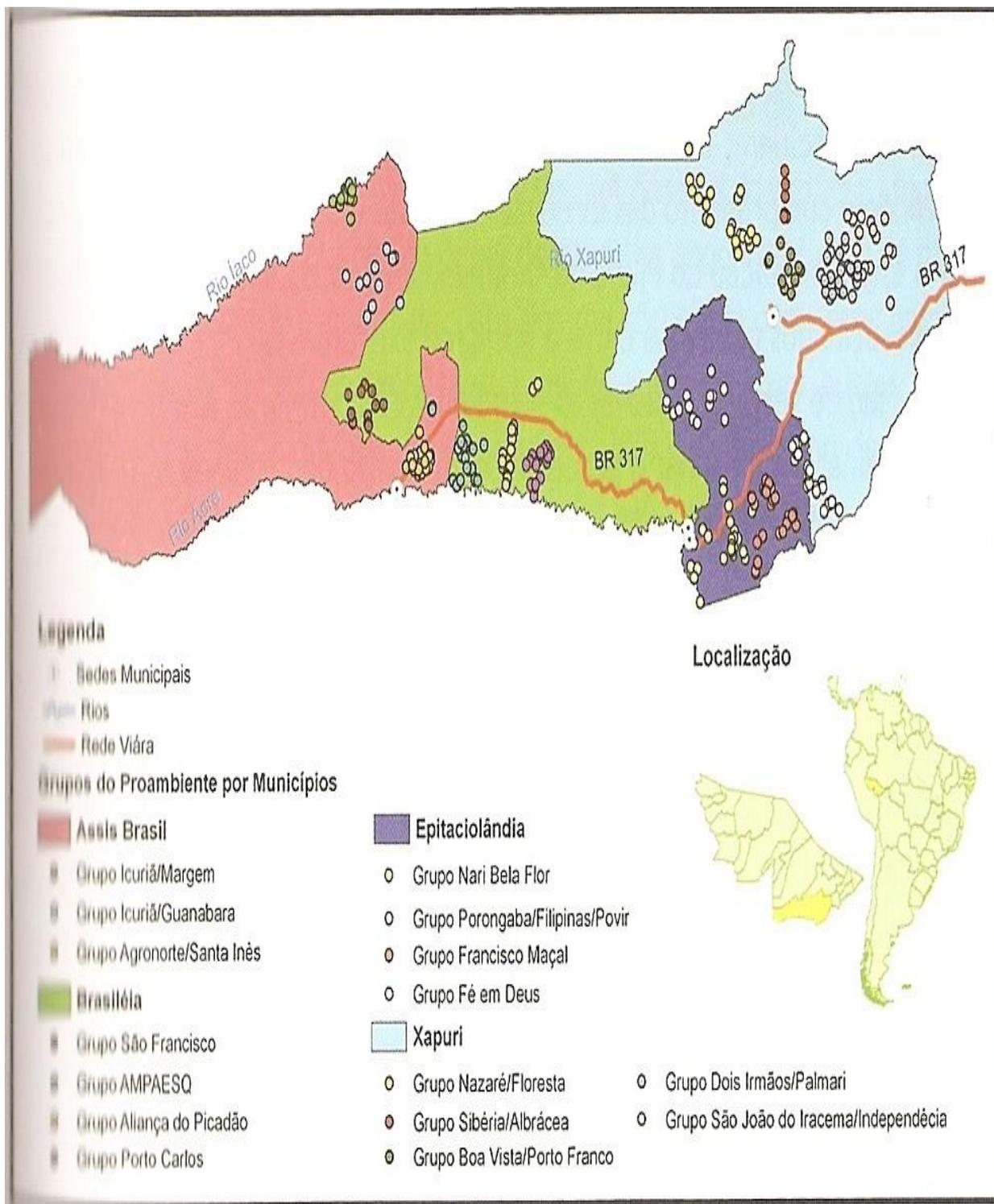
é um programa ambicioso que propõe compensar os pequenos produtores por boas práticas de manejo que ajudem na manutenção ou ampliação dos serviços ambientais prestados pelo sistema natural, essenciais para a conservação da natureza e para a sociedade brasileira (PROAMBIENTE, 2006, 121).

O PROAMBIENTE é um programa do governo federal brasileiro que, como outros vários projetos nacionais e internacionais que se apresentam como capazes de dar uma resposta satisfatória à questão da sustentabilidade sócio-ambiental apresentam-se como sendo originários de desdobramentos de movimentos sócias que conseguiram atingir nível de políticas publicas.

Segundo consta na cartilha de divulgação do programa (PROAMBIENTE, 2008), o PROAMBIENTE surgiu no Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu (MDTX), com raízes nas organizações criadas por colonos migrantes da década de setenta e fortalecidas pela coalizão com grupos de populações extrativistas.

No Estado do Acre – Pólo do Alto Acre – foram contempladas 400 famílias: 125 em Xapuri; 125 em Brasiléia; 75 em Epitaciolândia e 75 em Assis Brasil. Esse universo compõe 16 grupos comunitários. 50 % dessas famílias estão da RESEX (Reserva Extrativista Chico Mendes).

IMAGEM IX – ÁREA DE ATUAÇÃO DO PESACRE/PROAMBIENTE



Fonte: PESACRE (2007)

A estratégia apontada por este programa visa buscar alternativas de combate a degradação ambiental trabalhando junto às comunidades das florestas os benefícios sociais, ambientais e econômicos da utilização dos serviços ambientais. A ação racional e comprometida com o futuro da floresta é chamada de “boas práticas”.

Segundo este programa, “as boas práticas” – pagamento dos serviços ambientais (PSA) – são: determinados por redução do desmatamento; recuperação de áreas desmatadas (seqüestro de carbono); a conservação do solo, da água e da biodiversidade; a redução progressiva do uso de agrotóxico; a redução do risco de fogo; a troca de matriz energética priorizando a energia solar; a transição para a agroecologia (PROAMBIENTE, 2005).

Com o argumento de reverter à imagem dos pequenos produtores de “vilões de desmatamento”, este projeto propõe alçá-los a proponentes respeitados de políticas alternativas para o desenvolvimento sustentável.

Essas estratégias rompem com uma situação em que se mantinham como objetos, colocando-os, agora, como protagonista de uma agenda de desenvolvimento verde que reivindica o reconhecimento e a recompensa pela conservação dos recursos naturais e pelos serviços ambientais mantidos (PROAMBIENTE, 2008, 122).

Para tanto, o programa utiliza como estratégia de mercado apresentada como ação “inovadora para valorizar os pequenos produtores rurais pelas práticas sustentáveis”. Contudo, duas estratégias que ao mesmo instante propõe a viabilização ao acesso a política pública de crédito, também criam as condições de restrição a tal política pública – duas faces da mesma moeda.

Como primeira estratégia o programa dispõe de uma ação rápida e que tem um resultado imediato de mobilização é o argumento de que aqueles que aderissem ao projeto seriam beneficiados com recurso em dinheiro (uma espécie de bolsa). Outra estratégia tão importante quanta a anterior, é atrelar o produto aos padrões de Certificação de Serviços ambientais.

Esta prática é a disposição institucional de regras e acordos que vinculam o produtor a continuidade do recebimento das “compensações” pelas “boas práticas” e, ao mesmo tempo lhe condiciona a possibilidade de perda de financiamento bancário por meio que contrarias as orientações contidas no plano econômico da

unidade produtiva que caracteriza pelo Plano de Utilização da Unidade Produtiva (PU) e Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) – dentre as estratégias para operacionalização do “negocio” essa que tem um maior impacto moral junto ao produtor, pois fazer acordos coletivos para a viabilização de credito “fisga” o produtor por uma possibilidade de constrangimento. Ter nome de mal pagador nas florestas da Amazônia sempre foi caso de desonra, nos tempos de barracão e ainda continuam sendo uma ofensa.

A suposição básica de um PSA se dá quando os produtores tomam decisões sobre o uso da terra, considerando apenas os benefícios diretos do que recebem da natureza, desconsiderando os serviços não tangíveis dos serviços ambientais.

A proposta apresentada pelo PROAMBIENTE defende que o sucesso do PSA depende de certos aspectos: 1) um serviço ambiental bem definido; 2) um vendedor de serviço; 3) um comprador de serviço; 4) que existam condições ou um contrato entre vendedor e o comprador para que o serviço seja garantido.

Ai se encontra a verdadeira finalidade dos acordos “comunitários” e individuais, os Planos de Utilização da Unidade Produtiva (PU), que garantem a assistência técnica e “tecnológica”; e o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), que é o projeto técnico para o licenciamento ambiental e para a concessão de crédito.

A análise de viabilidade econômica dos Projetos Técnicos, a ser realizada pelos agentes financeiros que forem conceder os financiamentos, deverá estar baseada no diagnóstico da propriedade e no resultado das ações previstas nos Planos de Desenvolvimento Sustentável dos Pólos e/ou Planos de Utilização das Unidades de Produção durante o período de vigência do financiamento (PROAMBIENTE, 2008).

Diante desta articulação estratégica, Martins (1983) nos faz fazer uma reflexão ao alertar que,

onde o capital não pode tornar-se proprietário real da terra para extrair juntos o lucro e a renda, ele se assegura o direito de extrair a renda. Ele não opera no sentido de separar o proprietário e o capitalista, mas no sentido de juntá-los. Por isso, começa

estabelecendo a dependência do produtor em relação ao crédito bancário, em relação aos intermediários etc”. (...) Por esse meio, o banco extrai do lavrador a renda da terra, sem ser o proprietário dela (MARTINS, 1983).

Mesmo demonstrando uma competente articulação de argumentos e uma rede institucional que pode até dar uma razoável sustentabilidade financeira, o Programa admite que as metodologias de avaliação dos resultados do monitoramento dos serviços ambientais não estão embasados cientificamente. Esta afirmativa fica evidente na seguinte passagem:

Os Beneficiários e/ou Beneficiárias do PROAMBIENTE devem cumprir exigências técnicas e socioambientais para obterem a remuneração dos serviços ambientais. Para avaliar o cumprimento dessas exigências, faz-se necessária a existência de indicadores, logo, o PROAMBIENTE divide os seis serviços ambientais em dois grupos: Grupo de Serviços Ambientais com Indicadores Diretos (Desmatamento Evitado e Seqüestro de Carbono – que têm a biomassa como indicador direto: 50% da biomassa seca = carbono; já existem disponíveis metodologias científicas que permitem estabelecer relações entre tipo de uso da terra e balanço de carbono) e o Grupo de Serviços Ambientais sem Indicadores Diretos (Água, Solos, Biodiversidade e Redução do Risco de Fogo – que são verificados indiretamente, por meio do cumprimento dos Padrões de Certificação de Serviços Ambientais do PROAMBIENTE; ainda que seja evidente que sistemas de produção equilibrados tenham capacidade efetiva de proporcionar melhorias na qualidade da água, dos solos e da biodiversidade e de reduzir o risco de fogo, **há dificuldades de se comprovar por meio de uma metodologia científica a relação entre práticas de produção e prestação desses serviços ambientais, por conseguinte, essa avaliação se dá de forma indireta, por meio da Certificação** (grifo nosso) (PROAMBIENTE, 2008).

Observamos até o momento nesse breve exercício teórico que as formulações e propósitos a que o referido programa acima, minimamente abordado, nos trás mais dúvidas da sua real eficiência no propósito de conter a degradação ambiental. Contudo, demonstra ser economicamente viável, pelo menos para as instituições financeiras, pois a cada ano atingindo recordes de lucros tem a disposição recursos públicos para gerenciar e investir e ainda ter a capacidade de retorno financeiro.

Após anos de ajuste de conduto imposta pelo patrão seringalista, os povos da floresta agora tem que se sujeitarem a uma nova normatização de conduto.

Diante dessa relação contratual entre o produtor e as instituições financeiras,

o lavrador passa imperceptivelmente da condição de proprietário real a proprietário nominal, pagando ao banco a renda da terra que nominalmente é sua. Sem o perceber, ele entra numa relação social com a terra mediada pelo capital, em que além de ser trabalhador é também de fato o arrendatário (MARTINS, 1983).

E isso não se trata de especulação idealista, os bancos não se preocupam se as áreas de terras hipotecadas estão ou não ocupadas por outras famílias de posseiros que a vários anos moram e tiram sua sobrevivência do local. Isso pode ser comprovado, basta só observar o que está acontecendo no Seringal Bagaço³⁹.

Vejamos abaixo o apelo da senhora Maria do Carmo, a presidente da Associação dos Produtores Rurais do Seringal Bagaço.

Nós estamos impedidos de fazer empréstimos para aumentar a nossa produção. As portas se fecham para tudo porque a área é considerada do Banco do Brasil. Daqui uns dias não vamos poder mais brocar e fazer roçado. Abriram um ramal, mas estamos sem Luz para Todos. Além disso, não podemos vender nossas posses e nem temos condições de adquirir outras áreas. Vivemos lá há mais de 50 anos. Queremos que o banco se manifeste para resolver a situação (TERRA MAGAZINE, 2010).

E quando do pagamento pelos serviços ambientais, ou como prefere o Programa chamar de compensação pelas “boas práticas ambientais”, não encontrarem fontes financiadoras na esfera de governo, a quem cabe financiar a “compensação” pelos PSA, os plantadores de soja ou aos grupos corporativos do agronegócio⁴⁰?

Quando estes grupos comunitários não tiverem mais acesso a tais benefícios disponíveis pelas “boas práticas”, e quando os endividamentos junto às instituições financeiras foram se acumulando, que garantias serão trocadas em quitação da dívida?

Essa questão nos chama atenção, pois, como afirma o próprio manual do PROAMBENTE (2008),

³⁹ Veja denuncia: <http://blogdaamazonia.blog.terra.com.br/2010/03/01/banco-do-brasil-quer-expulsar-posseiros-do-seringal-onde-nasceu-a-senadora-marina-silva/>

⁴⁰ Com certeza buscam um espaço jurídico para pagar pelo direito de poluir.

a indefinição legais e regulatórios para a implementação de uma política de compensação pela prestação por serviços ambientais é um dos maiores impasses que o Proambiente enfrenta atualmente, no que se refere ao governo federal (Mattos, 2006). A legislação brasileira não reconhece o conceito da prestação de serviços ambientais e nem indica mecanismos para viabilizar o seu pagamento. Essa lacuna está relacionada ao vácuo jurídico-conceitual resultante de uma proposta inovadora, formulada pelo movimento social e internalizada pelo governo. A inexistência de uma forma jurídica adequada para realizar a “remuneração de serviços ambientais”, e a falta de vínculo entre o cumprimento de Acordos Comunitários e o pagamento, pode tornar esse conceito, na sua operacionalização, mais próximo de um subsídio do que de um serviço (Allegretti e Sschmink, 2006; Mattos, 2006) (PROAMBIENTE, 2008, 147).

Fica evidente que, os caminhos apresentados por esse tipo de iniciativa, buscam traçar uma estratégia bem articulada para legitimar suas ações e seus objetivos: a) Atuar no campo institucional para atuarem como grupos de pressão com meta da construção de um aparato jurídico; b) buscam ampliar a descrença das comunidades pelas ações de competência de governos, buscando apresentar-se com alternativa mais justa e imparcial que estes grupos de pessoas possam ter suas necessidades atendidas; c) apresenta-se como uma saída para as dificuldades das Instituições de Ensino Superior brasileiro de financiarem pesquisas científicas, bem como na efetivação de cursos de pós-graduação; d) buscam implementar termos de cooperação internacional para efetivação de intercâmbio, por onde o fluxo de pesquisadores estrangeiros para a região é sempre maior que a ida de pesquisadores para estes países centrais; e) e, principalmente, os fluxos de informações que são apropriadas e levadas para fora sem que haja controle, o que deixa em claras dúvidas dos interesses destas “cooperações”.

Mesmo não demonstrando os resultados econômicos, ambientais para os povos da floresta, o projeto vem obtendo resultados políticos “satisfatórios” as políticas de consolidação ao projeto de internacionalização da Amazônia. Enquanto o trabalhador da floresta recebe esmolas para abandonar suas formas tradicionais de sobrevivência, as ONG`s e os bancos contabilizam recordes de arrecadação de financeira.

Na última semana de fevereiro de 2010, a Oficina para discutir o Projeto de “Pagamento por Serviços Ambientais do Acre avança⁴¹” no estado do Acre. O PSA-Carbono, como é conhecido o projeto, “faz parte da Política de Valorização do Ativo Ambiental Florestal, e será mais uma ferramenta para alavancar o desenvolvimento sustentável do estado”, afirma o Governo do Estado do Acre⁴².

No que tange as dúvidas e os embasamentos científicos quanto aos “resultados positivos” referente, tanto ao manejo comunitário, quanto ao pagamento pelos serviços ambientais, o Governador do Estado do Acre Arnóbio Marques e o ex-governador Jorge Viana, este atualmente assumindo o “cargo” de presidente do fórum acriano de desenvolvimento sustentável, estão buscando, importar da renomada escola políticas públicas John F. Kennedy da universidade estadunidense de Harvard, os argumentos políticos e científicos para justificar e convencer que as boas práticas gestadas pelo governo da floresta são o caminho para o desenvolvimento sustentável para mundo⁴³.

Como pagamento pelas “boas práticas⁴⁴” do Governo da floresta, os recursos do Banco Mundial são liberado para a consolidação da quarta etapa de consolidação da política hegemônica na região,

definido pela matriz da Estratégia de Assistência ao Brasil (1998-2000), articulada em torno de quatro eixos. Três deles – reforma do setor público; infra-estrutura e desenvolvimento do setor privado; sustentabilidade ambiental – integram o componente denominado Crescimento Ambientalmente Sustentável e Estabilidade Macroeconômica; o quarto, pobreza rural e urbana, insere-se no chamado “**Desenvolvimento Social**” (PAULA, 2005. p. 281 – grifo nosso).

⁴¹ Oficina realizada no dia 25 de fevereiro de 2010 envolvendo diversas ONG`s, dentre elas WWF Brasil, a Comissão Pró-Índio, Centro dos Trabalhadores da Amazônia, Comitê Chico Mendes e o Conselho Nacional dos Extrativistas. Esta oficina acontece concomitantemente com a de Washington, onde o senador Tião Viana (PT), procura mostrar a “sintonia e pioneirismo dos acreanos em relação ao que é discutido no mundo sobre aquecimento global e desenvolvimento sustentável”.

⁴² Afirmação da assessoria de comunicação por meio da Agência de Notícias do Acre. http://www.agencia.ac.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=11889&Itemid=26

⁴³ Acesso: [gencia.ac.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=12035&Itemid=26](http://www.agencia.ac.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=12035&Itemid=26) (16.03.10)

⁴⁴ Processo ativo de burocratização dos movimentos sociais (indígena, trabalhadores rurais, professores, estudantes) impedindo contestações; manutenção da base aliada na Assembléia necessária as reformas liberais; manutenção do fluxo de informações; cumprimento da agenda do Banco Mundial; financiamento e manutenção de ONG`s (através de convênios e como disposição de material humano) .

Implementada as estratégias institucionais de mercantilização da natureza, é indispensável à implementação das políticas do quarto eixo. Haja vista, para amortecer as contradições sócias causadas pelas políticas neoliberais de desenvolvimento. Que aqui no Acre atende pelo nome de PROACRE.

Quando observamos as políticas de “ajuda” financeiras do BM ao governo do Acre, atentamos para o FIORI (2001), alerta-nos, haja vista que

não é necessário dizer que o financiamento desse “modelo de desenvolvimento”requer o isolamento dos seus administradores com relação a qualquer tipo de demanda ou reivindicação interna, o que supõe a despolitização radical das relações econômicas, o enfraquecimento dos sindicatos, a fragilização dos partidos políticos e dos parlamentos e, finalmente, a redução ao mínimo indispensável da vida democrática (FIORI, 2001,p. 32).

No Acre, o referido programa passa então a financiar políticas de amenização da violência nas ruas ocasionada pela má distribuição de renda e pela apropriação privada da riqueza. O desenvolvimento social proposto pelo PROACRE (BM e Governo do Acre) mais uma etapa prioritária da agenda neoliberal.

Os recursos deste programa⁴⁵ passam a destina-se a políticas que buscam amenizar os efeitos da centralização de riqueza e concentração de poder que o capitalismo impõe a sociedade. Por isso, o pagamento de bolsa assistências que atuam como anestésicos sociais – e ao mesmo tempo educam o consumo; também servem para a educação profissional como reprodução de um intelectual “orgânico de reserva”; terceirização de serviços públicos; geração de empregos temporários; e a implementação de rede informatizada necessária para o fluxo de informações, monitoramento digital de pessoas, bem como a implementação do mercado digital e da política e guerra psicológica imperialista estadunidense.

⁴⁵ Informação: www.ac.gov.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=29&Itemid=165

3.7 FLORESTA: do real ao digital - a pedagogia *para o oprimido* no mundo digital – governança eletrônica.

Enquanto nos preparamos para finalizar esta pesquisa, percebemos que a velocidade que o projeto hegemônico vem sendo implantado em nossa região é excepcional.

O Acre nos últimos anos assumiu um destaque importantíssimo no mundo, principalmente no que diz respeito a alguns fatores determinantes e importantíssimos: sua cobertura florestal que chega a 88%; capacidade fronteiriça de capacidade comercial e diplomática com a Bolívia e Peru; palco das lutas e de morte pela preservação da natureza; e, hoje, pela capacidade de mobilização de empréstimos e de selar acordos com agências internacionais.

Após a implantação das políticas das “florestas publicas”, estamos na eminência da “floresta digital” que, “Justificada” pelo livre acesso a informação, novas agências estadunidense vão se achegando e tornando mais freqüentes no vocabulário e no pensamento do acriano.

“Dedicados aos excluídos”, segundo o Governador do Acre Arnóbio Marques (2010), fora assinado convênio entre Governo do Estado e USTDA⁴⁶ (Agência Norte Americana para Comércio e Desenvolvimento) em Brasília no dia 18 de setembro de 2008 com o intuito de disponibilizar à rede mundial de informação a todos do Acre, como parte do Programa de Inclusão Social e Desenvolvimento Econômico Sustentável do Estado do Acre (ProAcre). O projeto atingirá sua plenitude de cobertura em setembro de 2010. Pouco antes das eleições de novembro, onde este ano as campanhas virtuais estão liberadas.

A campanha eleitoral on-line foi uma das estratégias bastante utilizada nas eleições norte americanas. Recentemente esta forma de campanha contribui significativamente para vitória de Brack Hussein Obama na eleição presidencial de 04 de novembro de 2008. Tal estratégia atingi principalmente o publico jovem que

⁴⁶ A USTDA e uma Agencia Governamental dos Estados Unidos independente, financiada pelo Congresso dos Estados Unidos, e que faz parte da equipe de assistência externa do Governo dos Estados Unidos.

são os que passam mais tempo conectados. A proposta é por os “caboclos” do Acre com link direto com o mundo virtual.

Se o processo de territorialização neoliberal estava a pleno vapor na região, com essa ferramenta o processo se desenvolverá num rito banda larga.

Porem a mais interessada é a USTDA, que, como veremos a seguir – na missão da agência – seus interesses vão além dos descritos nos contratos e convênios:

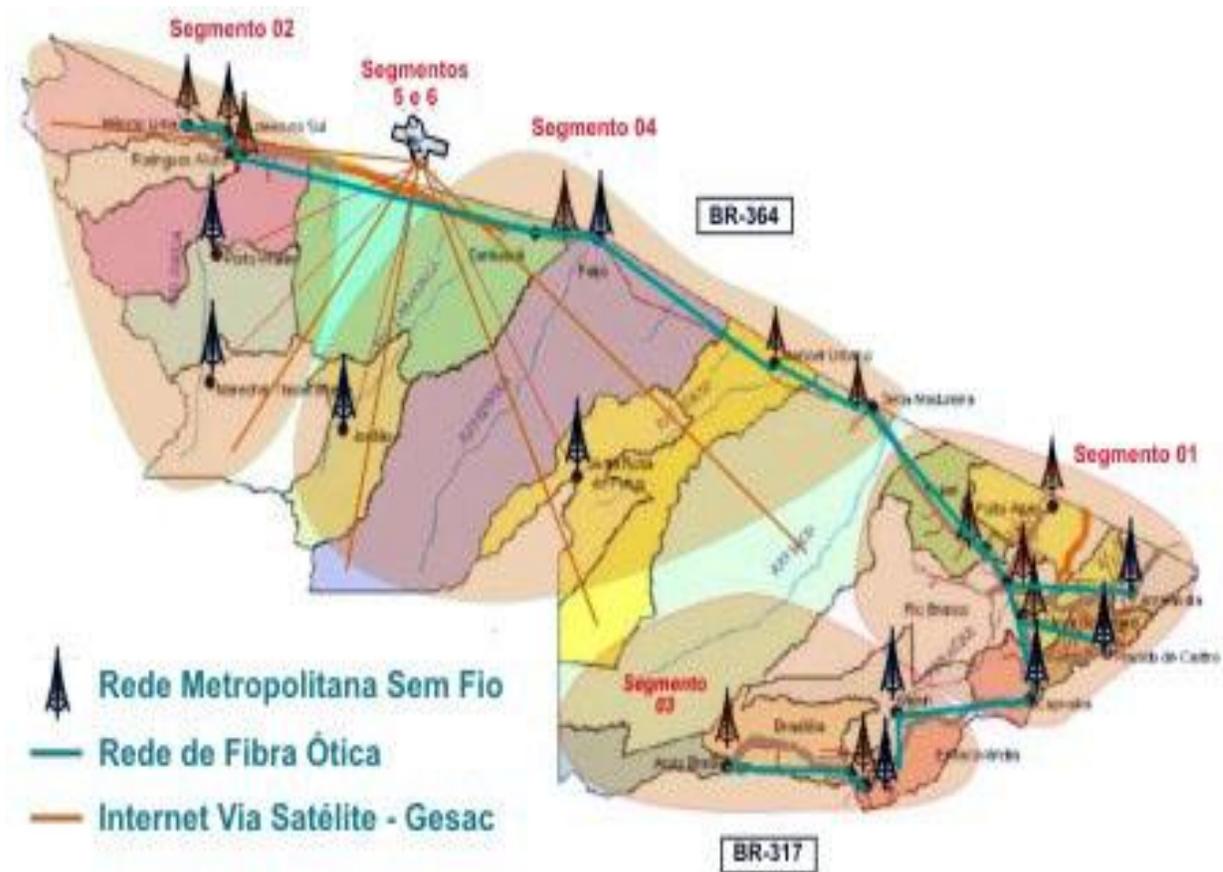
A Agência Norte Americana para Comércio e Desenvolvimento (U.S. Trade and Development Agency, “USTDA”) **promove o desenvolvimento econômico e os interesses comerciais dos EUA**, nos países em desenvolvimento e de renda média. A agência custeia, por meio de verbas a fundo perdido, várias formas de assistência técnica, estudos de viabilidade, treinamento, visitas de orientação e seminários de negócios que apóiam o desenvolvimento de uma infra-estrutura moderna e um ambiente de comércio justo e aberto. (USTDA, 2010 – grifo nosso).

Percebemos acima nitidamente a que compromissos estão atrelados os interesses da referida agência.

O uso estratégico pela USTDA de fundos de assistência externa para apoiar uma política de investimentos sólidos e a tomada de decisões em países anfitriões cria um ambiente favorável para o comércio, investimentos e o desenvolvimento econômico sustentável. Operando em consonância com a política externa e o comércio exterior, a USTDA está numa posição excepcional para trabalhar com as empresas norte-americanas e os países anfitriões no cumprimento das metas comerciais e de desenvolvimento da agência. **Ao realizar a sua missão a USTDA dá ênfase aos setores econômicos que podem beneficiar aos exportadores norte-americanos de mercadorias e serviços** (USTDA, 2010 – grifo nosso).

Na difusão do projeto foram mobilizados, mais de 100 organizações entre sindicatos, associações, ONG`s, escolas, e comerciantes. Estes últimos animados com a proposta do Governador na disponibilização aos estudantes secundaristas cerca de 9.000 (nove mil) notebooks e da comercialização de equipamentos para a conexão.

IMAGEM X – ABRANGÊNCIA DO SINAL DA FLORESTA DIGITAL



Fonte: SECOM,2009

Além as atividades apontadas, as atividades da “USTDA se diversificarem por varias áreas, muitas incidem sobre os setores de energia e eletricidade, transportes, telecomunicações, infra-estrutura, serviços ambientais, e saúde”.

Dentre os “serviços” apontados no projeto FD, estão: ensino a distância; telemedicina; acesso a canais de venda em todo mundo; acesso as cooperativas de produção; mais recursos didáticos nas salas de aula de todo o Estado; obtenção de documentos.

Porem estamos diante de um fato que não é novo. A diplomacia digital é dos interesses e ambições de Wanshington, haja vista que

Nuevas tecnologías como Facebook y Twitter, desarrolladas con financiamiento de empresas de la CIA como In-Q-Tel, especialista en la “minería de data”, hoy en dia funcionan como redes para

reclutar y captar “agentes” dispuestos a promover los intereses imperiales. (ALLARD e GOLINGER ,2009, p. 33).

Segunda a Aliança de Movimentos Juvenis⁴⁷ (AYM sigla em inglês),

en la escena mundial [de] una serie de casi desconocidos, generalmente jóvenes [que] dominan las técnicas más recientes y han hecho cosas asombrosas. Han causado grandes transformaciones en el mundo real en países como Colombia, Irán y Moldavia, valiéndose de esas técnicas para mover a la juventud. Y esto ha sido sólo el comienzo (ALLARD e GOLINGER ,2009, p. 33).

Por trás dessa idéia de promover o desenvolvimento do conhecimento e da melhor interação entre os jovens do mundo, se esconde as verdadeiras estratégias desse movimento social, que é constituir uma rede internacional para a promoção dos interesses neoliberais. E o uso potencial da mídia virtual é ilimitado na promoção da diplomacia eletrônica.

Podemos observar no decorrer desta ultima parte desse trabalho, que as políticas imperialistas impostas aos povos (urbano e rural) não só da floresta acriana, mas em toda a América Latina, são para consolidar as políticas de dominação dos países do centro.

Essa direção ou consenso é mantido, não somente pela reprodução de intelectuais que irão da continuidade do projeto hegemônico, como também pela elaboração tecnológica para a massificação da ideologia burguesa, e mais ianda pela a capacidade de cooptação dos intelectuais do grupo opositor, ou seja, a capacidade de subverter movimento contra-hegemônico às regras e a reprodução da desigualdade e da injustiça social em nome do processo de acumulação de capital, do progresso.

⁴⁷ AYM é um movimento social, surgido em 2008, monitorado e mantido por instituições estadunidense que busca na utilização de ferramentas tecnológicas, em especial a internet, como instrumento mobilizador jovens dirigentes políticos nas regiões do mundo que não estão seguindo a agenda norte americana.

IMAGEM XI - KIT PARCEIRO



Fonte: SECOM, 2010

Com essa “bela” imagem acima – representando as mais de cem organizações parceiras e os movimentos sociais, a presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Acre (Fetacre), Sebastiana Miranda, recebendo das mães de “binho⁴⁸” o *kit parceiro* digital e tendo de fundo os representantes do poder judiciário (Pres. TJAC Des. Pedro Ranzi) e legislativo (Pres. ALEAC Edivaldo Magalhães- Pcdob) – encerramos essa dissertação com uma única certeza, que nossas pesquisas devem continuar.

Mesmo não podendo aprofundar neste momento o tema⁴⁹, fica aqui o alerta e a oportunidade para a continuidade de nossas futuras pesquisas.

⁴⁸ Arnóbio Marques foi um dos idealizadores do Projeto Seringueiro e atualmente é Governador do Estado do Acre.

⁴⁹ Floresta Digital.

CONSIDERAÇÕES

Quando começamos a empreender esta pesquisa determinamos claramente o que queríamos – as novas estratégias colonizadoras neoliberais em nossa região. Porém, não tínhamos a nitidez aonde essa nossa cainhada poderia nos levar. Toda via, com o decorrer das pesquisas e da orientações dos professores, percebemos que o caminhos que trilhamos nos levou a um enriquecimento intelectual que iremos melhorá-lo cada vez mais em nossas atitudes como docente, pesquisador e militante. Aprendemos caminhando e caminhamos aprendendo.

Envolvidos com nossas ambições de descortinar tantas duvidas, apresentamos como o projeto hegemônico dominante vem sendo posto em ação na Amazônia-acriana.

Aqui buscamos nas orientações gramsciana e freiriana, bem como de pensadores Latino Americanos – bolivianos, venezuelanos, argentinos, mexicanos, brasileiros e, em especial, acrianos –, elementos teóricos que nos fornecessem os elementos para que pudéssemos visualizar e apresentar as facetas que liberalismo assume na atualidade, ou seja, uma pedagogia colonizadora, excludente e cruel, uma pedagogia para o outro, isto é, que utiliza do discurso democrático para implantar uma política imperial.

Vimos que a pedagogia do colonizador assume varias características. Por vezes a se apresenta evidente no poderio bélico das bases militares, em outros momentos nas articulações políticas e ações secretas na sabotagem da unidade de varias nações, golpes de Estado e separatismo regional.

Contudo, a faceta que mais desperta nossa atenção, e aqui apresentada, é a que adornada de “boas intenções” vem promovendo a alienação das riquezas materiais e imateriais na região Amazônica, sua gente e sua biodiversidade; é uma revolução “silenciosa e suave” de um processo hegemônico que vai buscar na sociedade civil o consenso necessário ao projeto imperialista.

Diferentemente de outros projetos políticos que exclui do ambiente decisório o oprimido, agora nesse novo momento, não se pode mais desconsiderar o oprimido enquanto ser histórico. Devido a isso, estes devem ser

educados para uma nova prática de consenso, o consenso que educa para a aceitação ativa da exploração.

Assim, agora, é indispensável à participação destes oprimidos marginalizados por séculos. Haja vista, que não podendo ser expulso ou transferido do local onde sobrevivem, são treinados e amansados para não interferir na paisagem natural, que outrora era concebida como inferno verde e que agora representa um patrimônio de riqueza incalculável – a cobiça do empreendedor capitalista.

A **pedagogia para o oprimido** é uma pedagogia cruel, pois ao mesmo tempo cria um falso ambiente participativo – inclusão social –, educa o oprimido a manter-se ativo – “participativo” como agente mobilizador e reproduzidor do discurso hegemônico; e indiferente aos processos políticos, culturais e econômicos que atingem diretamente suas vidas por gerações.

Hoje é necessário rediscutirmos as estratégias contra esse projeto político. É imperioso propor uma nova **pedagogia do oprimido**. Uma proposta que atue tanto na esfera da sociedade política, quanto na sociedade civil. Por isso, é necessária a mobilização das massas num processo de leitura do mundo que as possibilite visualizar os caminhos que estão sendo forçadas a seguir, dar-lhes instrumentos para que possam agir conscientes. E para tanto, muito há de ser feito no campo das pesquisas sobre o tema aqui exposto, bem como numa práxis junto aos movimentos sociais na luta contra-hegemônica.

Também, a unidade Latino Americana deve ser pensada, estudada e debatida com mais frequência em todos os espaços e ambientes, acadêmicos ou não. Pois, não resta dúvidas que processo de espoliação vem assumindo características “menos” agressivas, mas nem por isso menos cruéis e eficientes.

Precisamos construir não somente muralhas de idéias, como aponta José Martí. Mas também construir muralhas de homens e mulheres munidos de uma práxis necessária para que possam, desta forma, frear esta frente imperialista que nos expropria de nossas famílias, nossa cultura, nossa água, nossas terras, sonhos e de nossos lares.

BIBLIOGRAFIA

DOCUMENTOS:

BIRD. Desenvolvimento e Redução da Pobreza: reflexão e perspectiva (preparado para as reuniões Anuais de 2004 do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional). Outubro de 2004

PROJETO SERINGUEIRO: Cooperativa, educação e saúde para seringueiros de Xapuri. Centro Acreano de Informação e Pesquisa, 1981, Acre.

PROPOSTA POLÍTICO-PEDAGÓGICA DO PROJETO SERINGUEIRO 2006. Centro dos Trabalhadores da Amazônia, Coordenação de Educação e Saúde, Acre. 2006.

PROPOSTA TRIENAL 2006 – 2008: Versão 1.9, Centro dos Trabalhadores da Amazônia, Acre 2005.

Documentos e recortes fornecidos pelo CTA. GERÊNCIA PEDAGÓGICA – SEE. Relatório do Programa Especial de Aceleração de Aprendizagem – Projeto Poronga. Rio Branco: 2004

LEI Nº. 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996 (DOU 23/12/96) – Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

PROJETO PROACRE: PLANO PARA OS POVOS INDÍGENAS - 23 de julho de 2008

PROJETO DE LEI N. 182/2005 – Governo do Estado do Acre. IDEP-DM

Planejamento Estratégico do Governo do Estado do Acre: Programas Estruturantes com Impacto na Economia- Gestão 2007-2010.

Relatório Anual CTA 2006. Rio Branco – Acre, 2007

_____. Rio Branco – Acre, 2008

_____. Rio Branco – Acre, 2009.

BANCO MUNDIAL - Nº do relatório: 22116-BR: Relatório de Progresso da Estratégia de Assistência do País Para A República Federativa do Brasil, 01 de maio de 2001

USAID/ABCI: Desenho, Atividade propostas e Resultados esperados, 2007.

SITES:

http://www.usaid.gov/our_work/environment/forestry/pubs/biodiversity_conservation_forestry_2005_508_ready_102507.pdf

<https://www.cia.gov/library/publications/index.html>
http://www.usaid.gov/locations/latin_america_caribbean/
<http://bolivia.usaid.gov/US/5ld.htm>
<http://brazil.usaid.gov/pt>
http://www.centrodealerta.org/documentos_desclasificados/
<http://www.webofdemocracy.org/>
<http://abn.info.ve/>
<http://www.venezuelanalysis.com/video/2704>
<http://www.mci.gob.ve/documentos/9/>
<Http://www.map-amazonia.net>
http://www.ac.gov.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=29&Iteid=165
www.ustda.gov/portuguese/InformaçãoparaPatrocinadoresdeProjetos.pdf
<http://blogdaamazonia.blog.terra.com.br/2010/03/01/banco-do-brasil-quer-xpulsar-posseiros-do-seringal-onde-nasceu-a-senadora-marina-silva/>

OBRAS

ALEGRETTI, Mary Helena. A Construção Social de Políticas Ambientais: Chico Mendes e o Movimento dos Seringueiros. Tese de Doutorado (UNB – Centro de Desenvolvimento Sustentável). Brasília-DF, 2002.

ALMEIDA JUNIOR, Arnóbio Marques de. *O planejamento estratégico e a reforma educacional do Acre.* 2006. 145 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, em convênio com a Universidade Federal do Acre, Rio Branco.

ALVES, Márcio Moreira : Beabá dos MEC-USAID, EDIÇÕES GERNASA - Rio de Janeiro 1968.

ALBERTO TORRES, Carlos. Sociologia Política da Educação – 3ª ed. –São Paulo, Cortez, 2002.

BATISTA, R. L. (Org.) ; **ARAÚJO, R.** (Org.) . Desafios do Trabalho: capital e luta de classes no século XXI. 1. ed. Londrina: Praxis, 2003. v. 1. 307 p.

BORGES, Gilberto André. Trajetória da Educação no Brasil. Pensamento Pedagógico Brasileiro. Florianópolis: E-book – www.musicaeeducacao.mus.br, 2005

CURY, C.R.J. Educação e Contradição: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo. 6ª edição. São Paulo: Cortez-Autores Associados, 1987.

CALDART, R. S. Educação em movimento: Formação de educadoras e educadores no MST – Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

_____. *Pedagogia do Movimento Sem Terra*, Petrópolis: Vozes, 2000a.

CAMELY, Nazira Correia A geopolítica do ambientalismo *ongueiro* na Amazônia brasileira: um estudo sobre o estado do Acre / Nazira Correia Camely. – Niterói: [s.n.], 2009.

Educação para conservação e desenvolvimento na Amazônia Sul-ocidental: Região MAP (Madre de Dios-Peru/Acre-Brasil/Pando-Bolívia). Trabalho apresentado no IX Congresso SOLAR, Rio de Janeiro, 2004. In: **Pesquisa Sociobioparticipativa na Amazônia Ocidental: aventuras e desventuras**. Org. Marco Antonio de Oliveira. EDUFAC, Rio Branco, 2005., 321-335.

DALMOLIN, Gilberto Francisco. O papel da escola entre os povos indígenas: de instrumento de exclusão a recurso para emancipação sociocultural. Rio Branco: EDUFAC, 2004. 425 p.

FALCÃO, F. C. Fernandes: Estado e Movimento Indígena da Amazônia Ocidental: da resistência a subordinação? – União Educacional do Norte, Rio Branco-Ac, 2009.

FERREIRA VARGAS, Sebastiao L. Mística de resistência: cultura política no Exército Zapatista de Libertação Nacional e no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. *Informe final del concurso: Movimientos sociales y nuevos conflictos en América Latina y el Caribe*. Programa Regional de Becas CLACSO. 2003

FREIRE, Paulo: Pedagogia da Autonomia: *Saberes necessários à prática educativa*, Paz e Terra, São Paulo, 1996.

_____: A Pedagogia do Oprimido: Paz e Terra, São Paulo, 2005.

_____: A Pedagogia da Esperança: Um reencontro com a pedagogia do oprimido. Paz e Terra, 11ª ed. São Paulo, 2003.

GADOTTI, Moacir. Educação e Poder: Introdução à pedagogia do Conflito – 13ª ed. – São Paulo: Cortez, 2003.

_____. Pedagogia da Práxis, Cortez – 4. ed. – São Paulo, 2004.

GRAMSCI, Antonio. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura; tradução de Carlos Nelson Coutinho.* Rio de Janeiro, civilização brasileira, 1991.

_____: *Maquiavel, a política e o Estado Moderno.* Tradução de Luiz Mário Gazzaneo. Rio de Janeiro, civilização brasileira, 1984.

_____: *Cadernos do Cárcere. Volume 2: Os Intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo.* Tradução Carlos Nelson Coutinho, 3ª ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2004.

_____: *Cartas do Cárcere. Volume 1: 1926-1930.* Carlos Nelson Coutinho. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro. 2005.

GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais no Início do século XXI: Antigos e novos atores sociais/, (org), - Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.*

HAESBAERT, Rogério (2006); *O mito da desterritorialização.* Rio de Janeiro, Bertrand Brasil (pg 279-311).

LÖWY, Michael. *As Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchasesen: Marxismo e Positivismo na Sociologia do Conhecimento – 8ª ed. – Cortez, São Paulo, 2003.*

LUCIA MARTINS, Maria: *Lições da Samaúma: Formação de professores da floresta.* 1ª ed. Poronga. Rio Branco, 1994.

LUIZ ANTONIO CUNHA, Moacyr De Goes, Luiz Antonio Cunha: *O GOLPE NA EDUCAÇÃO,* Jorge Zahar, 11ª Ed. 2002.

JEAN-GUY ALLARD Y EVA GOLINGER: *USAID, NED e CIA: LA AGRESIÓN PERMANENTE.* Ministerio del Poder Poder Popular para la Comunicación y la Información; Av. Universidad, Caracas-Venezuela. 2009.

MANÁ KAXINAWÁ, Joaquim Paulo *et Al.* **História Indígena.** [Acre]5555: Comissão Pró-Índio do Acre, [2002] 243.: il.

MELO, João de Jesus Silva. *Desenvolvimento e meio ambiente na fronteira trinacional Amazônica: um estudo da atuação do MAP.* 2006. 146f. Dissertação (Mestrado em ecologia e manejo de recursos naturais) – Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós- Graduação, Universidade Federal do Acre, Rio Branco-Acre, 2006.

MOTTA, Vânia C. *Da ideologia do capital humano à ideologia do capital social: as políticas de desenvolvimento do milênio e os novos mecanismos hegemônicos de educar para o conformismo.* Tese de doutoramento defendida no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro/RJ, 2007.

_____. *O Banco Mundial, a pobreza e a ideologia do capital social.* In: **Pobreza e Desigualdade na América Latina - Revista Ser Social** do Programa de Pós-

graduação em Política Social/Universidade de Brasília (UnB). Departamento de Serviço Social. Brasília/DF: SER Social, v.1, n.18, p.303-333, 2006.

MACEDO E SILVA. (1999) Macroeconomia sem equilíbrio. Cap. 3. Teoria da Produção. São Paulo: Brasiliense, p. 48-59.

MÉSZÁROS, ISTVÁN: La crisis estructural del **capital**. Agosto, 2009. Impreso en la epública Bolivariana de Venezuela. Depósito Legal: If87120093303165.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich, *Manifesto do Partido Comunista* - 1848

NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). *A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso*. São Paulo: Xamã, 2005. 311p.

O Manejo de paisagem e a paisagem do manejo; coordenadores: Nurlt Bensunsan, Gordon Armstrong – Brasília Instituto Internacional da Educação do Brasil, 2008.

OLIVEIRA, M. A. M. ; TOSTA, Isabel Campos Araújo Pádua. : Educação profissional: avanço ou retrocesso. ANPAE 2000 - III Encontro Estadual, Vitória-ES.

PONCE, Aníbal. *Educação e Lutas de Classes*, tradução de José Severo de Camargo Pereira –19º ed. – Cortez. São Paulo, 2001.

PAULA, E. A. (Org.) ; SIMIONE, S. (Org.) . Trajetórias da Luta Camponesa na Amazônia-Acreana. Rio Branco: EDUFAC, 2006. v. 500. 275 p

PAULA, E. A. (Des) Envolvimento Insustentável na Amazônia Ocidental: dos missionários do progresso aos mercadores da natureza. 1. ed. Rio Branco-AC: Editora da Universidade Federal do Acre-EDUFAC, 2005.

_____, Diálogos na Fronteira MDR, nº 1/março/2007.

PESSOA, Enock da Silva. *Trabalhadores da Floresta do Alto Juruá: Cultura e cidadania na Amazônia* / Enock da Silva Pessoa. Rio Branco: EDUFAC, 2004.

PRAXEDES, Walter: **A questão racial e a superação do eurocentrismo na educação escolar** - Revista Espaço Acadêmico, nº 89, outubro de 2008

RODRIGUES BRANDÃO, Carlos, 1940 – O que é educação / Carlos Rodrigues Brandão. – São Paulo: Brasiliense, 2004 – (Coleção primeiros passos; 20).

ROUSSEAU, Jean-Jacques (2005a). **Do contrato Social** (2005b). Editora Nova Cultural Ltda.

REIS, V. L. ET. AL. Educação para a conservação e desenvolvimento na Amazônia Sul-ocidental: Região MAP (Madre de Dios-Peru/ Acre-Brasil/ Pando-Bolívia). In: OLIVEIRA, M. A. de. Pesquisa Socioparticipativa na Amazônia Ocidental: aventuras e desventuras. Rio Branco: EDUFAC, 2005.

SIMIONATTO, Ivete. GRAMSCI: Sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social –3ª ed. – Cortez, São Paulo, 2004.

SILVA, Silvio Simione da. Na fronteira agropecuária acreana – 1º ed. LEUPAG-DEGEO/UFAC, Rio Branco, 2003.

SILVA JR, João dos Reis . Reforma do estado e na Educação no Brasil de FHC. 1. ed. São Paulo: Editora Xamã, 2003. 146 p.

SOUZA, I. P. D.: Soberania e “Governança Ambiental” na Amazônia Sul-ocidental: um olhar sobre a Iniciativa MAP. Rio Branco: UFAC (Dissertação de Mestrado), 2007a.

SOUZA, J. D. Um Estudo Histórico do Currículo da Educação de Seringueiros na Amazônia Ocidental (1981-1986). Rio Branco-AC: 1999. 160 p. Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

SOUZA, Nali de Jesus. **Desenvolvimento econômico.** São Paulo: Atlas, 1993. [330.3S719d]

SOUZA, Francisca Mesquita: O APAGAR DAS PORONGAS: manejo florestal madeireiro e desvalorização dos saberes locais na amazônia sul ocidental. UFAC/Brasil. Dissertação de Mestrado, 2009..

SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000

VEIGA, José Eli. Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

WITTMANN, Milton Luiz. Desenvolvimento Regional: Abordagens interdisciplinares. Santa Catarina, EDUNISC. 2003.

WOLKMER, Antônio Carlos. Fundamentos da História do Direito. 2. ed. – Belo Horizonte: Del Rey, 2002

ZANINI MORETTI, Cheron: Educação Popular em José Martí no Movimento Indígena de Chiapas: A insurgência Como Princípio Educativo da Pedagogia Latino-Americano. Dissertação Para o Título Mestre em Educação – UNISINOS, São Leopoldo, 2008.

ANEXOS

ANEXO I – LOCAL DOS GRANDES PROJETOS NA AMAZÔNIA

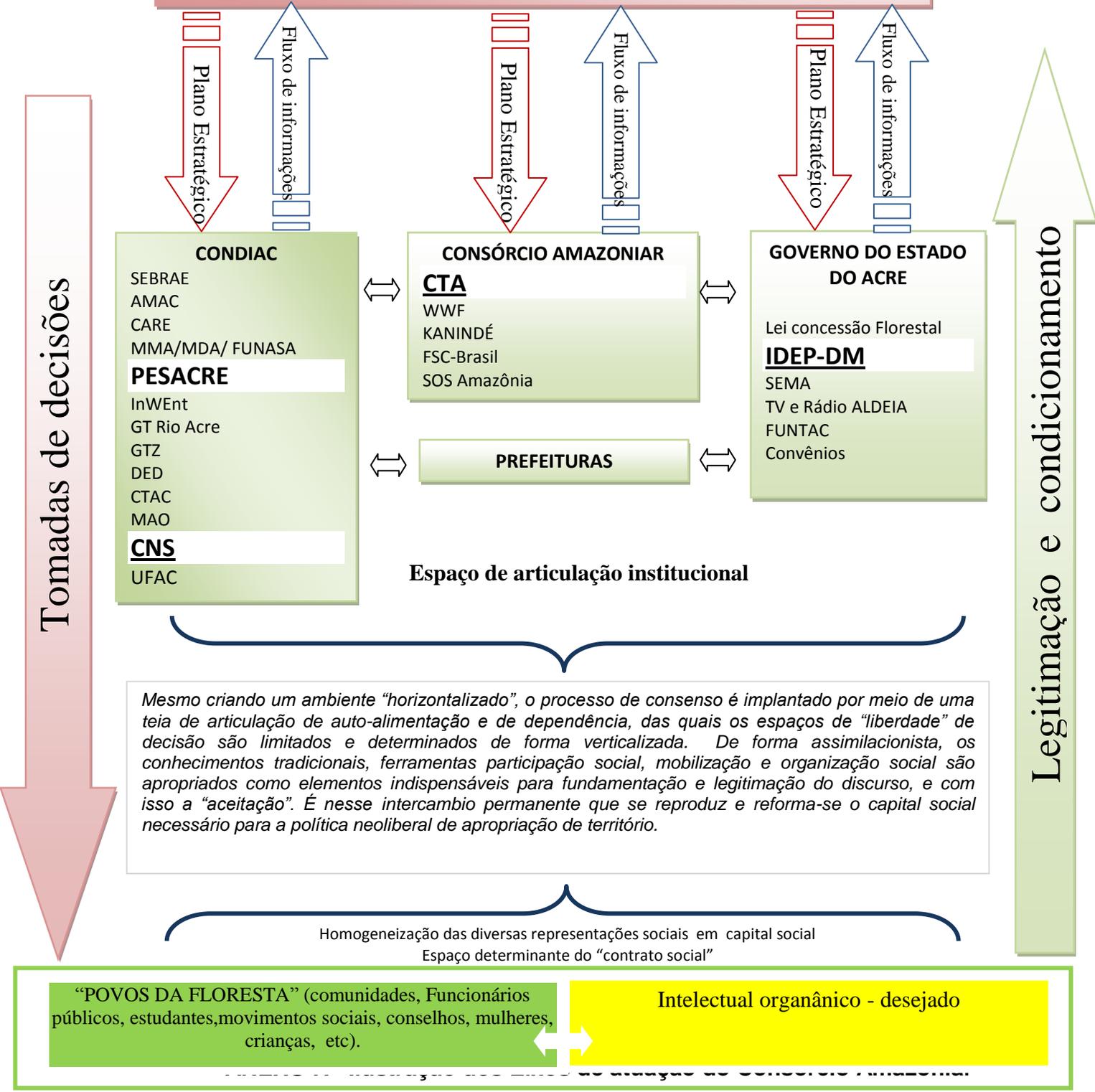


Fonte: SEPLAN 2009

- A) BR 364
- B) Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira
- C) Interoceânica

FLUXO EXPLICATIVO DOS PROCESSOS DE FORMAÇÃO DO CONSENSO E LEGITIMAÇÃO NEOLIBERAL NA AMAZÔNIA ACREANA

PROJETO POLÍTICO (PEDAGÓGICO) NEOLIBERAL PARA A AMAZÔNIA ACREANA
USAID – ABCI
Banco Mundial



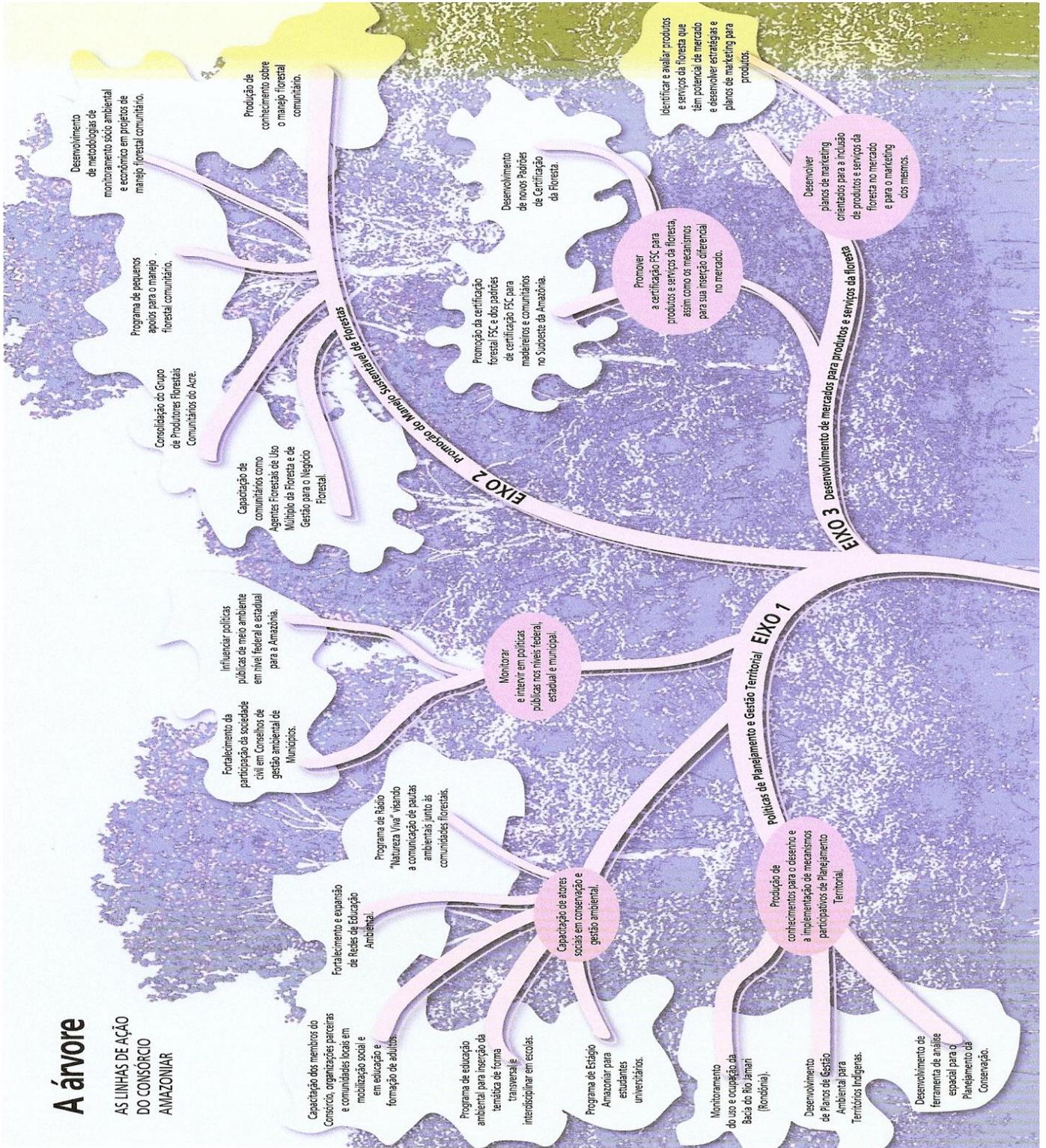
Mesmo criando um ambiente “horizontalizado”, o processo de consenso é implantado por meio de uma teia de articulação de auto-alimentação e de dependência, das quais os espaços de “liberdade” de decisão são limitados e determinados de forma verticalizada. De forma assimilacionista, os conhecimentos tradicionais, ferramentas participação social, mobilização e organização social são apropriados como elementos indispensáveis para fundamentação e legitimação do discurso, e com isso a “aceitação”. É nesse intercâmbio permanente que se reproduz e reforma-se o capital social necessário para a política neoliberal de apropriação de território.

Homogeneização das diversas representações sociais em capital social
 Espaço determinante do “contrato social”

“POVOS DA FLORESTA” (comunidades, Funcionários públicos, estudantes, movimentos sociais, conselhos, mulheres, crianças, etc). Intelectual organânico - desejado

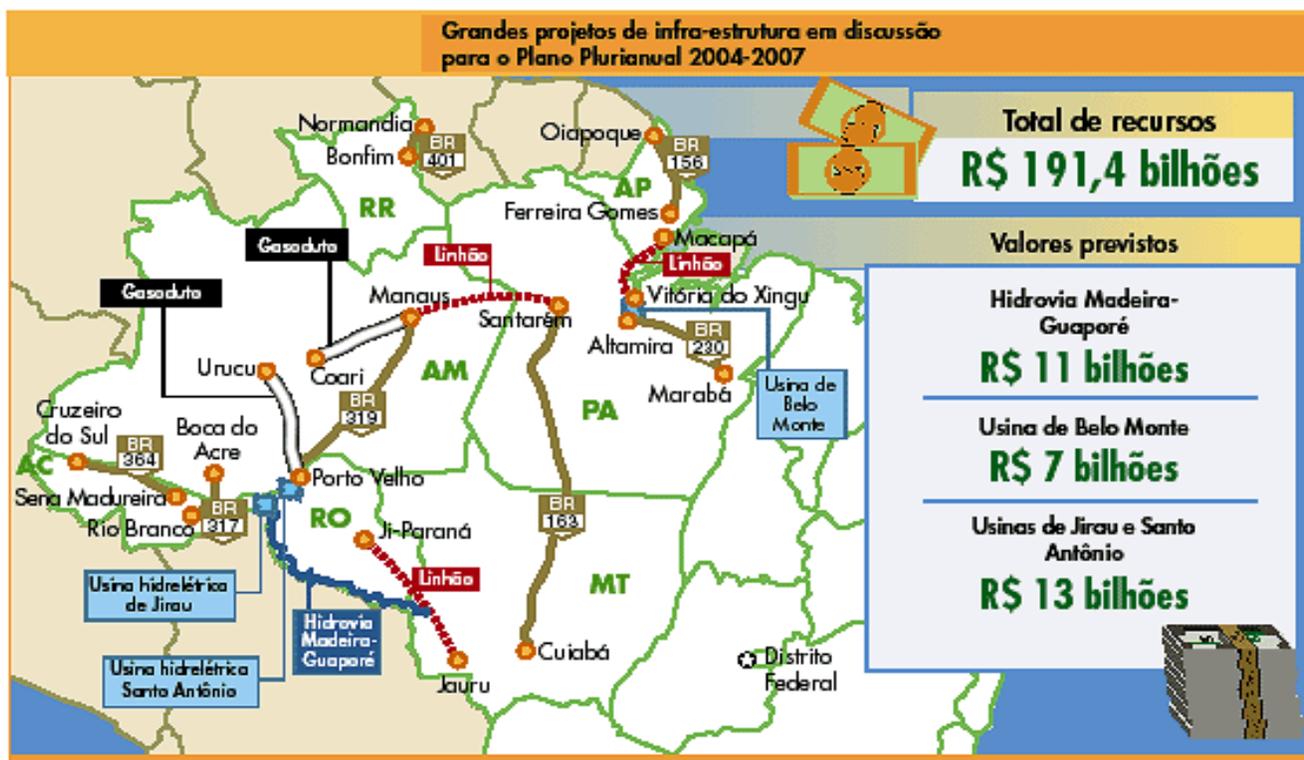
A árvore

AS LINHAS DE AÇÃO DO CONSORCIO AMAZONIAR



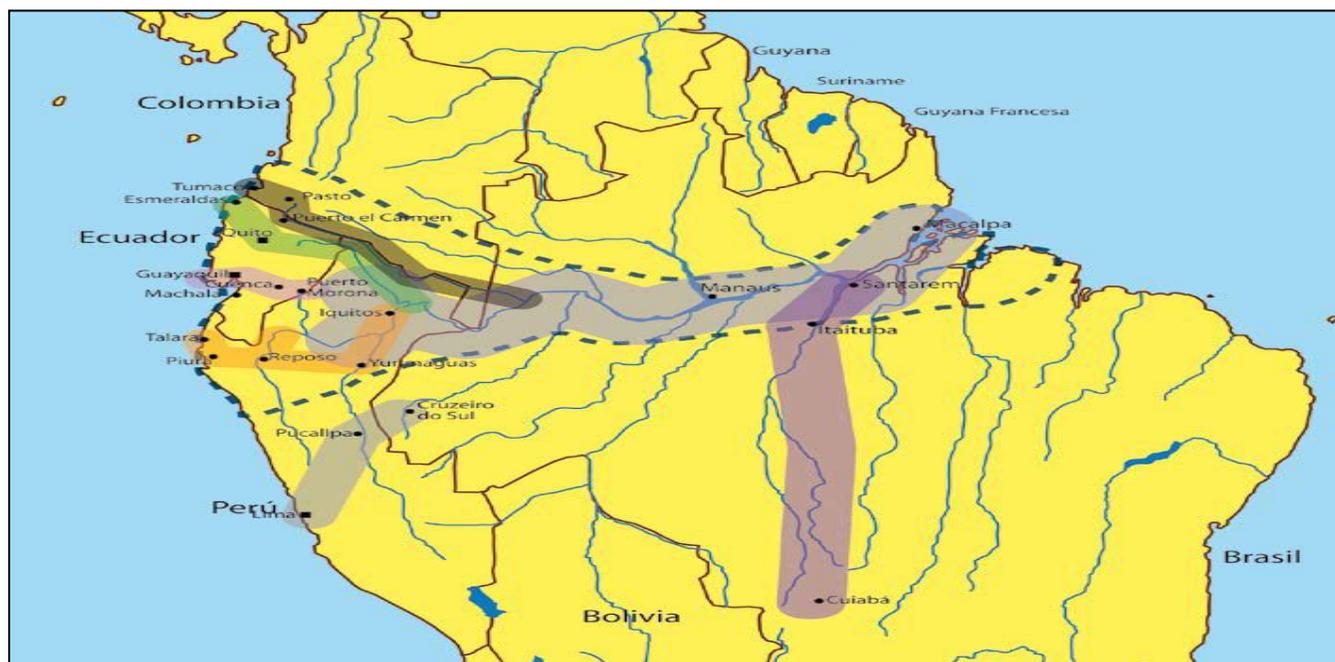
Fonte: Revista Amazoniar

ANEXO V - Investimentos PPA – 2004-2007



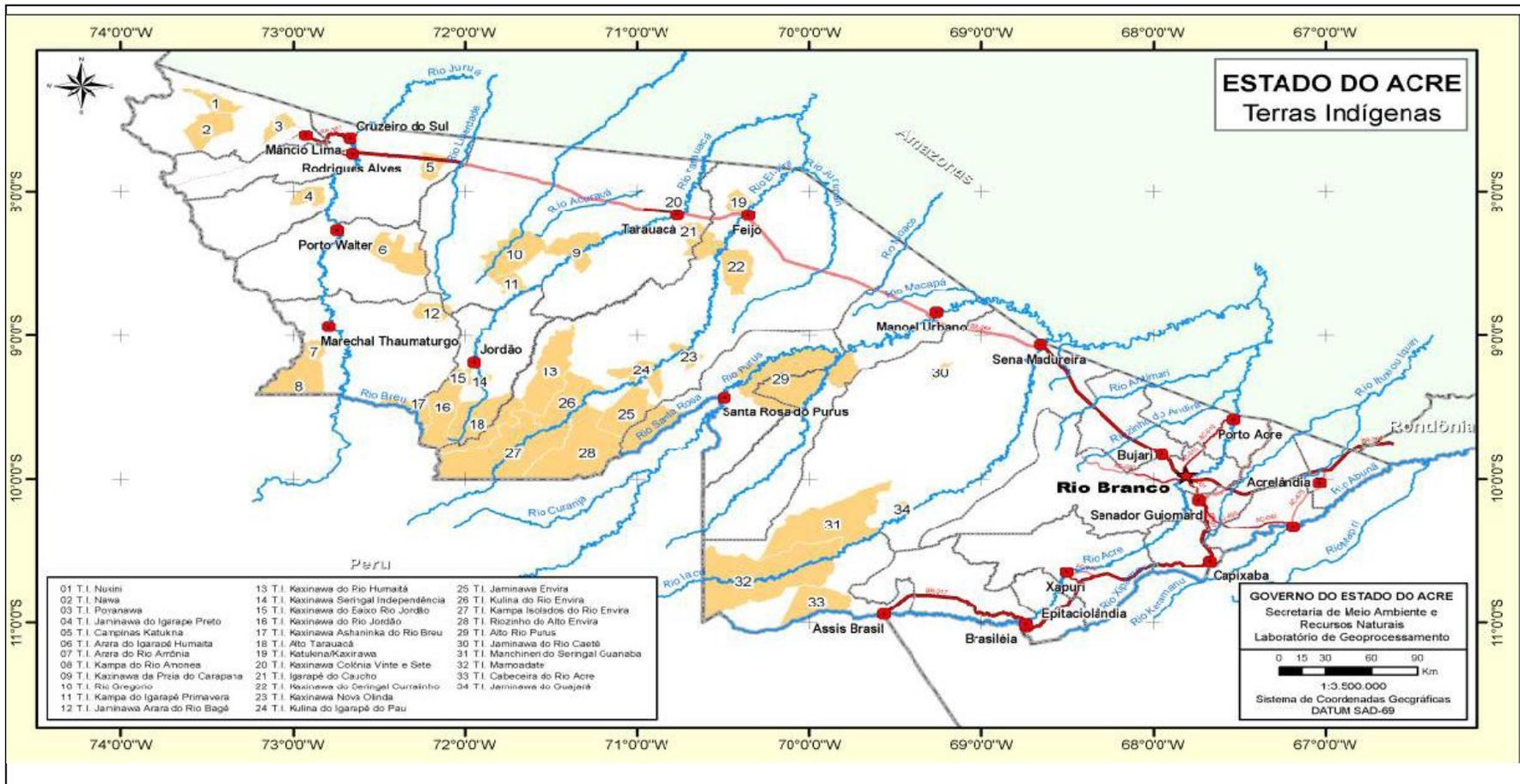
Fonte: Núcleo Amigos da Terra/Brasil, 2003

ANEXO VI - Eixo Central do Amazonas - IIRSA



Fonte: Núcleo Amigos da Terra/Brasil, 2003

ANEXO VII - MAPA DAS TERRAS INDÍGENAS



Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)